

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII - N° 035

QUARTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1998

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR

## MESA

<b>Presidente</b> <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i>	<b>3º Secretário</b> <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i>
<b>1º Vice-Presidente</b> <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i>	<b>4º Secretário</b> <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i>
<b>2º Vice-Presidente</b> <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i>	<b>Suplentes de Secretário</b>
<b>1º Secretário</b> <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i>	<b>1º Emilia Fernandes - Bloco - RS</b>
<b>2º Secretário</b> <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	<b>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</b> <b>3º Joel de Holland - PFL - PE</b> <b>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</b>
<b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> ~ Corregedor(*) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores - Substitutos(*) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Holland - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	<b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> Procuradores(**) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Waldeck Ornelas - PFL - BA</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campôs - Bloco - DF</i>

## LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PMDB	LIDERANÇA DO PSDB
<b>Líder</b> <i>Élcio Alvares - PFL - ES</i>	<b>Líder</b> <i>Jáder Barbalho</i>	<b>Líder</b> <i>Sérgio Machado</i>
<b>Vice-Líderes</b> <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i>	<b>Vice-Líderes</b> <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i>	<b>Vice-Líderes</b> <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Peres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i>
<b>LIDERANÇA DO PFL</b>	<b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</b>	<b>LIDERANÇA DO PPB</b>
<b>Líder</b> <i>Hugo Napoleão</i>	<b>Líder</b> <i>Eduardo Suplicy</i>	<b>Líder</b> <i>Epitácio Cafeteira</i>
<b>Vice-Líderes</b> <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i>	<b>Vice-Líderes</b> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antônio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	<b>Vice-Líderes</b> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Aním</i>
		<b>LÍDERANÇA DO PTB</b>
		<b>Líder</b> <i>Odacir Soares</i>
		<b>Vice-Líder</b> <i>Regina Assumpção</i>
		Atualizada em 10-03-98

(\*) Reeleitos em 02-04-97

(\*\*) Designação: 16 e 23-11-95

## EXPEDIENTE

<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

---

## SUMÁRIO

---

# CONGRESSO NACIONAL

### 1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 12, de 1998, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. ....	03670
Nº 13, de 1998, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veneza Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. ....	03670
Nº 14, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul. ....	03670

# SENADO FEDERAL

### 2 – ATA DA 7ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE MARÇO DE 1998

#### 2.1 – ABERTURA

#### 2.2 – EXPEDIENTE

##### 2.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a comemorar o Dia International da Mulher, nos termos do Requerimento nº 139, de 1998, do Senador Leonel Paiva e outros Senadores. ....

03671

2.2.2 – Oradores (nos termos do art. 160 do Regimento Interno)

Senador Leonel Paiva .....

03671

Senadora Emilia Fernandes .....

03673

Senadora Júnia Marise .....

03676

Senadora Marluce Pinto .....

03679

Senadora Marina Silva .....

03680

Senadora Benedita da Silva .....

03684

##### 2.2.3 – Comunicação da Presidência

Prosseguimento da homenagem ao Dia International da Mulher após a Ordem do Dia. ....

03687

##### 2.2.4 – Discurso do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPILCY, como Líder – Análise da conjuntura política nacional. Registro de representação impetrada junto à Corregedoria-Geral do Tribunal Superior Eleitoral contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os Ministros Iris Resende e Sérgio Motta, para apuração de crimes eleitorais por ocasião da Convenção do PMDB, realizada no último dia 8... .

03687

##### 2.2.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 110, de 1998 (nº 302/98, na origem), de 6 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega e, cumulativamente, junto à República da Islândia. ....

03698

Nº 111, de 1998 (nº 303/98, na origem), de 6 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Sérgio Henrique Nabuco de Castro, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia. ....

03698

##### 2.2.6 – Requerimentos

Nº 154, de 1998, do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada do Requerimento nº 587, de 1996, de sua autoria, de sobrerestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1995. Deferido. ....

03728

Nº 155, de 1998, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1995, que dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências, nos termos da letra b, do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ....

03728

**2.2.7 – Leitura de projetos**

Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1998, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, introduzindo o conceito de alimento funcional e dá outras providências..... 03729

Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1998, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, localizada nos municípios de Jijoca, de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará e dá outras providências..... 03731

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1998, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros para a área de saúde e dá outras providências..... 03741

Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1998, de autoria do Senador José Serra, que estabelece limitações ao funcionamento de caixas automáticos na rede bancária após as 18 horas e dá outras providências..... 03746

**2.2.8 – Ofícios**

Nº 18/98, de 12 de fevereiro último, da bancada do PT no Senado Federal, de indicação dos Senadores Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra como Líder e Vice-Líder, respectivamente, daquele partido..... 03749

S/nº, de 3 de fevereiro último, dos Líderes do PDT, PSB e PPS no Senado Federal, de indicação dos Senadores Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra como Líder e Vice-Líder, respectivamente, do Bloco Parlamentar de Oposição nesta Casa..... 03750

**2.2.9 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição**

Nº 7, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Odacir Soares, que altera o art. 228 da Constituição Federal, acrescentando-lhe os §§ 1º e 2º, para estabelecer a imputabilidade penal das pessoas entre dezesseis e dezoito anos de idade, quando, mediante exame médico-psicológico, for atestada sua capacidade de discernimento..... 03751

**2.2.10 – Requerimento**

Nº 156, de 1998, de autoria do Senador Guilherme Palmeira, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona..... 03757

**2.2.11 – Comunicação da Presidência**

Recebimento da Mensagem nº 112, de 1998 (nº 307/98, na origem), pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor em ienes, equivalente a US\$68,740,000.00 (sessenta e oito milhões, setecentos e quarenta mil dólares norte-americanos), de principal, entre o

Governo do Estado de Tocantins e o Export Import Bank of Japan – JEXIM, destinada ao financiamento do Programa de Eletrificação Rural – PERTINS (Anexada ao Ofício nº S/110, de 1997). 03757

**2.3 – ORDEM DO DIA**

Projeto de Decreto Legislativo, nº 48, de 1997 (nº 353/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final..... 03758

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1997. Aprovada. À promulgação.. 03760

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1997 (nº 354/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veneza LTDA; para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final..... 03760

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1997. Aprovada. À promulgação.. 03762

Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1997 (nº 355/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final..... 03762

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1997. Aprovada. À promulgação.. 03764

Projeto de Resolução nº 8, de 1998, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a cinqüenta e sete milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento, parcial, da Primeira Etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final..... 03764

**2.3.1 – Oradores (continuação da homenagem ao Dia Internacional da Mulher)**

Senador Sebastião Rocha..... 03765

Senador Carlos Bezerra ..... 03767

Senador Eduardo Suplicy ..... 03768

Senador Pedro Simon..... 03769

**2.3.2 – Requerimentos**

Nº 157, de 1998, de urgência para a Mensagem nº 112, de 1998 (nº 307/98, na origem), pela qual o Presidente da República solicita seja

autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor em iénes, equivalente a US\$68.740.000,00 (sessenta e oito milhões, setecentos e quarenta mil dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Estado de Tocantins e o Export Import Bank of Japan – EXIM, destinada ao financiamento do Programa de Eletrificação Rural – PERTINS (Anexada ao Ofício nº S/110, de 1997). Aprovado..... 03771

Nº 158, de 1998, de urgência para o Ofício nº S/15, de 1998, do Banco Central do Brasil, solicitando a retificação da Resolução nº. 8, de 1998, que autorizou o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$250.000.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$259.750.000,00 (duzentos e cinqüenta e nove milhões, setecentos e cinqüenta mil reais), em 31 de dezembro de 1996, destinados ao financiamento do Programa de Reforma do Estado. Aprovado..... 03771

### 2.3.3 – Oradores (continuação da homenagem ao Dia Internacional da Mulher)

Senador Ney Suassuna..... 03772  
 Senador José Fogaça..... 03772  
 Senador Artur da Távola..... 03774  
 Senador Lúcio Alcântara..... 03777  
 Senador Mauro Miranda..... 03779  
 Senadora Regina Assumpção..... 03780

### 2.3.4 – Discurso após a Ordem do Dia

**SENADOR CASILDO MALDANER** – Abertura amanhã, em Fortaleza/CE, do III Encontro Nacional de Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados e lideranças políticas nacionais. Homenagem ao Dia Internacional da Mulher..... 03783

### 2.3.5 – Comunicação da Presidência

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso em contrário, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, que institui eleições diretas para suplentes de candidatos ao Senado Federal; e do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1997 (nº 4.123/93, na Casa de origem), que altera o art. 1º da Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, que dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República e dá outras providências..... 03783

### 2.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

**SENADOR GUILHERME PALMEIRA** – Justificativas ao Requerimento nº 156, de 1998,

lido na presente sessão, solicitando ao Ministro da Fazenda informações a respeito do prazo para que os empregadores de declarantes sujeitos ao Imposto de Renda entreguem as respectivas declarações de rendimentos, bem como, das multas aplicadas pelo descumprimento desta norma legal..... 03784

**SENADOR ERNANDES AMORIM** – Defesa da priorização do setor agropecuário na política econômica do Governo Federal..... 03784

**SENADOR JOÃO FRANÇA** – Situação caótica do Estado de Roraima em virtude da prolongada e rigorosa estiagem. Apoio à reivindicação daquele Estado por ajuda federal..... 03785

**SENADOR JÚLIO CAMPOS** – Necessidade de definição de uma política de Ciência e Tecnologia para o País. Análise do papel do Estado, incluindo a participação do Congresso-Nacional e da Universidade no contexto da renovação da base produtiva e ampliação da capacidade tecnológica..... 03786

### 2.3.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 03789

### 2.4 – ENCERRAMENTO

### 3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 27ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 1998, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 03789

### 4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 10-3-98

#### 5 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

Nº 4, de 1998..... 03790

#### 6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 422 a 424, de 1998..... 03796

#### 7 – MESA DIRETORA

#### 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

#### 14 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998 – CN

# CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1998

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 599, de 15 de agosto de 1994, que renova, a partir de 22 de agosto de 1993, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de março de 1998. –  
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1998

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veneza Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 823, de 7 de novembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 22 de outubro de 1991, a permissão outorgada à Rádio Veneza Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de março de 1998. –  
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1998

**Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de maio de 1996, que renova, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de março de 1998. –  
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

## Ata da 7<sup>a</sup> Sessão Deliberativa Ordinária em 10 de março de 1998

### 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 50<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr.: Antonio Carlos Magalhães, da Sra. Júnia Marise  
e dos Srs. Lucídio Portella e das Sras. Emilia Fernandes e Marluce Pinto*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE  
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Artur da Tavola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Eduardo Suplicy – Élcio Alvares – Emilia Fernandes – Epitácio Caeteira – Ermandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – José Serra – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leonel Paiva – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Ottoniel Machado – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sergio Machado – Vilson Kleinubing – Waldeck Ornelas

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Júnia Marise) – O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar o Dia Internacional da Mulher, nos termos do Requerimento nº 139, de 1998, do Senador Leonel Paiva e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Paiva.

**O SR. LEONEL PAIVA** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidente, Srs. Sena-

doras e Srs. Senadores, o calendário de datas comemorativas reserva o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Não é nossa intenção lembrar o episódio trágico que marcou, no calendário internacional, a crueldade perpetrada, no dia 8 de março de 1857, contra 129 operárias têxteis, que foram queimadas durante a ocupação de uma fábrica em Nova Iorque, simplesmente porque reivindicavam melhores condições de trabalho. Esse episódio, por certo, será repudiado e lamentado toda vez que vier à nossa memória.

Servimo-nos do aniversário dessa data, no entanto, para manifestar nossa contrariedade e nosso repúdio por todas as modalidades de preconceito manifestadas ainda hoje contra a mulher, ao mesmo tempo em que reafirmamos nosso apoio e dedicação às lutas das mulheres para superar a discriminação que, por tão longo tempo, sustentou o mito da inferioridade feminina.

Enfrentando uma sedimentada tradição cultural antifeminista, as mulheres empreenderam uma árdua luta contra o sistema de exclusão que as afastava de todos os setores da vida pública. A batalha foi intensiva e prolongada. As mudanças não aconteceram como dádivas ou doações. Foram conquistas bravamente arrancadas de uma estrutura opressora e arcaica, que sempre tornou a atividade feminina como restrita ao plano familiar e privado.

É até difícil para nós, homens às portas da virada do milênio, que partilhamos com a mulher os espaços públicos e institucionais, imaginar que há algumas décadas era vedado à mulher o direito básico e elementar à instrução, ou o direito de votar e ser votada, ou ainda o acesso ao mercado de trabalho, para não mencionar temas introduzidos pelo movimento feminista das décadas de 60 e 70, como a sexualidade e o direito ao corpo.

A participação feminina no mundo do trabalho e na vida política é hoje fato incontestável. Está assegurada, inclusive, nas leis, nas constituições, nos códigos. A mulher brasileira, em particular, teve, em muitos dispositivos da Constituição Federal, o coroa-

mento de um longo percurso de lutas em prol da consagração dos direitos femininos no País.

Centrando o vigor de seus pleitos na necessidade de revisão dos conceitos sobre a família, as mulheres brasileiras ampliaram suas conquistas em muitos dispositivos constitucionais no Capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Assim é que as uniões estáveis entre o homem e a mulher foram acolhidas no conceito de família; os filhos havidos fora dos laços do casamento passaram a ter os mesmos direitos e qualificações daqueles provenientes de relação conjugal; a função social da maternidade foi consagrada; o planejamento familiar foi admitido como livre decisão do casal; foram atribuídos igualmente ao homem e à mulher os mesmos direitos e deveres para com a sociedade conjugal, inclusive distribuindo igualmente as responsabilidades na educação dos filhos e na execução das tarefas do lar, atribuições historicamente imputadas exclusivamente às mulheres.

Nesse rol de conquistas asseguradas pela Constituição de 1988, deve-se ressaltar ainda o dever do Estado em prestar assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, com a criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. É o que reza o disposto no parágrafo 8º do artigo 226. Menciono tal dispositivo porque ele assegura, principalmente, à mulher o direito de buscar proteção contra atos de violência que venha a sofrer. Nesse contexto, reconheço como de vital importância a implantação das delegacias especializadas no atendimento à mulher, preparadas para receber com maior respeito e atenção as denunciantes, infundindo-lhes confiança e coragem para se libertarem da opressão sofrida em casa.

Amparada pela Constituição, e comprovando, mais uma vez, sua capacidade de luta por um tratamento igualitário e justo, inclusive no ambiente doméstico, a mulher hoje está alterando o quadro de agressões do qual sempre foi a maior vítima e denunciando seu agressor com maior firmeza e coragem.

O jornal **Folha de S.Paulo**, de 12 de fevereiro último, divulgou nota em que informa ter aumentado em 47% o número de boletins de ocorrência nas delegacias da mulher de São Paulo, de 1996 para 1997. Foram denunciados 217 mil casos de violência masculina, dos quais 59 mil só na Grande São Paulo e 158 mil no interior. Lamentavelmente, esse número é excessivamente alto, Srº Presidente, e sequer reflete a realidade do verdadeiro quadro de agressões e violências – que se vem revelando em ritmo

crescente -, porque ainda há milhares de ocorrências que permanecem no anonimato de quatro paredes, escondidas pela vergonha e pelo medo da denúncia.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apurou que, dos casos de ofensa à integridade da mulher, 51,1% ocorrem no seio da própria família. Brasília não escapa a essa regra geral. Os arquivos da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher registraram, em 1997, quatro mil casos de violência doméstica. No intuito de promover uma verdadeira cruzada contra a violência e incentivar a punição dos culpados, a Delegacia da Mulher do Distrito Federal lançou, por ocasião de seus dez anos de criação, uma cartilha dirigida às mulheres, com dicas e orientações de como se prevenir contra o assédio sexual ou a tentativa de estupro.

A violência contra a mulher chega a ser considerada como um entrave ao desenvolvimento. Quem faz essa afirmação é Júnia Puglia, do Programa do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Diz ela, em artigo publicado no **Correio Braziliense**, datado de 7 de setembro de 1997:

A Década das Nações Unidas para a Mulher (1975-1985) – que culminou com a criação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) – contribuiu para chamar a atenção sobre a importância crítica das atividades do dito sexo frágil no desenvolvimento econômico e social. No entanto, continuam se acumulando provas de que as mulheres pouco se beneficiaram dos programas e projetos.

Apesar da lentidão das mudanças, foi possível identificar problemas decisivos que antes não eram vistos como entraves ao desenvolvimento. Um deles é a violência contra a mulher – até então considerada (quando notada, por ser freqüentemente invisível) como assunto de natureza privada, tema cultural e familiar, ou, no melhor dos casos, algo de que deviam se ocupar os formuladores de políticas sociais. No âmbito da ONU, tem-se discutido o tema relacionando-o com a paz. Cada vez são maiores os esforços para que seja incluído na agenda de direitos humanos.

Estou de pleno acordo com Júnia Puglia de que é imperioso encontrarmos maneiras de impedir as agressões, para o que não basta denunciar, mas dispormos de um tratamento adequado por parte do

aparato judiciário, com penas compatíveis com as agressões. Nesse tocante, o Congresso Nacional tem à frente um compromisso inadiável, se realmente endossa a luta das mulheres por um mundo mais justo e mais humano: deve se envolver com vigor nos projetos de lei que definam, coibam e estabeleçam penas para que os casos de agressões contra a mulher sejam devidamente punidos. Nesse sentido, manifesto, como Parlamentar, minha adesão a todos os projetos de lei que venham a amparar as mulheres em mais uma frente de sua longa luta por direitos iguais e contra qualquer forma de discriminação de gênero.

A par de todo o exposto, considero realmente que o mais importante na luta das mulheres, hoje, deve transcender as questões jurídicas e legais, que já criaram um suporte, senão perfeito, pelo menos adequado à causa feminina, e se enquadrar numa esfera mais ampla, que garanta uma definitiva mudança de mentalidade da sociedade que, apesar de todos os dispositivos legais – devo reconhecer – esbarra na formação extremamente machista do povo brasileiro. Esta é, a meu ver, a principal e, talvez, a mais difícil luta a ser incrementada pelas mulheres na atualidade: banir o sentimento machista da sociedade brasileira.

Para encerrar meu pronunciamento, Srª Presidente, permita-me expressar a todas as mulheres brasileiras e, em particular, às mulheres brasilienses, cuja participação no total da população economicamente ativa no Distrito Federal apresentou considerável aumento no último ano, minha homenagem e meu compromisso de solidariedade e empenho em sua luta por uma sociedade mais desenvolvida, mais igualitária e mais justa, na qual a mulher possa realmente ser agente e beneficiária do desenvolvimento.

Às minhas filhas, à minha mulher e a todas as mulheres, o meu amor!

Era o que eu tinha a dizer, Srª. Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** (Bloco/PDT-RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, autoridades que nos escutam neste momento, mulheres brasileiras, o Dia Internacional da Mulher – 8 de março –, que lembramos hoje, reveste-se de particular importância em decorrência das novas conquistas da luta feminina e, principalmente, dos desa-

fios que ainda estão colocados para as mulheres brasileiras.

Em primeiro lugar, é importante registrar os avanços das mulheres na sociedade, que, com determinação e competência, estão rompendo tabus, derrubando barreiras e indo além dos espaços tradicional e historicamente a nós reservados.

A presença destacada das mulheres na sociedade evidencia-se em setores de ponta da produção e serviços, na Medicina, na Administração de Empresas, na Polícia Militar, no campo da pesquisa e da ciência, da Comunicação, da Engenharia, da Informática e no Poder Judiciário, para citar alguns exemplos.

Esses espaços são fundamentais se vistos além do aspecto da conquista individual e tratados como exemplos ou referências e, acima de tudo, como estímulo para a mobilização coletiva das mulheres brasileiras, tanto na busca de sua valorização profissional, quanto na luta geral por cidadania, justiça social e democracia.

A personificação dessa situação poderia se chamar – até como uma forma de homenagem – Fernanda Montenegro, que, premiada como melhor atriz no Festival de Berlim, não deixou de lutar pelo conjunto dos artistas brasileiros e da cultura nacional, quando da recente votação da Lei dos Direitos Autorais nesta Casa.

Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ainda no campo dos avanços que obtivemos desde 8 de março do último ano, destaca-se a aprovação do novo Código Civil Brasileiro, no Senado Federal, que passou a reconhecer e a afirmar formalmente, no texto da lei, o papel da mulher na sociedade moderna.

Ao substituir as expressões todo homem por todo ser humano e pátrio poder por poder familiar, o novo Código Civil Brasileiro dá ordem legal à condição de igualdade entre homens e mulheres, de forma especial na direção da sociedade conjugal e da família.

Além disso, a eliminação da expressão filhos ilegítimos, que passam a ser tratados corretamente como filhos, avança na direção do fortalecimento do respeito, da consideração e da garantia de direitos iguais das crianças e do assumir responsável de deveres de homens e mulheres, como responsáveis pelo seu comportamento sexual e reprodutivo e pela sua função social e familiar.

Essas conquistas, aliadas a outras, como a do Planejamento Familiar – agora de livre decisão do casal -, tratado como questão de saúde pública, por meio de assessoramento, informação e educação, e a criminalização do assédio sexual no Código Penal significam o cumprimento, ainda que parcial, de uma das metas apontadas pela IV Conferência Mundial Sobre os Direitos da Mulher, promovida pela ONU, em 1995.

Também não podemos deixar de resgatar, nessa reflexão sobre o Dia Internacional da Mulher, a vitória que obtivemos nas últimas eleições municipais de 1996, com o aumento da participação das mulheres nos Executivos e nas Câmaras Municipais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

O número de vereadoras em todo o País passou de três mil e oitenta e cinco (3.085) para seis mil e quinhentos e trinta e seis (6.536), registrando um crescimento de 111,86%, enquanto o número de prefeitas passou de 171 para 301, significando um aumento de 76,61%.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS)** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Senadora Emilia Fernandes, peço-lhe, pela grande estima que lhe tenho, que me permita entrar nesse ponto do judicioso pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz dessa tribuna, para acrescentar que este Senado mesmo é exemplo de crescimento da participação da mulher nessa nobilitante atividade que é a política. Basta salientar que, enquanto V. Ex<sup>a</sup> discursa, a Mesa do Senado está ornamentada pela Senadora Júnia Marise, na Presidência, ladeada pela Senadora Marluce Pinto, que bem representa o Estado de Roraima. Acrescento a essa estatística a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, do crescimento da participação das mulheres na vida pública brasileira, que no meu Estado ostentamos um orgulho todo nosso, todo pessoal, todo de Mato Grosso do Sul: em cinco dos 77 Municípios do meu Estado as prefeituras são ocupadas por mulheres, e são Prefeituras importantes, como as dos Municípios de Angélica, Brasilândia, Mundo Novo, Porto Murtinho e Rochedo. E mais: na cidade onde nasci, de onde tenho meu título eleitoral, a minha querida Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul, temos um recorde no Brasil, que mais uma vez saliente: temos a única Assembléia Legislativa onde o sexo feminino predomina; isto é, das quinze cadeiras

de Vereadores, oito são ocupadas por mulheres. Isso bem demonstra que tenho uma natural razão para me sentir orgulhoso e para interferir no discurso de V. Ex<sup>a</sup> no exato momento em que lembra a estatística que está colocando as mulheres no patamar que vêm alcançando a cada dia. Permito-me ainda deixar registrado no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> uma alegria minha, toda pessoal. Quando fui Relator da Lei Eleitoral, vi com que bravura V. Ex<sup>a</sup>s., Senadoras desta Casa, interferiram para que houvesse uma emenda de plenário – naquela oportunidade só poderia ser proposta pelo Relator. Foi a emenda que permitiu e garantiu a obrigatoriedade de que 20% das vagas para as Câmaras Municipais fossem reservadas às mulheres. Portanto, é com essa satisfação que homenageio as mulheres do Brasil, e agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – S)** – Agradeço o seu aparte, Senador Ramez Tebet. V. Ex<sup>a</sup> tem sido nesta Casa, sem dúvida, um parceiro na luta pela igualdade.

Esses números que nós apresentamos, em relação às eleições em 96, e os que V. Ex<sup>a</sup> apresenta, sem dúvida, embora ainda pequenos diante da potencialidade da mulher e da necessidade da participação feminina no poder, tornam expressivo o resultado da conquista da aplicação da Cota de 20% nas listas dos partidos, e da campanha Mulheres Sem Medo do Poder, coordenada pela Bancada Feminina do Congresso Nacional.

A partir de agora, com a ampliação da cota para 25%, já neste ano, e de 30% para as futuras eleições, a nossa responsabilidade está redobrada, não apenas quanto à participação nas eleições, mas, desde já, na luta para assegurar junto aos partidos o direito legal adquirido com a nova legislação eleitoral.

É importante que se diga e se registre a presença significativa, qualitativamente, das mulheres no Senado Federal, embora em termos numéricos ainda precisemos avançar. É importante que se registre que o Senado possui, atualmente, três mulheres na Mesa administrativa, enquanto que a Câmara, nesta Legislatura, não possui nenhuma. Portanto, é o exemplo de que nós ainda precisamos trabalhar, e com determinação e muito afinco.

A vida das mulheres brasileiras, no entanto, Sr<sup>a</sup>. Presidente, Sr<sup>s</sup>s. e Srs. Senadores, apesar desses incontestáveis avanços, não tem sido somente de vitórias e de conquistas, ainda temos grandes desafios pela frente, presentes no dia-a-dia da educa-

ção, da moradia, da saúde, do trabalho ou dentro, inclusive, dos próprios lares.

Em muitos casos, ainda, as mulheres continuam sendo violentadas, desrespeitadas em seus direitos humanos mais elementares, como demonstra pesquisa recente dando conta de que mais de 70% das agressões sofridas ocorrem dentro dos próprios lares, e, na maioria dos casos, na presença dos filhos.

Mulheres são exploradas no trabalho, têm menor oportunidade de emprego, ganham menos que os homens, são assediadas pelos chefes, cuidam da casa sozinhas, são contaminadas pelos parceiros, humilhadas em hospitais e continuam, ainda, solitárias persistentes nas filas que visitam presos e no cuidado aos familiares doentes.

Atualmente, o País convive com cerca de sete milhões de mulheres chefes de família, responsáveis pelo sustento e pela educação dos filhos, e vivendo com grandes dificuldades, de forma especial em relação à moradia, praticamente inacessível para a grande maioria.

Nesse sentido, buscando apoiar as mulheres chefes de famílias, apresentamos um projeto de lei, em março de 1997, destinando 20% dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação àquelas mulheres que se encontrem nessa situação de responsabilidade maior, ou única, pela sustentação da família.

Na mesma direção, nesta última sexta-feira, dia 6 de março, a Portaria nº 11, do Ministério do Planejamento, reconhecendo a gravidade da situação, estabeleceu que o atendimento às mulheres chefes de famílias seja incluído entre as prioridades de seleção para os empreendimentos e financiamentos habitacionais – o que esperamos seja, de forma urgente, concretizado na prática, por medidas efetivas.

No campo da saúde, as mulheres são atingidas com o aumento brutal da incidência da AIDS; com a ausência de acompanhamento pré-natal e, no caso das adolescentes, de orientação à prevenção da gravidez; ou, pior ainda, com a perda de seus filhos em clínicas e maternidades despreparadas, inescrupulosas ou criminosas até.

Mulheres ainda ganham filhos no saguão de hospitais, ou ainda, trabalhadoras rurais precisam deixar o campo pela cidade para clamar por saúde, educação e crédito, como aconteceu nesse final de semana, em Porto Alegre, no Estado que represento nesta Casa, o Rio Grande do Sul.

A tragédia do desemprego crescente, que se abate diretamente sobre a própria mulher, seu marido, ou filhos, é uma situação que dificulta, impede ou inviabiliza completamente o pleno desenvolvimento feminino no campo pessoal, profissional ou social. Diante disso, é fundamental que as mulheres brasileiras, a partir das conquistas obtidas, das experiências históricas acumuladas e das suas características peculiares, assumam o desafio histórico que a todas está colocado, a exemplo do que vem ocorrendo no mundo.

As eleições de 1998 se aproximam e é preciso que as mulheres brasileiras, candidatas em vários níveis e eleitoras, assumam a responsabilidade de dar a sua contribuição para o necessário e urgente processo de renovação da vida política nacional, em todas as instâncias do poder público.

Vamos, juntas, lutar para ocupar o espaço de poder que nos é devido, para, a partir dele, implementar um nova visão de administração pública, e de ação parlamentar, não apenas em benefício das mulheres, ou contra os homens, mas, acima de tudo, em favor da maioria excluída da população.

O Brasil e o mundo atual precisam de novas relações de poder, que tenham o desenvolvimento do ser humano como objetivo central, e não o lucro a qualquer custo, a competição desleal, a especulação predatória, o privilégio para os ricos, o desemprego crescente, a inadimplência e a exclusão social.

A sociedade brasileira clama, de forma especial neste momento, por uma nova forma de fazer política, que se paute pela solidariedade, pela moralidade pública, pela coerência pessoal e histórica, pelo espírito coletivo e, acima de tudo, pela transparência, pela democracia e pela ética.

**O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?**

**A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS)** – Concedo o aparte ao nobre Senador Lúdio Coelho.

**O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) –** Senadora Emilia Fernandes, são muito oportunas as declarações de V. Ex<sup>a</sup> sobre a importância da mulher na vida pública. Participo inteiramente desse pensamento e tenho convocado as mulheres em meu Estado para que assumam as responsabilidades que têm na vida do País. A mulher sofre mais as consequências dos desajustes sociais; é sobretudo no lar que elas se refletem. Segundo dados de pesquisa internacional divulgados há pouco tempo, a mulher brasileira está entre as mais honestas do mundo. As

mulheres, não sei se por falta de oportunidade ou se pelo fato de serem realmente mais corretas; não estão contaminadas por procedimento ilícitos, tão comuns na vida pública brasileira. Tenho a impressão de que uma participação maior da mulher na vida pública do nosso País, em todos os níveis, prestaria contribuição enorme para um novo rumo na administração do nosso País. Felicito e apóio V. Ex<sup>a</sup> pelo que disse em seu pronunciamento. Muito obrigado.

**A SR. EMILIA FERNANDES** (Bloco/PDT – RS)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

O povo brasileiro está farto, e já está demonstrando isso, da política, da vaidade, do abuso do poder e de autoridade, do tráfico de influências, da cova-nça criminosa, do atropelo aos poderes constituídos, da impunidade, do desrespeito aos que produzem e trabalham ou, ainda mais grave, do desprezo à vida dos seus semelhantes. Daí a importância de se buscar ocupar espaços no poder a fim de que sejam resgatados os princípios, os valores éticos, morais e até humanitários que correspondam às expectativas, ao anseio do povo e, principalmente, do espírito coletivo, que o poder deve pleitear.

É nesse sentido que, na condição de mulher, mãe, avó, professora e Senadora da República, conamo todas as mulheres brasileiras, de todas as profissões, de todos os segmentos sociais, raças, idades, cores partidárias e credos religiosos para construirmos uma grande corrente de sensibilidade, compromisso, ação e fé no presente e no futuro.

É um chamamento a todas que geram a vida, que, em grande parte, administraram os seus lares praticamente sozinhas, educam os filhos, vivem a dupla jornada, sofrem com o marido desempregado ou um filho sem poder estudar, mas que, acima de tudo, nunca esmorecem.

Nós, que somos a metade dos eleitores deste País, vamos nos mobilizar, de norte a sul do Brasil, nas próximas eleições e fazer valer a nossa capacidade de participação, de fortalecimento da cidadania e, principalmente, de tomada de decisão na direção da autonomia da mulher e, em parceria com os homens, na melhoria da condição política, social e econômica de todos.

Vamos fazer do nosso voto um instrumento democrático e poderoso de combate à atual política econômica e social neoliberal, às relações de poder que impedem que todos tenham um emprego, uma vida saudável e plena, e que destrói sonhos, frustra perspectivas de vida e espezinha cinicamente a condição humana.

Além dos interesses específicos das mulheres, a nossa luta e o nosso compromisso é com o Brasil, com o conjunto da população, com os excluídos, com os trabalhadores, com os professores, com os aposentados, com aqueles que produzem, com os portadores de deficiência, com os jovens, com os idosos e com as crianças.

Os nossos direitos e espaços avançarão tanto quanto mais nos identificarmos com a luta de todos os brasileiros e participarmos efetivamente do poder político nacional, para transformá-lo, democratizá-lo e coletivizá-lo.

Essa é a nossa mensagem e a nossa reflexão neste dia dedicado às mulheres deste País e do mundo todo.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Emilia Fernandes, a Sra. Júnia Marise, 2<sup>a</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marluce Pinto, suplente de Secretária.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

**A SRA. JÚNIA MARISE** (Bloco/PDT-MG). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, inicialmente, saúdo minhas colegas Senadoras e, por que não, nossos colegas Senadores, lembrando a expressão do Senador Ramez Tebet, que também ornamentam o plenário nesta sessão especialmente dedicada à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

O Dia Internacional da Mulher, que hoje estamos celebrando e que transcorreu no último domingo, não é apenas uma homenagem que se presta a essa parcela da humanidade. E, principalmente, uma data evocativa da luta milenarmente travada pela companheira do homem para desfrutar da igualdade de condições e de direitos.

Ainda hoje, no limiar do terceiro milênio, quando a humanidade alcança progressos nunca vistos, em espantosa velocidade, a mulher é relegada a um plano inferior na convivência cotidiana com o homem, como se ambos não se completassem e não pertencessem à mesma espécie.

Essa discriminação se revela claramente no campo profissional, onde as tarefas mais importantes ainda são reservadas aos homens, assim como a melhor remuneração, ainda que as mulheres executem as mesmas tarefas; na representação política, bastando lembrar que o direito ao voto lhes foi sistematicamente escamoteado por séculos a fio e que sua participação nos parlamentos, em suas diversas

instâncias, é muito reduzida; nos centros decisórios, em geral, da Administração Pública do nosso País, constatamos hoje a presença ainda tímida da mulher nos escalões superiores. E é lamentável que neste Governo, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não haja uma mulher ocupando o cargo de Ministra. E até mesmo no lar, onde fica confinada, entregue aos trabalhos domésticos e à responsabilidade de educar os filhos, e onde, freqüentemente, é vítima de maus tratos, de violência física e de coação moral.

Essa situação tem mudado ao longo do tempo, ninguém poderá negar. É verdade que a mulher, hoje, e especialmente no mundo ocidental, goza de direitos que seriam absolutamente inimagináveis, não digo milênios ou séculos, mas, quem sabe, algumas décadas atrás. No entanto, esse é o cerne da reflexão que ora fazemos.

O Dia Internacional da Mulher, portanto, instituído há 97 anos, por ocasião da II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, reveste-se de especial importância, não por eventuais festejos e homenagens, mas pelo significado que tem, de compromisso, de engajamento numa luta cujas conquistas apenas começam a configurar uma realidade.

A instituição dessa data teve seus antecedentes, destacando-se o **Women's Day**, que marcava a morte de 129 operárias de Nova Iorque, criminosamente queimadas no interior da fábrica de tecelagem em que trabalhavam, por realizarem uma greve com o objetivo de reduzir a jornada diária.

No Brasil, a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso I, estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. Essa equiparação resulta de um passado de refregas para derrubar antigos preconceitos e costumes, sendo conveniente lembrar, para atiçar a memória dos mais vividos e dar conhecimento do fato aos mais jovens, que só em 1932 as mulheres brasileiras exerceiram, pela primeira vez, seu direito de votar.

Representando nada menos que 52% da população mundial, a mulher, ainda assim, enquadra-se no conceito de minoria – no caso, minoria ideológica, como os negros, os deficientes, os analfabetos e outros tantos excluídos de uma sociedade cuja classe dominante insiste em perpetuar um modelo espúrio de relações de poder. E, enquanto os ordenamentos jurídicos das nações em geral consagrem a igualdade entre os sexos, as mulheres continuam

sendo discriminadas por uma sociedade que não aceita dividir os poderes.

Aqui mesmo, na Capital da República, onde a população é mais politizada e convive mais de perto com o poder constituído, a mulher sofre forte discriminação no mercado de trabalho. Pesquisa de emprego realizada pela Codeplan, entre dezembro de 1996 e setembro do ano passado, revelou que as mulheres de Brasília ganham 31,8% a menos do que os homens que exercem a mesma função.

A mesma pesquisa demonstrou que a participação da mulher é maior quando o assunto é desemprego: dos 156 mil e 600 desempregados de Brasília, 84 mil e 600 eram mulheres, contra 72 mil homens. E mais: que 19,9% – praticamente 20% – dos chefes de família eram mulheres e que, entre os chefes de família desempregados, 27% eram homens e 73% mulheres.

No serviço público, as mulheres são igualmente vítimas do preconceito e da discriminação, o que explica sua rara presença nos escalões mais altos, nos meios decisórios.

Na administração direta do Governo Federal, embora as mulheres sejam maioria, os cargos de direção e assessoramento superior, os famosos DAS, são reservados preferencialmente aos servidores do sexo masculino. Prova disso é a distribuição dos DAS: no nível mais baixo, contemplam 45% das mulheres servidoras; no nível mais elevado, apenas 14%.

As estatísticas nacionais apontam, por outro lado, duas contradições. As mulheres vão assumindo, aos poucos, funções mais qualificadas no mercado de trabalho, atuando como empresárias, pequenas e microempresárias e também gerenciadoras de médias e grandes empresas. Ao mesmo tempo, constata-se ainda que não somos iguais no contracheque: as mulheres ganham 46% menos que os homens, exercendo as mesmas funções.

Esse é um dado importante, porque o modelo de lar, no Brasil e no mundo, tem-se transformado significativamente. Embora discriminadas, as mulheres assumem hoje as responsabilidades que até há pouco eram exclusivas dos homens. Isso ficou demonstrado, por exemplo, no programa *Globo Repórter*, da Rede Globo de Televisão, levado ao ar na sexta-feira 13 do mês passado.

No programa foram apresentadas diversas reportagens que documentaram o papel da mulher como provedora do lar. Sucessivamente, foram apresentados os casos de uma avó que utiliza sua

minguada pensão para custear os estudos do neto; de mulheres que trabalham arduamente na quebra de coco, no Mato Grosso, para ganhar alguns míseros reais, com o que sustentam numerosa prole, de cinco ou mais filhos; e, ainda, de mulheres que se desdobram para dividir seu tempo entre o trabalho fora de casa e a educação dos filhos.

A luta pela igualdade de direitos intensificou-se nas últimas três décadas. As mulheres passaram a ocupar um espaço que, na verdade, já lhes cabia e, em muitos casos, passaram a disputar cargos no sistema produtivo com os homens. Seu campo de atuação, portanto, ampliou-se.

Das linhas de montagem, onde mostravam maior paciência e destreza, passaram para as áreas de gerenciamento e direção. Isso aconteceu, em muitos casos, porque os homens, dadas as dificuldades impostas pela crise econômica, não conseguiam mais, sozinhos, sustentar o lar com os seus salários. Aos poucos, as mulheres foram compatibilizando o trabalho no lar e no mercado de trabalho.

Em recente artigo, no jornal Folha de S.Paulo, a socióloga e professora Eva Blay, que foi, inclusive, nossa colega no Senado da República, pontificou:

"O feminismo desmascarou a falsa ideologia de que a condição biológica do sexo feminino impunha a domesticidade. Mostrou que a condição de gênero é construída pela própria sociedade, que determina os papéis que homens e mulheres devem desempenhar."

A reação aos movimentos feministas tem provocado um amplo debate e muitas controvérsias. Não se pode negar, contudo, a existência de tentativas várias de descharacterizar suas justas propostas e de desqualificá-las. Na verdade, as mulheres brasileiras, ao longo dos anos, vêm buscando aumentar sua participação na sociedade no desejo de transcender seus lares e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O feminismo, hoje, está sendo revisto. Não tanto em suas propostas, mas, principalmente, em sua estratégia, que busca valorizar as diferenças e evidenciar o fato de que as qualidades e características de homens e mulheres, antes de se chocarem, integram-se e complementam-se.

A luta pela igualdade, hoje, tem o reconhecimento de sua diferença sem hierarquias.

Nas universidades as mulheres representam 51% dos universitários – esses são dados extremamente importantes. São jovens que se preparam

para o futuro e certamente não vão aceitar desigualdades salariais nos seus postos de trabalho pelo fato de serem mulheres.

No Brasil – situado no penúltimo lugar entre os países de contingente populacional mais pobre do mundo –, constata-se que 70% da população pobre são constituídos de mulheres.

O Governo não pode fechar os olhos a essa realidade. Faz-se necessário implantar planos de moradia que possam atender principalmente as mulheres chefes de família e também cursos de qualificação profissional.

Ao registrar o Dia Internacional da Mulher, transcorrido no domingo, e que comemoramos por toda esta semana, quero deixar uma mensagem de esperança e de luta para as mulheres do Brasil e de todo o mundo, propondo a união de todos no engajamento desta luta. Luta que, longe de contrapor homens e mulheres, alicerça-se em um novo modelo de convivência, no qual as mulheres, beneficiadas com o reconhecimento de seus direitos e de sua capacidade, hão de dar maior contribuição à construção de uma sociedade pluralista, fraterna, afetiva e democrática.

Concluo, Sr<sup>a</sup>. Presidente, Srs. Senadores, dizendo que nesse momento e principalmente desde domingo, quando as mulheres brasileiras foram às ruas comemorar o Dia Internacional da Mulher, acirra-se o debate sobre os direitos inalienáveis de cidadania do nosso povo e das mulheres brasileiras.

No meu Estado, Minas Gerais, tive a oportunidade de participar de caminhadas, debates e sobre tudo da reflexão que deu origem à constatação que fazemos hoje no nosso País: não existem políticas públicas voltadas para a população, sobretudo a mais pobre, do nosso País; não se tem dado prioridade às políticas públicas sociais que venham ao encontro das aspirações, do desejo e da vontade das mulheres brasileiras.

Enquanto não se estabelecer prioridade ao atendimento à saúde integral da mulher, à ampliação do número de creches para seus filhos – milhares e milhares ainda não têm um banco de escola para estudar –, certamente ainda continuaremos nas praças públicas, nos auditórios, nos parlamentos, exigindo, cobrando e pedindo que se faça justiça para com 52% da população deste País, representados pelas mulheres brasileiras do campo e da cidade, estudantes, jovens que se preparam para o futuro.

Muito obrigada, Sr<sup>a</sup>. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Júnia Marise, a Sra. Marluce Pinto, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Emilia Fernandes, suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

**A SRA. MARLUCE PINTO** (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr<sup>a</sup>. Presidente, Sr<sup>s</sup>s. e Srs. Senadores, mulheres, funcionárias desta Casa, definitivamente não restam mais dúvidas de que a mulher, nos últimos tempos, vem ocupando significativos espaços diante da nova realidade brasileira e sobre os novos rumos que toma a humanidade.

As homenagens que fazemos para comemorar o Dia Internacional da Mulher revestem-se, sem dúvida, de um inequívoco sentimento de justiça, pois servem para destacar a importância da presença feminina nos mais diversos setores da atividade humana.

Por outro lado, Sr<sup>a</sup>. Presidente, tal comemoração também serve para evidenciar o erro em que incidem alguns povos que literalmente violentam a dignidade humana, considerando a mulher em plano subalterno, sem condições de influenciar nas decisões maiores que regem os destinos da sociedade política.

Até recentemente estigmatizadas como o sexo frágil, eram-nos impostas condições especiais, limitadas e típicas para nossas realizações. Agora, caindo por terra tais discriminações, vemos a mulher, a cada dia e em pé de igualdade, ocupar as mesmas funções antes exclusivas do sexo masculino.

Devagar, mas irreversivelmente, assumimos os mais variados cargos e funções.

Em nosso País, felizmente, a marca da presença feminina está se fazendo em todos e quaisquer setores de trabalho, com reflexos altamente positivos onde ela se inclui.

Recente levantamento promovido pelo Ministério do Trabalho nos dá conta de que a mulher brasileira avança sobre feudos tradicionalmente masculinos e, ombro a ombro, compete com os homens no preenchimento de vagas no mercado de trabalho.

Vale destacar, nesta oportunidade, as palavras da socióloga Cristina Bruschini, da Fundação Carlos Chagas, que afirmou que a ampliação do contingente de trabalhadoras brasileiras foi uma das mais importantes transformações ocorridas no País nas últimas décadas.

Corretíssima em sua afirmação, os números captados pelo Ministério do Trabalho em recente estudo não deixam dúvidas: entre outubro de 1996 e setembro de 1997, das 230 mil vagas geradas no País que exigiam o 2º grau completo para seu preenchimento, mais da metade foi conquistada por mulheres. Também as mulheres superaram os homens nas vagas de nível superior, onde 83% dos cargos de dentistas, médicos e veterinários foram por elas preenchidos. Neste caso, de cada dez vagas, oito ficaram para o outrora sexo frágil.

E não param aí nossas conquistas, Sr<sup>a</sup>. Presidente.

Na verdade, não existem barreiras que impeçam a presença feminina onde o trabalho se faça necessário. Onde quer que exista a necessidade de mão-de-obra, seja para o exercício intelectual, seja para o trabalho braçal, lá está a mulher brasileira a disputar, em igualdade de condições, seu lugar ao sol. Do corte de cana, passando por seringais, cultivo ou colheita da terra; em carrocerias de caminhões ou no táxi da cidade; no Legislativo ou no Executivo; forjando o aço ou ensinando o alfabeto; manobrando o bisturi ou contabilizando sucesso; nos tribunais ou nas fábricas; nas letras e nas artes; fardada, civil ou togada, por onde quer que olhemos lá estão competentes e decididas brasileiras.

Na economia, nos grandes bancos de investimentos, mais de um centena de mulheres dirigem, hoje, complexas operações que envolvem capita e renda.

É mais que salutar saber que 50% dos nossos advogados são do sexo feminino e que 30% da classe médica brasileira é composta por mulheres. No cargo de Juiz, antes uma exclusividade do homem, 25% dos cargos em solo brasileiro já são ocupados por advogadas.

Outro fato inédito, fruto dos dez últimos anos de nossa conquista, é o destaque da mulher nas Forças Armadas e mesmo no quadro de policiais femininas. Ano passado, nos colégios militares existentes no País, foi constatado que 80% dos estudantes que alcançaram o título máximo de aluno-coronel foram do sexo feminino.

Dados recentemente publicados na revista *Veja* nos dão conta do significativo desempenho das mulheres nos últimos anos. De acordo com suas estatísticas, tendo por base o Estado de São Paulo, a participação da mulher, na população economicamente ativa teve um aumento de quase 30% nos últimos 4 anos. As taxistas aumentaram em 900% nos

últimos 7 anos e as médicas e dentistas tiveram, respectivamente, crescimentos na ordem de 240 e 190% em 27 anos.

Na política, à exceção do cargo de Presidente da República, as mulheres ocupam todos os demais cargos, com evidência para as vereadoras que, nos últimos 4 anos, cresceram em 100% na conquista das cadeiras oferecidas nos legislativos municipais.

Vale ainda ressaltar que, recentemente, um fato da maior importância foi publicado nas páginas de nossa imprensa e causou admiração: a escolha, por unanimidade, da escritora Nélida Pinôn para a Presidência da Academia Brasileira de Letras, onde jamais uma mulher ocupara o cargo num colegiado onde 90% são homens.

Por tudo isso, e muito mais, concluímos que a efetiva participação feminina nos destinos de nosso País assumiu caráter irreversível.

Todavia, Srª. Presidente, paralelo a essas conquistas, números ainda apontam para uma triste realidade que insiste permanecer, infelizmente, dentro e fora de nossas fronteiras.

A par dessas muitas conquistas que acabo de exaltar, muito ainda existe de tabu no que diz respeito às atividades da mulher.

Iguais em nossa Carta Magna, ainda sobrevive uma consciência machista que relega a mulher a um segundo plano e que insiste em fazer valer antigo conceito de que mulher é para criar filhos e administrar cozinha. No máximo, que ocupe funções a ela inerentes.

A ONU, por exemplo, afirma em relatório recém-publicado, que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo e, mais grave ainda, somam dois terços do contingente de analfabetos do planeta.

Outra dolorosa constatação oficial da Organização das Nações Unidas é a de que dos mais de 30 milhões de refugiados, em virtude de conflitos armados existentes no mundo, 23 milhões são do sexo feminino.

Nesse mesmo relatório da ONU, infelizmente, nosso País é colocado em quinquagésimo oitavo (58º) lugar quanto à participação da mulher em postos de destaque na economia e na política.

Também temos outros dados, aqui mesmo coletados, que concluem que pouco mais de um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; que no trabalho informal a presença feminina é superior a 60% e que, no campo, onde mais de 40% são trabalhadoras, os benefícios mínimos ga-

rantidos constitucionalmente a qualquer cidadão são praticamente 100% desprezados. Com o agravante de que crianças e adolescentes são exploradas em trabalho quase escravo.

Outras estatísticas, elaboradas a partir de informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação, mostram que em nosso País cerca de 450 mil mulheres, anualmente, sofrem algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais.

Pior ainda é a constatação de que 95% dos casos de agressões a menores são praticados contra crianças do sexo feminino.

É inaceitável, meus nobres Pares, diante das primeiras estatísticas que aqui mencionei, a constatação de que a média salarial das trabalhadoras brasileiras chega a ser 60% menor do que a dos homens em serviços correlatos.

Muitas outras informações poderia eu mostrar, destacando as injustiças ainda existentes contra a mulher. A exigüidade de tempo, infelizmente, não me permite.

O fato é que, gradativamente, conquistamos nossos espaços e com eles a consciência de que temos de enfrentar essas e outras questões não menos graves.

Encerro, Srª. Presidente, desta tribuna, homenageando e parabenizando as mulheres do meu País, especialmente as do meu Estado de Roraima, e do resto do mundo, que, além do desempenho sagrado da maternidade, vem imprimindo diretrizes novas nos destinos da coletividade, cumprindo com determinação um papel grandioso como parteiras da própria história na edificação de um mundo melhor.

Era o que eu tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Emilia Fernandes) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de agradecer a todos aqueles que acompanham esse momento especial dedicado ao Dia Internacional da Mulher e registrar com satisfação a presença, nesta Casa, da Delegada de Polícia Civil, Drª. Débora Menezes, da Delegacia de Mulheres do Distrito Federal, que se tem destacado no combate à violência contra as mulheres.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, até porque concordo, não

repetirei os pronunciamentos das Colegas que me antecederam, em que tanto a Senadora Emilia Fernandes quanto a Senadora Júnia Marise e Marluce Pinto colocaram vários dados referentes às lutas das mulheres, suas conquistas e seus desafios e, acima de tudo, àquelas bandeiras que ainda precisam ser atendidas e realizadas, para que possam ter as condições básicas necessárias ao desenvolvimento de todas as suas capacidades com plenitude, como merecemos.

Somos herdeiros de uma cultura – e esta é a nossa tradição, a nossa cultura ocidental – de muitas datas comemorativas. Temos o Dia da Mulher, o Dia da Criança, o Dia do Índio, o Dia da Terra, o Dia do Meio Ambiente, o Dia da Consciência Negra; são inúmeras as datas que comemoramos. Qual seria a raiz da pulverização dos temas que fazem parte deste todo que é o ser humano? Talvez a explicação para o fato de a nossa cultura necessitar ter um dia dedicado à mulher seja, exatamente, o marco da diferenciação entre aquilo que nos deveria fazer integros e aquilo que nos faz separados, quebrados, pela metade.

Lamentavelmente, a maioria da humanidade no planeta seguiu um caminho em que a sua outra metade – o seu lado feminino – ficou excluída nas possibilidades da História. Se pegarmos a história da arte, por mais que existam contribuições fantásticas das mulheres criadoras e criativas, de vida e de beleza, ainda é o formato patriarcal que prevalece. Se pegarmos a história das religiões, por mais que tenhamos santas e perfeitas mulheres, que deram suas contribuições à elevação da espiritualidade e da humanidade, ainda é o formato patriarcal que prevalece. Se examinássemos todos os aspectos da dimensão humana, teríamos a resposta do porquê precisamos de tantas datas para nos lembrar que existe um núcleo comum: a humanidade. Esse núcleo foi dividido, quebrado, partido, subtraído, partindo, primeiro, da diferenciação para buscar a igualdade e, depois, dessa diferenciação – que é justa, correta, porque somos gêneros diferentes, somos diferentes na essência – para a unificação como um todo.

Portanto, todas as datas comemorativas, alusivas a todos os desafios que precisamos levar a cabo, fazem parte de um processo que precisa ser discutido e entendido nas suas raízes mais profundas.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?**

**A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) –** Permito um aparte ao Senador Romeu Tuma; aliás, não permito, concedo o aparte com muito prazer.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) –** Permite-me, Senadora, fazer uma interrupção à espiritualidade e à profundezas do seu discurso. Desejo, na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, homenagear as Senadoras desta Casa: Emilia Fernandes, Júnia Marise, Marluce Pinto, Benedita da Silva e Regina Assumpção, que ajudam a escrever a história da nossa Pátria neste período contemporâneo. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem uma história importante que serve como exemplo à mulher brasileira. V. Ex<sup>a</sup> veio ao Parlamento representando um segmento sofrido da sociedade brasileira, os seringueiros; passou por um período difícil em sua infância, conseguindo, entretanto, estudar, formar-se e, com muita espiritualidade, vir a esta Casa. Sofrida – perdoe-me a indelicadeza –, envenenada pelo mercúrio, muitas vezes incapacitada de permanecer em pé para pronunciar os seus discursos, sempre importantes nesta Casa, enfrenta, com vigor e com vontade, o desejo de melhorar a situação de milhões de brasileiros e brasileiras. Permitam-me, Sr<sup>s</sup>. Senadoras, que na pessoa da nobre Senadora Marina Silva, eu possa homenagear todas as mulheres que, como S. Ex<sup>a</sup>, lutam pelo engrandecimento da nossa Pátria e por uma sociedade mais justa, mais correta e mais voltada para esse campo espiritual da realização pessoal de cada um.

**A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) –** Nobre Senador, incorporo e agradeço emocionada a homenagem que V. Ex<sup>a</sup> nos faz, por intermédio da minha pessoa. O importante é que, nesta Casa, no Congresso Nacional, no espaço que ocupamos na política, estamos oferecendo uma contribuição diferenciada. São as mulheres que trazem para dentro da política um novo formato, que é o da construção do consenso. Nós, mulheres, somos capazes de homenagearmo-nos umas às outras, através do trabalho que realizamos.

O exemplo mais concreto foi o Projeto da nobre Deputada Marta Suplicy, referente às cotas nos processos de disputas eleitorais, que, independentemente de partidos e diluindo o velho conceito da busca insana pela autoria, assumimos a responsabilidade de aprová-lo, garantindo melhoria das condições de disputa para as mulheres. Então, aqui, também homenageio todo esse trabalho das mulheres brasileiras, que têm trazido para a política um novo formato, contribuindo com sua sensibilidade nas disputas. Muitas vezes preferimos o consen-

so à disputa da desqualificação, preferimos a construção de idéias que possam ser partilhadas àquelas que possam vir a ser entendidas como exclusivas, por mais que nos possam render alguns pontos percentuais na preferência individual. Nós aqui estamos buscando, talvez, um outro caminho.

Dando continuidade ao meu pronunciamento, todas essas datas comemorativas têm uma raiz profunda, como que para nos lembrar que precisamos dar conta de determinados temas que nos garantem a condição de seres humanos. E exatamente por termos perdido a dimensão do feminino na afirmação da cultura é que temos uma ação pulverizada daquilo que forma o nosso todo. Por isso é preciso um Dia do Índio, um Dia da Consciência Negra, um Dia do Meio Ambiente, porque perdemos a noção do que é a totalidade.

Comparo esse episódio da cultura e da História da Humanidade, pelo menos de boa parte da população do planeta, a um pássaro que, ao voar com medo do gavião, tem que entrar em uma casa para se proteger do perigo; mas, passado o perigo, quer voar para continuar conquistando os horizontes, porque é da natureza do pássaro continuar voando. Assim são as mulheres: mesmo aprisionadas dentro de um espaço cultural, econômico, social, é da sua natureza voar para conquistar horizontes. É da nossa natureza ter indagado, questionado, experimentado a verdade do fruto proibido.

Há um estudioso da mitologia, chamado José Campbell, que faz a seguinte avaliação: lamentavelmente, nós, mulheres, fomos privadas das nossas duas dimensões, a sensualidade, responsável pela criação da vida, e a possibilidade de unirmo-nos ao sagrado. Ao sermos expulsas do paraíso foi como se tivéssemos trazido a condenação por termos desobedecido, como se tivéssemos trazido para os confins da história a condenação por termos indagado diante do fruto da verdade.

No entanto, a primeira pergunta, o primeiro questionamento foi nosso. É esse mérito que precisa ser resgatado, sem culpa, sem medo e, acima de tudo, na busca da construção de uma cultura que seja inteira, verdadeira, que incorpore as duas dimensões do ser humano: a luz e a sombra, o bem e o mal.

Por esse motivo, talvez sejam os textos religiosos das culturas orientais os que mais expressam essa possibilidade de as mulheres não serem vistas com uma docilidade mitificada, despossuídas do seu conteúdo humano, porque são apresentadas com

essas duas dimensões. As mulheres sofreram todas as imposições feitas secularmente na cultura, obedecendo a um código perverso de perfeição que só é possível às santas. Aos seres humanos não seria possível. Temos que ser belas, temos que manter sempre o controle, temos que ser altruístas, capazes da renúncia. O formato do amor é aquele que é eivado de sofrimento e renúncia. Isso é incorporado na figura da mulher. Quanto mais sofremos, mais somos capazes de amar. Essa é uma lógica perversa do amor. Quanto mais sorrimos, quanto mais somos felizes, mais somos capazes de amar. Quanto mais alegres, mais somos capazes de criar e quanto mais vivas, mais somos capazes de contribuir com o conjunto de uma sociedade, de um país, de uma nação que tem que se fazer presente na sua forma inteira, com os homens e com as mulheres, cada um na sua forma, cada um com o respeito pela diferença. Como diz o nosso belo Caetano Veloso, temos que parar de achar feio aquilo que não é espelho. Os homens podem olhar no espelho e não verem a si mesmos, mas irão encontrar a beleza da diferença que é a mulher com sua sensibilidade, com sua capacidade de questionar e indagar o mundo e, muitas vezes, desde a origem, desde o paraíso, de não se conformar com as proibições das verdades instituídas.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?**

**A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy.**

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) –** Prezada Senadora Marina Silva, quero cumprimentá-la pela extraordinária reflexão que faz e solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup> no Dia Internacional da Mulher. Permita-me aqui registrar minha estranheza em relação a algo que foi dito pelo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, na homenagem que fez à mulher, na última sexta-feira. Sua Excelência disse que chegará um dia em que as mulheres poderão até ser ministras. Ora, o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando vai à Inglaterra, faz questão de dizer que é muito parecido com Tony Blair. E sabe-se que praticamente a metade do conselho de ministros na Inglaterra é constituído de mulheres. Por que será, então, que dentre os ministros de Estado do presente Governo brasileiro não há uma mulher sequer? Estará o Senhor Presidente Fernando Henrique esperando que as mulheres se preparem? Tem Sua Excelência, agora, a oportunidade de renovar e reformar praticamente um terço de seu ministério, uma vez que muitos ministros estão se afastan-

do com a finalidade de se candidatarem às eleições, já que a lei obriga a desincompatibilização. Novamente é de se estranhar que o Senhor Presidente ainda coloque para o futuro a possibilidade de as mulheres virem a ser ministras. Quando as Sras. Senadoras – acredito que todas aqui presentes –, juntamente com as deputadas, estiveram com o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso conversando a respeito da designação de uma mulher para o Supremo Tribunal Federal, Sua Excelência disse que já estava comprometido com o nome do Ministro Nelson Jobim. Mais um homem, então. Não havia na sua mente a possibilidade de uma vaga para as mulheres, em que pese haver hoje um número tão destacado de juízas e desembargadoras. Por que será, então, que para o Presidente da República ainda não é hora de designar uma mulher para o seu Ministério? É interessante quando sabermos que, em certas áreas do conhecimento humano, áreas técnicas, as mulheres estão ocupando mais vagas nas universidades e instituições de ensino superior do que os próprios homens. Se fôrmos observar as instituições de saúde, há muitas mulheres ocupando postos de grande responsabilidade. O que falta para Sua Excelência entender que as mulheres já estão prontas para compor o seu Ministério?

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, Senador Eduardo Suplicy. Com certeza, a promessa de que um dia podermos ser até ministras revela um desconhecimento sobre a realidade das mulheres brasileiras. Podemos ser ministras aqui e agora ou a qualquer momento, considerando o conjunto de mulheres preparadas, capazes e competentes que existem em todos os Partidos e em todas as ideologias políticas do País. Não há por que adiarmos a possibilidade de termos um ministério feminino, como se ainda tivéssemos que nos preparar para desempenhar essa função! Creio que essa visão não tem nada a ver com a realidade brasileira, com os avanços alcançados pelas mulheres brasileiras.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Ouço, com muita emoção, o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. E vejo, com muito respeito, as quatro Senadoras ilustres que compõem a Mesa neste momento ali, incluindo a minha conterrânea. Nunca me esqueço que a Deputada Marta Suplicy nos procurou e apresentou uma

emenda propondo que 25% das vagas de candidatos nas chapas eleitorais fossem obrigatoriamente ocupadas por mulheres. O nosso querido Senador Bernardo Cabral – todos conhecemos a sua simpatia, a sua capacidade jurídica e os seus sentimentos elevados de respeito ao mundo feminino – disse então: Esse projeto é inconstitucional, porque se na Constituição todos são iguais perante a lei, como votaremos matéria propondo que 25% das vagas sejam ocupadas pelo sexo feminino? Apresentei uma outra emenda – que o Senador Cabral disse ser sábia – que em vez de estabelecer que 25% das vagas seriam destinadas ao sexo feminino, estabelecia que, obrigatoriamente, deveria haver 25% de cada sexo. Disseram: Ah! Foi uma saída sábia para agora! Não! Não estou pensando em agora. Estou pensando em fazermos isso agora para que, daqui a 30 anos, não tenhamos de apresentar emendas com a finalidade de garantir esse direito aos homens, porque, na verdade, se repararmos, é o que vai acontecer. Quando saí da Faculdade de Direito, quando me formei, havia quatro mulheres na turma; hoje, o normal é haver 60% de mulheres nas Faculdades de Direito. Nos últimos concursos para juiz de Direito no Rio Grande do Sul, os seis primeiros lugares foram ocupados por mulheres; no último concurso para promotor de Justiça no meu Estado, os sete primeiros lugares foram ocupados por mulheres. Se me perguntarem qual é o fato de grande significado do final deste milênio, eu diria que, finalmente, o mundo está contando com a participação total das mulheres, que as mulheres estão ocupando o seu lugar. Do fundo do meu coração, creio que as mulheres têm mais competência, mais sensibilidade, mais espírito público e mais dedicação. Pior do que nós homens fizemos, nem querendo elas conseguiriam fazer! Portanto, está na hora de o Sr. Fernando Henrique Cardoso ter pelo menos uma mulher no seu Ministério, caso contrário ficará mal para o Governo de um sociólogo, que se diz internacional e globalizado, como bem disse o Senador Eduardo Suplicy. Está na hora das mulheres ocuparem um lugar que ainda não ocuparam – e é o último que falta: o de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Digo isto, com muito carinho, a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Marina Silva, que sabe do respeito e da admiração que tenho pela sua pessoa. V. Ex<sup>a</sup> é competente, culta e tem uma sensibilidade que me emociona permanentemente. V. Ex<sup>a</sup> traz para este Congresso a alma sentida do nosso povo; representa as pessoas que vieram do lado mais difícil, que atingiram o apogeu, mas conservaram a pureza, a simplicidade. Isto é o que V. Ex<sup>a</sup>

representa. Tenho o maior carinho por V. Ex<sup>a</sup> e creio que esse discurso, pela beleza com que foi pronunciado, tem conteúdo, embora — perdoe-me, mas foi V. Ex<sup>a</sup> quem o disse —, não fora a mulher, com a sua vaidade e ambição de conhecer, ter comido a maçã, estariam todos no paraíso. Muito obrigado.

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT — AC) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. Emocionada, recebo também as suas palavras carinhosas.

Vou concluir meu pronunciamento, Sr<sup>a</sup>. Presidente, dado o adiantado da hora.

Se, daqui a alguns anos, tivermos que estabelecer quotas para que os homens participem da vida pública, nós, mulheres, no nosso projeto de unificação da cultura e de recuperação do respeito à diferença, teremos fracassado! Nosso grande desafio é marchar por inteiro, sem exclusão, como aconteceu conosco.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, as mulheres estão se preparando.

Dizem que quando uma estrela morre — e isso é verdade —, o seu brilho ainda permanece por muito tempo na ilusão dos nossos olhos. Quando uma estrela nasce, talvez por muito tempo, na ilusão dos nossos olhos, não sejamos capazes de enxergá-la. As mulheres talvez sejam esse brilho na cultura da raça humana. Ele já existe na sua essência, enquanto potencial, enquanto capacidade. Manifesta-se e realiza-se a passos ainda muito curtos, em que pese todos os avanços. Quatro por cento de mulheres no Congresso Nacional é muito pouco para o muito que somos em força de trabalho, capacidade intelectual e força produtiva para movimentar a economia, a política e a cultura deste País. É muito pouco, mas é o brilho que existe na essência, uma força latente que se transforma e transforma opiniões com a força do gênero feminino, que indaga e que não tem medo de fazer que os seus projetos, os seus pensamentos e as suas limitações possam ser testados pelo conjunto da sociedade de homens e de mulheres.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Marina Silva, a Sr<sup>a</sup> Emilia Fernandes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Júnia Marise, 2<sup>a</sup> Vice-Presidente.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise). — A Mesa Informa ao eminente Senador Carlos Bezerra que S. Ex<sup>a</sup> está inscrito no lugar da Senadora Marlú-

ce Pinto, porque houve permuta entre a Senadora e S. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (Bloco/PT — RJ). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, como mulher, negra e oriunda das classes mais humildes, tenho um compromisso, que procuro reafirmar cotidianamente no exercício do meu mandato, de luta contra as imposições das classes dominantes, de incessante oposição a toda e qualquer forma de discriminação social.

Felizmente, pudemos verificar, no transcurso do Dia Internacional da Mulher, um forte engajamento na luta pela igualdade dos direitos e das oportunidades entre os sexos. Infelizmente, pudemos concluir que, se muito conquistamos até o presente momento, muito mais temos a conquistar até que a igualdade que reivindicamos se torne uma realidade efetiva.

No Brasil, e em todo o mundo, houve numerosas manifestações em favor da mulher, alternando homenagens e protestos contra sua discriminação. Aqui, na Capital da República, o Dia Internacional da Mulher foi festejado com uma passeata iniciada no Parque Infantil Ana Lídia nome que homenageia a garota brutalmente assassinada 30 anos atrás, num crime ainda impune que comoveu a cidade e encerrou na Torre de TV.

No Estado do Rio de Janeiro, que tenho a honra de representar neste colendo Plenário, houve, entre outras comemorações, uma caminhada de quatro quilômetros pelas praias do Leme e de Copacabana, com as presenças do Ministro da Saúde, Cesar Albuquerque, e de Rosiska Darcy de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Manifestações dessa natureza deram demonstração inequívoca de que a sociedade brasileira, hoje, está consciente e engajada na luta pelo estabelecimento de um novo modelo de relações sociais, mais democrático e igualitário.

No plano internacional, o destaque foram as manifestações em favor das mulheres afgãs, submetidas a um regime que, por suposta obediência a dogmas religiosos, as opõe de forma contundente. A repressão às mulheres no regime de Cabul é tão forte que os protestos aconteceram em Paris, em Madri, em Roma e em praticamente todas as capitais ou cidades importantes da Europa, fazendo eco no Vaticano, onde o Papa João Paulo II defendeu-as

mulheres que têm seus direitos fundamentais negados pelos regimes políticos de seus países.

O Dia Internacional da Mulher foi instituído não apenas para homenagear as mulheres, mas, principalmente, para marcar a luta em favor do reconhecimento dos seus direitos. A humanidade conscientizou-se dessa necessidade sobretudo após a morte de 129 tecelãs americanas, incendiadas criminosamente na fábrica em que trabalhavam por reivindicarem jornada diária de 10 horas de trabalho.

Desde então, a luta díquelas mulheres tomou nova proporção, com o engajamento dos setores mais avançados da sociedade no movimento para eliminar os preconceitos e promover a igualdade entre os sexos. A instituição do Dia Internacional da Mulher viria a universalizar essa luta, que, longe ainda de acabar, tem registrado resultados animadores.

Nas últimas décadas, as mulheres abandonaram sua posição de espectadoras dos acontecimentos para assumir o papel de participantes da história, seja na política, nas artes, na economia, ou no papel anônimo de operárias, mães, chefes de família. A mulher cansou-se das promessas do mundo masculino, de que sua vez estava para chegar. Assim, arreagaçou as mangas e foi à luta, nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, nas repartições públicas.

Entre suas conquistas mais importantes, pode-se citar o direito ao voto. Era pouco para seu potencial, para sua capacidade de trabalho e seu talento. Assim, aos poucos, foi alcançando vôos maiores, até assumir cargos da maior importância, como as chefias de governo. Num relance, poderíamos citar, entre as mulheres que chegaram à instância máxima do poder, Isabel Perón, Indira Gandhi, Golda Meir, Benazir Bhutto, Violeta Chamorro, Margaret Thatcher.

Nos Estados Unidos, a nação mais poderosa do planeta, a política externa está entregue à Secretária de Estado Madeleine Albright. Também naquele país, uma brasileira, Jacqueline Lira, faz parte de um seleto grupo que opera o laboratório de propulsão a jato da Nasa. Seria cansativo citar exemplos de mulheres que ocupam funções de importância basilar nos negócios, na política e em todos os segmentos da sociedade.

De qualquer forma, seria desnecessário, porque comprovar a competência e o talento da mulher não nos basta. O que nos interessa, efetivamente, é democratizar essas oportunidades, uma vez que as mulheres, na vida cotidiana, são vítimas de odiosa discriminação que se revela no mercado de trabalho, nas escolas, nos lares.

Nesse aspecto, a sociedade brasileira ainda tem que aprimorar-se muito. Há uma nítida separação da mulher no que tange às oportunidades de trabalho, e, ainda quando empregada, a mulher recebe salários bem inferiores aos dos homens para a execução de tarefas idênticas.

Na antevéspera do terceiro milênio, vivemos uma verdadeira revolução financeira e industrial. Suas consequências se expressam na linguagem, no mundo do trabalho, mudando radicalmente o modo de viver do povo brasileiro.

A palavra globalização tem se revelado presença constante no repertório não só dos políticos, empresários e intelectuais, mas também na esfera popular, através da mídia em geral. Sabemos que o processo de globalização está em marcha no Brasil. Neste sentido, há que se pensar e compreender melhor as perspectivas dos próximos anos, bem como suas implicações sociais, tendo em vista a doutrina adotada por nossos governantes trazer risco e implicações diretas nas políticas sociais que refletem as condições de vida das mulheres:

- Aumento de mulheres no mercado de trabalho;
- Aumento da taxa de desemprego das mulheres;
- Aumento da taxa de mulheres como chefe de famílias.

Dentro do quadro alarmante da atualidade, se nós mulheres não tomarmos medidas rápidas e drásticas, continuaremos fora dos níveis de decisão sobre a reorganização do mundo em que vivemos, com graves reflexos nas questões de base como o desemprego, baixo nível educacional, caos na saúde e o aumento da violência, bem como tantos outros exemplos.

A globalização é o paradigma da atualidade que vem demarcar pontualmente as diversas estruturas em nosso País e que gera a exclusão social como fenômeno marcante deste fim de século. Seja ela de gênero, de classe social, racial, étnica e religiosa.

O Brasil é reconhecido como País de regime democrático. Para além de outras definições e princípio, democracia significa que todas as pessoas que são afetadas por decisões devem poder participar e intervir nos processos que as definem. Nesse sentido, a democracia de fato é um valor e um ideal dinâmico ainda em construção, por isso um ideal a ser perseguido em nossa realidade.

Em todo o mundo, as constituições democráticas modernas colocam como princípio a igualdade

entre homens e mulheres. Isso, porém, não tem tido reflexo direto na participação efetiva das mulheres nas instâncias de poder decisório em nível idêntico ao dos homens. Assim como não se considera democrático um regime que não aceita o sufrágio universal ou a separação dos poderes, não é possível continuarmos a aceitar como 'normal' e pacífico, numa redutora visão dos direitos humanos, como democrático, um país onde há exclusão da metade do povo de suas decisões.

Para que entendamos melhor a precariedade de nossa democracia, é bom atentarmos para as considerações acerca desse déficit democrático acumulado e chamarmos a atenção para o fato de que em grande parte de nossas instâncias de poder político a quota de participação masculina chega a 100%.

No Brasil, com raríssimas exceções, como no caso da Assembléia Legislativa de São Paulo, a quota masculina chega a 89%, ficando 11% para as mulheres. Para além do déficit quantitativo, há o déficit qualitativo, refletido em uma organização social e política tradicional que dispensa a contribuição feminina para a gestão da sociedade. Isso significa uma péssima gestão de recursos e potenciais humanos.

Daí apontarmos para a contradição da política liberal, que aponta para o ideal de igualdade, quando o que assistimos é a eliminação das diferenças nas práticas governamentais.

Nós, mulheres, somos diferentes dos homens por natureza e história. Nesse sentido, podemos contribuir de modo diferente para o bem comum, com o mesmo direito de acesso aos bens, recursos e gestão da sociedade.

Nossa experiência histórica, gestão do cotidiano, experiência diversificada, mobilidade e práticas apontam para o papel social que devemos assumir: o de elementos portadores de uma visão e de uma sensibilidade que poderão melhorar nossa sociedade no que concerne à organização e à definição de propriedade e objetivos.

Bom seria se houvesse a preocupação com a constitucionalidade dessa disparidade nos centros de poder e ela fosse tratada como jurídica e socialmente injusta e incorreta, exigindo-se mecanismos específicos para superá-la.

Há, portanto, de se desenvolver um novo ideário para a democracia, construído a partir da consciência renovada dos direitos das mulheres e do reconhecimento da própria dualidade do gênero humano. Até agora a teoria democrática não tem dado im-

portância à questão de gênero, matriz da alteridade do ser humano.

No entanto, essa exclusão sistemática e histórica das mulheres persiste e é tolerada apesar das mudanças que se operaram com a criação e viabilização das quotas.

O que queremos é a igualdade entre os sexos nas esferas de decisão como elemento central da democracia. Cabe ainda lembrar a preocupação de não generalizarmos a mera formalidade da igualdade e a distorção percebida quando se confunde igualdade com a anulação de diferenças.

Assim o importante é não anular as diferenças em nome da igualdade, tendo como parâmetro universal um só modelo. Ao contrário, as diferenças tanto sexuais, como de gênero e tantas outras devem ser reconhecidas e integradas, o que significa refazer tudo o que se fez até aqui, recriar um novo paradigma e uma nova concepção de democracia paritária, o que acreditamos trará repercussões positivas em todas as instâncias governamentais, com reflexo na vida cotidiana. Isso quer dizer que devemos afirmar a diferença ao invés de excluí-la.

Assim, é preciso, sem mais delongas e etapas, que os movimentos sociais de mulheres, os partidos, as lideranças políticas e cada um de nós reconheça a paridade como valor a perseguir e desenvolver incorporando-a como um dos objetivos de nossa atuação, para mudar a base democrática neste País, através de ações afirmativas destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidades, por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações, para atender a necessidade de novos caminhos para a instalação de uma verdadeira democracia no Brasil.

Nós, mulheres, representamos, hoje, mais de 50% da população mundial e fazemos a outra metade. Neste sentido cabe alertar para que não haja o cancelamento da possibilidade de haver futuro para a humanidade.

Não reivindicamos um tratamento privilegiado. Exigimos apenas igualdade de oportunidades e de direitos e pleno reconhecimento de nossa capacidade, o que há séculos nos vem sendo negado.

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, no dia 13 do mês passado, à Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, Anna Maria Rattes, salientou:

De todas as bandeiras que a mulher carregou neste final de século, a busca da identidade permanece como uma das mais importantes. Para se ter uma idéia, dentro do pressuposto da sociedade antiga, a mulher feliz era a que fazia felizes seu marido e seus filhos, esquecendo-se de si mesma. O feminismo foi capaz de perceber quão pouco idealizado era o conceito de felicidade e quão pouco, na maioria das vezes, a mulher que tinha alcançado o ideal de casar e ter filhos podia-se dizer totalmente realizada.

O homem brasileiro, talvez um tanto assustado com a postura assumida pelas mulheres nestas últimas décadas, procurou distorcer o ideal e as feministas. O movimento foi enormemente prejudicado, dada a falsa noção de que as mulheres pretendiam ser iguais aos homens. Na verdade, nós pleiteamos apenas respeito, direitos iguais, oportunidades idênticas e reconhecimento de nossas potencialidades.

No transcurso do Dia Internacional da Mulher, Srs. e Srs. Senadores, é importante que a sociedade brasileira se conscientize de que as mulheres não se querem defrontar com os homens e nem com eles competir. Querem, pelo contrário, participar de forma ativa, juntamente com eles, da reformulação do modelo de relações sociais, não com interesses corporativos, mas com a convicção de que esse pacto resultará em benefícios gerais para toda a sociedade.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – As comemorações do Dia Internacional da Mulher prosseguirão após a Ordem do Dia.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Srª. Presidente, peço a palavra como Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Oposição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno. S. Exª dispõe de 5 minutos.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, assistimos anteontem a um relevante fato político do processo eleitoral: a vitória governista na Convenção Nacional do PMDB. Os convencionais do Partido decidiram, por 389 vo-

tos contra 303, apoiar Fernando Henrique Cardoso nas eleições de outubro próximo.

Evidentemente trata-se de decisão de um Partido político, mas que interessa a toda a Nação. E o que aconteceu, obviamente, se reflete no conjunto dos partidos políticos. Portanto, é de nossa responsabilidade, representando o PT e o Bloco de Oposição, analisarmos o ocorrido para que possamos tomar providências a esse respeito.

Srª. Presidente, se o Presidente da República está respirando aliviado com a decisão do PMDB de não lançar candidato próprio, por outro lado, o processo que levou a esse resultado poderá ser extremamente desgastante para os vencedores.

Há vitórias ignominiosas. Vitórias que envergonham o vencedor. Essa é certamente uma delas. A Convenção mostrou um PMDB dividido e seduzido por promessas do conhecido jogo do toma lá dá cá. A Bancada de Santa Catarina votou em bloco no apoio a Fernando Henrique Cardoso em troca da possibilidade de o BNDES liberar 120 milhões de reais ao Estado, como antecipação de receita das privatizações, segundo o noticiado pela imprensa. Na balança estavam 86 cargos ocupados por pemedebistas e toda a gama de privilégios decorrentes da ligação umbilical com o poder. Ninguém quer ficar mal com o Governo, especialmente com um governo que age de acordo com o ditado: Aos amigos, tudo. Aos inimigos, a lei.

Não é a primeira vez que o Governo Fernando Henrique Cardoso protege seus aliados e alicia indecisos. Fatos recentes desmascararam um governo capaz de ratear cargos e fazer toda sorte de negociação miúda para alcançar seus objetivos. A votação da quebra dos monopólios, em agosto de 1995, a Proposta de Emenda à Constituição da Reeleição e o escândalo da compra de votos, em junho de 1997, a votação das Reformas Administrativa e Previdenciária e a própria Lei Eleitoral, moldada para satisfazer as necessidades de quem já está no poder, explicitaram a vergonhosa barganha política desse Governo. Uma prática tantas vezes criticada pelo então Parlamentar Fernando Henrique Cardoso, que, hoje, como que a se esquecer do que ensinou à Nação, usa e abusa do que antes tanto condenara.

O jogo do "é dando que se recebe" acaba de implodir, pela segunda vez, o maior Partido político brasileiro. O esfacelamento do PMDB fica notório pelo desentendimento entre alguns integrantes e seu Presidente, por conta de depoimentos veiculados na

televisão e por meio do resultado da Convenção, em que 43,8% dos convencionais votaram a favor da candidatura própria. Ironicamente, um resultado muito parecido com o da votação dos cinco anos de mandato, em 1988, que resultou no surgimento do PSDB. Naquela época, 42,3% dos Parlamentares se posicionaram a favor de um mandato presidencial de quatro anos. A forma como ocorreram inúmeras mudanças de posição às vésperas da Convenção foi semelhante à ocorrida há dez anos. Naquela ocasião, um Senador do PDS, entrevistado à noite por um Jornal da Globo, mudou de opinião pela manhã no Bom Dia Brasil. Coincidemente, dias depois, um afiliado político seu foi empossado como diretor financeiro de uma importante estatal. O que ainda virá pela frente?

É oportuno que o Presidente Fernando Henrique Cardoso se lembre do que disse em seu discurso de desligamento do PMDB, quando deixou a Liderança do PMDB, em 22 de junho de 1988, ao refletir sobre a indignação daqueles que, como ele, Franco Montoro, José Richa, Mário Covas e tantos outros, não quiseram aceitar a maneira de como o Palácio do Planalto pressionara os Parlamentares do PMDB para definirem cinco anos de mandato para o então Presidente José Sarney. Foi aqui mesmo, neste plenário, que o Senador Fernando Henrique pronunciou as seguintes palavras:

"O PMDB não foi capaz de refazer seus objetivos. Por motivos que não cabe discutir hoje, neste processo lento de democratização, o Moloc estatal tragou o Partido. Os interesses administrativos, as conexões econômicas e os interesses eleitorais minaram o PMDB, tornando-o, cada vez mais, o grande cartório cujo carimbo é condição indispensável para o exercício do poder."

Lembramos que moloc significa estado que se alimenta da anulação das liberdades individuais.

O Senador Fernando Henrique mesmo disse, no dia 8 de novembro de 1991, também em pronunciamento no Senado Federal, sobre a sua posição e a do PSDB quando da derrota da Emenda Richa, recordando os episódio de 1988:

"Não entendo os homens, quando estão no poder, que não percebem, às vezes, que a grandeza é melhor para eles próprios do que aferrar-se mesquinamente a um dia a mais de mandato."

O Senador Fernando Henrique utilizou-se dessas palavras com o intuito de convencer o então

Presidente José Sarney que era o momento de assumir a tarefa histórica de promover a transição de um sistema de governo para o outro e que o povo fosse ouvido com a eleição quatro anos depois de sua posse.

Srs. e Srs. Senadores, tenho a nítida impressão de que houve, na verdade, uma vitória de Pirro dos governistas na Convenção do PMDB. Ficou claro como o Governo FHC usou e abusou da máquina administrativa para obtê-la. A desmoralização decorrente dos métodos utilizados acabará por enfraquecer os que desejam permanecer no poder a qualquer custo.

Em novembro de 1996, quando da tramitação da emenda da reeleição, chamei a atenção para o que Alexis de Tocqueville, em *A Democracia na América*, de 1835, disse:

"Quando um simples candidato quer vencer (...), as suas manobras não podem exercer-se senão sobre um espaço circunscrito. Quando, pelo contrário, o chefe do Estado mesmo se põe em luta, torna emprestada para seu próprio uso a força do governo."

Ou seja, de um lado está um homem com seus frágeis meios, e do outro está o governante usando toda a força da máquina estatal para permanecer no poder.

Concluindo, Sr. Presidente, quero afirmar que o meu alerta pode estar se configurando agora.

Coerente e merecedor do nosso cumprimento está sendo o Governador Mário Covas, que alertou, em inúmeras oportunidades, para o fato de que não deveria haver o direito de reeleição, já prevendo, como fez Tocqueville, os abusos que inevitavelmente acabariam por ser cometidos. Ainda ontem, reiterou que deseja que a sua palavra seja aceita como verdadeira.

Sr. Presidente, estou encaminhando, hoje, à Corregedoria-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, representação pedindo a apuração das alegações de que teria havido crime eleitoral na Convenção do PMDB. Os jornais de ontem e de hoje trazem reportagens, inclusive entrevista do ex-Presidente Itamar Franco, que denunciam a concessão de cargos e a liberação de verbas em troca de votos que beneficiam a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que precisam ser apurados pelo Corregedor e pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPILY EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

(Documento a que se refere o Senador Eduardo Suplicy em seu discurso:)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.**

EDUARDO MATARRAZO SUPLICY, brasileiro, casado, economista, Senador - PT (RJ), SEBASTIÃO ROCHA, brasileiro, casado, Senador - PDT (AP), portador do título de eleito nº 9337025/85 e ANTÔNIO CARLOS VALADARES, brasileiro, casado, Senador - PSB (SE), portador do título de eleitor nº 37920121/79, domiciliados no SENADO FEDERAL, o primeiro no Gabinete 11, Ala Alexandre Costa, o segundo no Gabinete 20, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 20, e o terceiro no Gabinete 12, Ala Teotônio Vilela e o PARTIDO DOS TRABALHADORES, partido político devidamente registrado no TSE, com sede à Rua Silveira Martins, nº 132, Centro, São Paulo-SP, por sua advogada ao final assinada e qualificada na Procuração em anexo, vem à presença de Vossa Excelência, com supedâneo no que lhes assegura o art. 377 do Código Eleitoral e no art. 22 da Lei Complementar nº 64/90, propor a presente

**REPRESENTAÇÃO**

contra o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e os Senhores Ministro da Justiça, IRIS RESENDE e da Comunicação, SÉRGIO MOTTA, a fim de que este Egrégio Tribunal, através da sua Corregedoria-Geral, proceda à apuração de crimes eleitorais, conforme se observará.

**DOS FATOS**

Precederam à Convenção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB -, realizada no dia 8 do mês de Março de 1998, em que foi decidida, por 389 contra e 303 a favor, pela rejeição de candidatura própria para o cargo de Presidente da República e apoio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, votação esta que recebeu

bastante influência de manobras políticas do Chefe do Governo Federal e de alguns de seus Ministros, através da negociação de favores públicos noticiados nos maiores Jornais de Circulação do País.

Para se ter desde logo uma noção das ocorrências, o Jornal O GLOBO, em sua edição de 3 de março de 1998, página 3, informou:

"A cinco dias da convenção que decidirá pela candidatura própria ou pelo apoio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, começou a temporada da barganha do PMDB. Os diretórios estaduais do partido deram inicio ontem a uma maratona de reuniões nos estados e estão fazendo chegar ao Planalto as suas condições para apoiar a reeleição. Uma das reivindicações dos que ainda estão indecisos é a neutralidade do presidente Fernando Henrique nas eleições em estados onde PMDB, PFL, PPB e PSDB estiverem em lados opostos. Também estão sendo feitas reivindicações por obras ou verbas para os estados. O governador de Santa Catarina, Paulo Affonso, por exemplo, quer a rolagem da dívida estadual, autorização para negociar os títulos bloqueados durante a CPI dos Precatórios e a antecipação de receita das privatizações no setor elétrico.

- O governador está insatisfeito com o tratamento recebido do Governo Federal, que só atende aos senadores Espéridião Amin (PPB) e Vilson Kleinübing (PFL) e ao prefeito de Joinville, Luiz Henrique (PMDB) - reclama o deputado Valdir Colatto que se reuniu ontem com Paulo Afonso"

Não bastasse tal fato, que foram levados ao conhecimento dessa Corregedoria através da Representação proposta no dia 5.3.98, pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES e pelos Deputados FERNANDO MAINARDI e MILTON MENDES DE OLIVEIRA, sob o Protocolo nº 1.023/98, foi noticiado no Jornal O GLOBO de 9 de março de 1998 que "O Governo libera recursos para garantir votos de Santa Catarina pró-coligação", consoante se observa da leitura do texto a seguir transscrito:

O Governo aceitou o preço do apoio do PMDB de Santa Catarina à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. O governador Paulo Afonso Vieira espera, para os próximos dias, a liberação de R\$ 200 milhões do BNDES - fundamentais para o acordo da dívida do estado, de R\$ 1,9 bilhão - e mais recursos para a construção de uma via expressa em Florianópolis, a restauração da BR-282 e programas

habitacionais. Segundo o deputado Edinho Bez - coordenador da bancada de Santa Catarina - o acordo foi fechado na semana passada, graças à intermediação do presidente da Câmara, Michel Temer (SP), e do líder do partido na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). Além das verbas, segundo o prefeito de Joinville, Luiz Henrique, Fernando Henrique prometeu maior espaço para o partido no futuro Ministério, se for reeleito.

- Falei com o presidente na sexta-feira. Ele prometeu que o PMDB vai ter espaço no Governo proporcionou ao número de governadores, senadores e deputados que eleger. Seremos majoritários na composição do Ministério do futuro Governo - anunciou Luiz Henrique aos convencionais do estado"

#### Governo dá mais dinheiro do que o estado queria

Embora o PMDB de Santa Catarina reivindicasse R\$ 150 milhões, o BNDES vai liberar R\$ 200 milhões como antecipação das privatizações que o estado sequer fez. O dinheiro servirá como garantia para o acordo da dívida de Santa Catarina. Pelo acordo, o estado teria que oferecer 20% do valor negociado para que a União assumisse a dívida..."

Nesta esteira, visível é o cometimento de práticas ilegais praticadas pelo Chefe do Governo Federal e alguns de seus Ministros, que merecem apuração pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A utilização da máquina pública como meio de manobra dos votos na citada Convenção Partidária também foi noticiada pela Folha de São Paulo , de 9 de março de 1998, que trouxe à tona a participação do ilustre Ministro da Justiça **IRIS REZENDE**, observada da leitura do seguinte trecho daquele noticiário:

"O governo decidiu a convenção na última semana, com promessas de liberação de verbas e indicação de parlamentares que ameaçavam votar a favor da candidatura própria para cargos no governo.

No final da tarde de sábado, o ministro Iris Rezende (Justiça) fechou acordo com o governador Paulo Afonso Vieira (SC),

garantindo mais 28 votos no Estado. Paulo Afonso teve a promessa de ajuda do governo para liberar R\$ 200 milhões do BNDES para privatizar estatais."

A participação do Ministro das Comunicações na caça de votos a favor da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso junto aos convencionados do PMDB, através da utilização da máquina pública foi noticiada no Jornal Correio Brasiliense, de 8 de março de 1998, pág. 11, que informou:

#### "CONVENCIONAL DO PMDB GANHA RÁDIOS

A caneta, dessa vez, está nas mãos do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que entrou firme na caça de votos a favor da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso junto aos convencionados do PMDB.

A moeda de troca, no Ministério das Comunicações, é a mesma utilizada durante o governo Sarney, na gestão do hoje Senador Antônio Carlos Magalhães: a concessão de emissoras de rádio e televisão. O maior beneficiado, até agora, é o grupo empresarial do senador Gilvan Borges (PMDB-AP), o Beija-Flor Radiodifusão Ltda.

De uma só canetada, Motta habilitou a família Borges a gerir cinco novas emissoras de rádio. Em editorial, Motta assegurou rádios para a família do senador nos municípios de Macapá, Santana (duas emissoras), Oiapoque e Mazagão. Atualmente os Borges já são donos de uma rádio, a Antena 1, uma das mais ouvidas no Amapá."

A troca de favores tem sido a retórica observada tanto no período pré Convencional como no pós Convencional a fim de que o então Presidente da República seja mantido no cargo e, para tanto, não titubearam os representantes em usar de seu poder

político para manipular o de votos na pluricitada Convenção do PMDB, desviando os atos administrativos por esses praticados, dos princípios da moralidade e finalidade, previstos no art. 37, *caput*, da Carta Magna.

Confirmado-se os fatos denunciados na matéria jornalística, não se pode negar a utilização ilegal da administração pública por parte das autoridades que dirigem o Estado.

O processo eleitoral incorpora os atos realizados pelos partidos políticos, como as convenções periódicas; estas últimas devem, pois, seguir os rígidos critérios legais, e os mais valiosos princípios morais. Uma convenção partidária que se envolve em negociações de interesses públicos, através de ações ou omissões do Governo Federal, ofende diretamente a legislação.

Sobre tais manobras políticas manifestou-se o jurista e historiador Raimundo Faoro na revista *Carta Capital*:

"(...) Aqui, vale tudo, desde a erva viva, o vil metal, que circulou no momento da emenda da reeleição, com o valor de R\$ 200 mil por cabeça, cuja origem não foi atribuída a nenhum mecenas, num inquérito que o governo e o Congresso ficaram devendo ao País, até a queima de fevereiro, com a liberação de verbas de R\$ 611 milhões (fora a extra-orçamentária dívida de R\$ 14,5 bilhões para a agricultura, que a própria política do governo endividou e arruinou).

Houve mais coisas: nomeações, loteamentos de áreas administrativas, e, ao que se diz, mágicas que envolvem bancos oficiais e imunidades a fiscalizações. Os grupos representados no Congresso mamaram ao seu modo, renegociaram a rolagem de dívidas (...). Dos quatro grandes partidos, o mais aquinhoadão foi o PMDB, na sábia previsão de que candidato próprio é um mau negócio - por que trocar o certo pelo duvidoso? (...)

Houve um tempo, no Império e na República, no nosso *Ancien Régime*, em que a representação era uma farsa e uma mentira, a eleição. Era o tempo em que se dizia: A razão está em que não havendo no eleitorado, no povo, nenhuma idéia ou ponto de vista a ser representado, só se representa de fato o que existe; e o que existe nos Estados

é o governo dos Estados. Na União, o que existe é o governo da União (Gilberto Amado, *Eleição e Representação*, 1931). Agora, a eleição está praticamente isenta de fraude, mas a representação falsifica a vontade das urnas. Entre a falsidade e a falsificação, o que escolher? Será que a eleição é um mero ritual para justificar a barganha, o toma-lá-dá-cá dos representantes do povo?" (Revista *Carta Capital*, 4 de março de 1998, ano III, nº 68, página 34).

## DO DIREITO

### OS DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS

As condutas narradas nesta inicial infringem frontalmente o Art. 377 do Código Eleitoral, que dispõe:

"Art. 377 - O serviço de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autarquia, fundação do Estado, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realiza contrato com este, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organização de caráter político.

Parágrafo único - O disposto neste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, de representante partidário ou de qualquer eleitor."

A violação de tal dispositivo é apenada na forma do art. 346 do Código Eleitoral, que estabelece a pena de detenção de até seis meses e pagamento de 30 a 60 dias-

multa. O Parágrafo único daquele artigo esclarece que incorrerão na pena, alem da autoridade responsável, os servidores que prestarem serviços e os candidatos, membros ou diretores de partidos que derem causa à infração.

A Lei Complementar nº 64, de 18.05.1990, em seu artigo 1º, h, também prevê a pena de inelegibilidade, para qualquer cargo, contra aqueles que darem ensejo às condutas aqui indicadas, senão vejamos, *verbis*:

“os detentores de cargo na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo *abuso do poder econômico ou político* apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do periodo de sua permanência no cargo.” - Grifamos.

No caso concreto, o abuso do poder econômico ou político do agente político Presidente da República, deve ser apurado, em nível de justiça eleitoral, a fim de que, constatados os fatos ora denunciados - pressão a políticos utilizando-se do poder político e administrativo -, seja declarada a inelegibilidade do Senhor Fernando Henrique Cardoso e dos demais Representados.

Há ainda que se ressaltar que a Lei nº 8.429/92, esclarece significado do abuso do poder econômico e político em tela, definindo, em seu artigo 11, a figura do ato de improbidade administrativa, vejamos:

“Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:  
I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;  
II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício (...)"

Portanto, verificando que o Chefe do Poder Executivo Federal vem utilizando-se do cargo para coibir outros agentes politicos a adotarem determinada posição,

esquecendo-se interesse público, substituindo-o pelo interesse próprio, patente é pratica ato de improbidade administrativa.

A Lei Complementar traça as diretrizes de procedimento para os casos de atual ilícita do Presidente da República, que impliquem em abuso do poder econômico.  
*verbis*

**Art.19.** As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

Parágrafo único. A apuração e a punição das transgressões mencionadas no "caput" deste artigo terão o objetivo de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na Administração Direta, Indireta e Fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art.21.** As transgressões a que se refere o Art.19 desta Lei Complementar serão apuradas mediante procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizada pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais, nos termos das Leis números 1.579, de 18 de março de 1952, 4.410, de 24 de setembro de 1964, com as modificações desta Lei Complementar. (*Grifos inovados*)

O ex Presidente da República Itamar Franco também denunciou tais irregularidades na Folha de São Paulo, pág. 1-4, de 10 de março de 1998, cópia em anexo, deixando clara os fatos denunciados.

## DO PEDIDO

Face ao exposto, requer

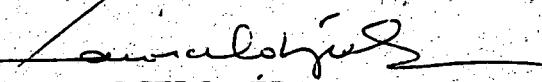
- a) a citação do Presidente da República, para, querendo, impugnar a presente Representação, sob pena de confissão ficta quanto à matéria de fato, bem como a intimação da doura Procuradoria-Geral Eleitoral;

- b) a declaração de inelegibilidade do Senhor Fernando Henrique Cardoso, pela prática do ilícito eleitoral denunciado, conforme o art 22 da Lei Complementar nº 64/90;
- c) a declaração de inelegibilidade do Senhores Iris Rezende e Sérgio Motta, Ministros da Justiça e das Comunicações, e demais autoridades e servidores públicos que tenham participado, ativa ou passivamente, da prática do ilícito eleitoral denunciado, conforme o art 22 da Lei Complementar nº 64/90;
- d) a juntada aos autos dos recortes de jornais mencionados nesta Representação e de demais provas lícitas;
- e) a pena de detenção de seis meses dos denunciados e pagamento de 60 dias-multa, na forma do art. 346 do Código Eleitoral.

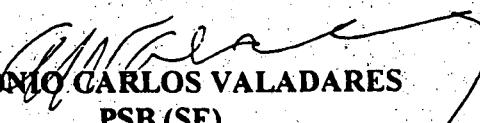
Nesses termos,  
Pede Deferimento.

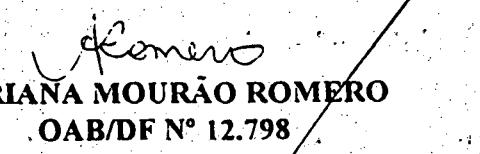
Brasília (DF), 11 de março de 1998

  
**EDUARDO MATARRAZO SUPLICY**  
Senador - PT (RJ)

  
**MARCELO DÉDA**  
Deputado Federal - PT (SE)

  
**SEBASTIAO ROCHA**  
PDT (AP)

  
**ANTÔNIO CARLOS VALADARES**  
PSB (SE)

  
**ADRIANA MOURÃO ROMERO**  
OAB/DF N° 12.798

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, a Sra. Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Aviso aos Srs. Parlamentares que teremos três votações nominais.

Sobre a Mesa, mensagens que serão lidas pela Sra. 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Emilia Fernandes.

São lidas as seguintes:

A 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Sra. Senadora Emilia Fernandes, procederá a leitura do expediente.

É lido o seguinte:

## EXPEDIENTE

### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 110, de 1998 (nº 302/98, na origem), de 6 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega e, cumulativamente, junto à República da Islândia; e

Nº 111, de 1998 (nº 303/98, na origem), de 6 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Sérgio Henrique Nabuco de Castro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

### MENSAGEM Nº 110, DE 1998 (nº 302/98, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,

aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega.

Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, desde que obtidos os beneplácitos solicitados, poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, junto à República da Islândia.

Os méritos do Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de março de 1998. - Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 75/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 4 de março de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, desde que obtidos os beneplácitos solicitados, poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, junto à República da Islândia.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre os países e Curriculum Vitae do Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

**Curriculum Vitae**

**Ministro LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES GUIMARÃES**

Rio de Janeiro/RJ, 15 de agosto de 1941.

Filho de Fábio de Macedo Soares Guimarães e Marina Ribeiro Corimbaba Guimarães.

CPCD, IRBr. "Ecole de Hautes Études en Sciences Sociales", Sociologia Política, Paris.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, MRE.

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Ciências Políticas.

CAE, IRBr.

Professor, substituto, do IRBr, 1969.

Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Marinha, 1961.

Terceiro Secretário, 07 de novembro de 1963.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 30 de março de 1973.

Conselheiro, merecimento, 23 de janeiro de 1980.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1986.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 21 de junho de 1993..

Assistente do Chefe da Divisão da América Central, 1964.

Auxiliar do Chefe da Divisão da América Meridional, 1965.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Americanos, 1966/69.

Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1967..

Chefe, interino, da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1968.

Auxiliar de Gabinete do Secretário-Geral, 1969.  
Chefe do Setor de Administração, Ererio, 1978/79.  
Subchefe da Divisão das Nações Unidas, 1979/85.  
Chefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, 1985/87.  
Chefe, Substituto, do Departamento de Coordenação e Planejamento, 1986/87.  
Chefe Adjunto do Departamento de Organismos Internacionais, 1989/90.  
Chefe, Substituto, do Departamento de Organismos Internacionais, 1989/91.  
Chefe da Divisão do Meio Ambiente, 1990/92.  
Chefe do Departamento das Américas, 1992/95.

~~Paris~~, UNESCO, Segundo Secretário, 1969/72.  
~~Sofia~~, Encarregado de Negócios, a.i., 1971.  
~~Montevidéu~~, Segundo Secretário, 1972/73.  
Montevidéu, Primeiro Secretário, 1973/74.  
Copenhague, Primeiro Secretário, 1974/77.  
Copenhague, Encarregado de Negócios, a.i., 1974/76.  
Paris, UNESCO, Ministro-Conselheiro, 1987/89.  
Nova Delhi, Embaixador, 1995/98.

Assessor para vestibular ao IRBr, Salvador, 1964.  
À disposição do Vice-Primeiro Ministro e Ministro do Exterior de Trinidad-Tobago, em sua visita ao Brasil, 1964.  
Seção Brasileira da Comissão Mista Permanente do Convênio Comercial Brasil-Bolívia, 1965 (secretário).  
Negociações para compra de trigo no Uruguai, Montevidéu, 1965.  
Negociações para a compra de trigo na Argentina, Rio de Janeiro, 1965.  
Negociações para a elaboração do Acordo sobre Transportes Terrestres, Buenos Aires, 1965.  
Negociações para o Acordo Brasil-Paraguai para utilização da Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná, Rio de Janeiro, 1965.  
II Conferência Interamericana Extraordinária, Rio de Janeiro, 1965.  
Negociações para a construção da Ponte Quaraí-Artigas, Rio de Janeiro, 1965.  
Grupo de Preparação da Participação do Brasil na III Conferência Interamericana Extraordinária, 1966.  
À disposição do Presidente da Bolívia, em sua visita ao Brasil, 1966.  
Comitiva ao encontro dos Chanceleres do Brasil e do Paraguai, Foz do Iguaçu, e Puerto Presidente Stroessner, 1966.  
Comitiva do Ministro das Relações Exteriores em visita a Santiago, La Paz, Buenos Aires e Montevidéu, 1966.  
À disposição do Cerimonial durante a visita dos Príncipes do Japão, 1967.  
Assessor para vestibular ao IRBr, Belo Horizonte, 1967.  
Reunião dos Embaixadores do Brasil nos países amazônicos, Manaus, 1967.  
III Conferência Interamericana Extraordinária, Buenos Aires, 1967.  
XI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, Buenos Aires, 1967.

Reunião dos Chanceleres dos países da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1967.

Encontro dos Presidentes do Brasil e do Paraguai, Uberaba, 1967.

XV Reunião do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso - CIAP, Washington, 1967.

Reunião de Especialistas Encarregados de elaborar o Programa Interamericano de Ciência e Tecnologia, Washington, 1967.

A disposição do Secretário-Geral da OEA em sua visita ao Brasil, 1968.

Reunião do CIAP sobre o Brasil "Country reviews", Washington, 1968.

Reunião Extraordinária do CIAP, Washington, 1968.

Reunião do Parlamento Latino-Americano, Brasília, 1968.

A disposição do Cerimonial durante a visita ao Brasil do Presidente do Uruguai, 1969.

V Reunião do Conselho Interamericano Cultural, Maracay, Venezuela, 1969.

I Reunião Extraordinária e III Reunião Ordinária dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1969.

VI Sessão da COI, Paris, 1969.

Conferência sobre os resultados práticos e científicos do Decênio Hidrológico Internacional em matéria de hidrologia (Conferência do Meio-decênio), Paris, 1969.

I Reunião do Grupo de especialistas intergovernamentais para elaborar um projeto de regimento interno da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), Paris, 1970.

Reunião do Grupo "ad hoc" para a preparação de um piano a longo prazo em hidrologia, Paris, 1970.

XVI Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1970.

Conferência Intergovernamental sobre os aspectos institucionais, administrativos e financeiros das políticas culturais, Veneza, 1970.

Reunião do Grupo de Peritos sobre Aspectos Legais dos Sistemas de Aquisição de Dados Oceânicos, Londres, 1970.

I Reunião do Grupo de Especialistas sobre o Plano Ampliado a Longo Prazo sobre Pesquisa Oceânica do COI, Mônaco, 1970.

Reunião do Bureau da COI, Malta, 1970.

II Sessão do Grupo de Trabalho da COI sobre formação e ensino em matéria de Ciência do Mar, Malta, 1971.

III Sessão do Grupo de Trabalho da COI sobre Assistência Mútua, Malta, 1971.

X, XI e XII Reunião do Bureau e Conselho Consultivo da COI, Paris, 1969 e 1970, Bordeaux, 1971.

Conferência Intergovernamental para o estabelecimento de um Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST), Paris, 1971.

Conferência de Revisão da Convenção Universal sobre Direitos do Autor, Paris, 1971.

I Reunião do Conselho de Coordenação do Programa "O Homem e a Biosfera", Paris, 1971.

Conferência para o estabelecimento do Programa Internacional de Correlação Geológica, Paris, 1971.

I e II Encontro Internacional "Pacem in Maribus", Malta, 1970/71.

II Reunião do Grupo de especialistas governamentais para elaborar um projeto de regimento interno da COI, Paris, 1971.

LXXXV a LXXXVIII Reuniões do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, 1970 e 1971.

VI e VII Sessões do Conselho de Coordenação do Decênio Hidrológico Internacional, Genebra, 1970 e Paris, 1971.

Conferência de especialistas governamentais para formular um projeto de convenção sobre sistemas de dados oceânicos, Paris, 1972 (relator-geral).

X Conferência Hidrográfica Internacional da Organização Hidrográfica Internacional, Mônaco, 1972.

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, Estocolmo, 1972.

VII Sessão do Conselho Executivo da COI, Bergen, 1976.

Reunião de Planejamento sobre a utilização de navios destinados à observação de ventos tropicais no hemisfério sul - OMM, Leningrado, 1976.

VI, VII, IX e X Assembléias da COI, Paris, 1969, 1971, 1975 e 1977.

Conferência sobre Proibição ou Restrição ao Uso de Certas Armas Convencionais, Genebra, 1979.

XXXIV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1979.

III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, IX Sessão, Genebra, 1980.

XXXV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1980.

III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, X Sessão, Nova York e Genebra, 1981.

Grupo de Especialistas da COI sobre Direito do Mar, Tenerife, 1981.

III Seminário Internacional sobre Discriminação Racial, Manágua, 1981.

Reunião para tradução da Convenção sobre Direito do Mar, Rio de Janeiro, 1982.

VI, XV, XVI e XVII Reuniões do Conselho Executivo da COI, Paris, 1975 e 1982, Tenerife, 1989..

III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, XI Sessão, Nova York, 1982.

XVII Reunião do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica, Leningrado, 1982.

II Reunião do Grupo de Especialistas da COI sobre Direito do Mar, Nova York, 1982.

I Seminário sobre Assuntos Antárticos, São Paulo, 1982.

XII Assembléia da COI, Paris, 1982.

III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, Sessão de Encerramento, Montego Bay, Jamaica, 1982.

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Subcomissão encarregada de elaborar o Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR -, 1981.

Comitê científico de Pesquisa Antártica SCAR (delegado alterno do Brasil): XVI Reunião, Leningrado, 1982; XVIII Reunião, Bremerhaven, 1984; XIX Reunião, San Diego, 1986. Expedição à Antártica, navio oceanográfico "Barão de Teffé", 1983.

Comissão Interministerial para a Guarda Costeira, 1983 (suplente).

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Subcomissão encarregada de administrar o PROANTAR, 1983 (suplente).

I Reunião da Comissão Preparatória da autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional de Direito do Mar, Kingston, Jamaica, 1983.

Seminário internacional sobre Política antártica, Kiel, RFA, 1983.

II Reunião do Comitê de Especialistas Governamentais de Alto Nível - CEGAN (CEPAL), Havana, 1983.

Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional de Direito do Mar, I Sessão, Kingston, 1983; II Sessão, Kingston e Genebra, 1984 (chefe); III Sessão, Kingston e Genebra, 1985 (chefe); IV Sessão, Kingston, 1986 (chefe).

Operação Antártica I, Navio de Apoio Oceanográfico, "Barão de Teffé", 1983.

Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), Secretário-Adjunto e Representante suplente do Ministério das Relações Exteriores, 1983/87.

Conferencista no Centre D'Études de Politique Etrangère, Paris, 1972.

Conferencista na Escola de Guerra Naval, 1979, 1980 e 1983/84/85/87.

Conferencista na Escola Nacional de Informações, 1979, 1982 e 1983.

II Seminário sobre o Programa Antártico Brasileiro, São Paulo, 1984.

Simpósio sobre Recursos do Mar, Rio de Janeiro, 1984.

Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CNPA), 1984/87 (membro).

Conferencista na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), 1984/86.

Reunião dos países de Língua portuguesa para tradução da Convenção sobre o Direito do Mar, Rio de Janeiro, 1982 e Maputo, 1984.

Seminário sobre Direito do Mar, CEPAL, Montevidéu, 1984.

Comitiva do Presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais em viagem à China, 1984.

XIII Reunião Consultiva do Tratado da Antártica, Bruxelas, 1985.

Seminário Internacional "Antartic Challenge", Kiel, República Federal da Alemanha, 1985.

Seminário na geleira de Beardmore, Antártica (patrocinado pelo National Research Board, dos EUA), 1985.

IV Reunião Consultiva Especial do Tratado da Antártica (negociação de um regime para exploração e aproveitamento de

recursos minerais antárticos), VI Reunião, Rio de Janeiro, 1985; VII Reunião, Paris, 1985 (chefe); VIII Reunião, Hobart, 1986 (chefe); IX Reunião, Tóquio, 1986 (chefe); reuniões de grupos restritos, Nova York, 1985, Nova Zelândia, 1986. Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBRAE), suplente, 1985/87.

Seminário sobre cooperação científica Antártica (patrocinado pelo International Institute for Environment and Development), Racine, Estados Unidos, 1986.

Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), 1986/87 (representante do Ministério das Relações Exteriores).

Convenção sobre a Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural, XIII Reunião da Mesa (Relator), Paris, 1987; Assembléia das Partes, Paris, 1987; XIII Reunião do Comitê, Paris, 1987.

Conselho Executivo da UNESCO, suplente do Prof. José I. Vargas, CXXVI Reunião, Paris, 1987; CXXVIII Reunião, Paris, 1987; CXXVIII Reunião, Paris, 1987.

Um Brasil ignorado: o espaço marinho nacional, Revista Brasileira de Tecnologia, Vol. 17, n. 1, Jan/Fev.

The Antarctic Treaty System from the Perspective of New Consultative Party, in Antarctic Treaty System, an assessment, National Academy press, Washington D.C.

Sérgio Tenente, FN, (reserva não remunerada). Produtor de Programas na rádio MEC, 1963/66.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

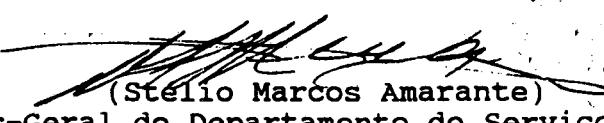
Ordem do Mérito Naval, Brasil.

Ordem do Mérito Tamandaré, Brasil.

"Ordem de Mayo", Argentina.

"Ordem al Mérito", Chile.

Ordem do Dannebrog, Dinamarca.

  
(Stélio Marcos Amarante)

Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
*Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos*,  
*Departamento da Europa*  
*Divisão da Europa - I*

**INFORMAÇÃO SOBRE A NORUEGA**

*janeiro de 1998*

**AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-NORUEGA**

- As relações político-diplomáticas entre o Brasil e a Noruega transcorrem em clima de alto nível de entendimento, não havendo questões ou problemas pendentes de qualquer ordem. Nos últimos anos, a Noruega tem buscado, com o Brasil, canais de aproximação e maiores contatos político-diplomáticos e de natureza econômica e comercial principalmente nas áreas energética, de telecomunicações, pesca e navegação. O Governo norueguês demonstrou dessa maneira que vê no Brasil um parceiro confiável e um interlocutor de envergadura nos contextos regional e mundial. Assim, iniciou-se recentemente uma nova e promissora fase do relacionamento bilateral que deverá conduzir os dois países a um patamar de maior proximidade nas esferas política e econômica.
- No plano comercial, o Brasil constitui o principal mercado para as exportações de bacalhau norueguês e a Noruega, por sua vez, importa quantidades relevantes de café do Brasil, sendo um dos países de maior consumo de café per capita do mundo. A Noruega está presente no Brasil nos setores de navegação e de exploração petrolífera, onde existe um relacionamento consolidado entre as estatais Petrobras e Statoil. O Senhor Erling Lorentzen, chairman e principal acionário da Aracruz Celulose, casado com a irmã do Rei Harald V, a Princesa Ragnild, é a figura de proa da comunidade empresarial norueguesa no país.
- A exemplo do que se observa com relação aos demais países escandinavos, e da Europa de modo geral, a América Latina e o Brasil, em particular, é alvo de renovado interesse comercial face às oportunidades que se oferecem com a estabilização econômica e a liberalização de mercados. A recente visita da Ministra norueguesa do Comércio e Indústria ao Brasil teve como objetivo principal apresentar o novo *Plano Governamental para a América Latina* que visa o fortalecimento dos laços econômicos entre Noruega e América Latina, com o Brasil como principal parceiro nesse contexto.

**VISITAS DE ALTO NÍVEL**

- Em 1991, o Presidente Fernando Collor realizou visita à Noruega e, em dezembro de 1996, o Presidente Itamar Franco representou o Senhor Presidente da República

na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel da Paz, em Oslo. Em 1997, a Doutora Ruth Cardoso participou, em Oslo, da Conferência Internacional sobre a Criança, como Presidente do Programa Comunidade Solidária. Está programada para março próximo a visita oficial do Vice-Presidente Marco Maciel àquele país. Na ocasião, o Vice-Presidente deverá ser recebido pelo Rei Harald V, pelo Primeiro-Ministro, Kjell Magne Bondevik, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Knut Vollebaek. Acompanhado de delegação empresarial, manterá encontros com vários representantes do setor privado, em especial ligadas ao setor energético.

- Pela Noruega, visitou o Brasil, em abril de 1997, a Ministra do Comércio e Indústria, Grete Knudsen, acompanhada de delegação composta por representantes do Conselho Norueguês de Comércio Exterior e de empresários dos setores de navegação, pesca, energia e telecomunicações em missão destinada a promover uma maior participação do empresariado norueguês no processo de desenvolvimento e modernização nacional. Em Brasília, a Senhora Knudsen foi recebida pelos Ministros da Fazenda, das Minas e Energia e da Indústria, Comércio e Turismo. Manteve, durante sua estada no Brasil, encontros em São Paulo e no Rio de Janeiro com membros da comunidade empresarial nacional. Propôs, na ocasião, possibilidades de cooperação e joint-ventures nas áreas de administração portuária, telecomunicações (telefonia celular e sistema IMARSAT), gestão pesqueira, saneamento e controle da poluição marítima, energia hidrelétrica e exploração de petróleo.
- Governo norueguês também estaria estudando a possibilidade de se agendar uma visita do Primeiro Ministro Kjell Magne Bondevik, nos próximos meses, assim como uma visita do Rei Harald e da Rainha Sonia, em 1999.

### **RELACÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS BILATERAIS**

#### **FORTALECIMENTO DA PRESENÇA EMPRESARIAL DA NORUEGA NO BRASIL:**

- construção naval e transporte marítimo
- entendimentos entre a Petrobrás e a Statoil face à abertura do mercado de exploração e produção de petróleo e gás a partir da nova regulamentação do setor de exploração de hidrocarbonetos que está em tramitação no Congresso;
- Setor hidroelétrico
- Indústria pesqueira

#### **DADOS DE BASE SOBRE A NORUEGA**

<b>Nome Oficial</b>	Reino da Noruega
<b>Área</b>	386.958 km <sup>2</sup>
<b>População</b>	4,2 milhões
<b>Densidade Demográfica</b>	13,8%

**PRINCIPAIS AUTORIDADES**

<b>Chefe de Estado</b>	Rei Harald V
<b>Chefe de Governo</b>	Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
<b>Ministro dos Negócios Estrangeiros</b>	Knut Vollebaek

**PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS**

1996, em US\$

<b>PIB</b>	112,9 bilhões
<b>Taxa de crescimento do PIB</b>	3,3% (média)
<b>PNB</b>	US\$ 163,7 bilhões
<b>Renda Per Capita</b>	US\$ 25,8 mil
<b>Câmbio</b>	6,21 coroas norueguesas por dólar
<b>Taxa de inflação</b>	2,3% (média)
<b>Taxa de desemprego</b>	5,9% (média)
<b>Força de trabalho:</b>	2,2 milhões de trabalhadores

**SISTEMA POLÍTICO**

- A Noruega é uma monarquia constitucional com um Parlamento bicameral. O Poder Executivo é exercido, conjuntamente, pelo Rei e o Conselho de Ministros, esse presidido pelo Primeiro-Ministro. O "Storting" (Parlamento) tem 165 cadeiras. As eleições ocorrem a cada quatro anos, por sufrágio universal. O Parlamento não pode ser dissolvido durante esse período.

**POLÍTICA EXTERNA**

- A política externa da Noruega é condicionada por três preocupações fundamentais: a) a sua segurança, cuja vulnerabilidade, dada sua localização geográfica, é evidente; b) sua vulnerabilidade econômica face à Europa unida sob a égide da UE; e c) os problemas humanitários, que falam tão alto à vocação evangélica do país.
- Em 1972, o país solicitou a adesão à CEE. O Tratado de Adesão, entretanto, não foi ratificado devido ao resultado de um referendo, no qual a maioria da população votou contra o ingresso. Em 24.03.93, entretanto, Bruxelas aprovou a petição norueguesa da abertura de negociações para o seu ingresso na UE. Entretanto, em referendo realizado em novembro de 1994, os noruegueses rejeitaram o ingresso na União Europeia diante do conjunto de desvantagens certas em curto e médios prazos, representado pela perda de autonomia na área de política externa e no manejo dos estoques pesqueiros, abertura dos bancos de pesca e do mercado

agrícola, mais protegido do que o comunitário, aos produtores da UE, perda de autonomia na política energética e supressão dos privilégios de que goza a Statoil, transferências líquidas de recursos para os cofres de Bruxelas, dispêndios líquidos adicionais para compensar os produtores agrícolas afetados pela nivelação dos preços internos aos comunitários, perda de controle sobre os recursos petrolíferos e, ainda, legislação de Seguridade Social. Sendo assim, o governo norueguês estabelece, com os países da UE, acordos de cooperação econômica baseados no Acordo constitutivo do Espaço Econômico Europeu (EEA).

### **A ECONOMIA NORUEGUESA**

A Noruega beneficiou-se do longo período de crescimento econômico que conheceram a maioria dos países europeus no pós-guerra. De 1949 a 1989, o Produto Nacional Bruto norueguês cresceu anualmente em média a taxa de 3,9%, ou seja, multiplicou-se 4,6 nesse período. Hoje a Noruega é o arquetípico país da abundância, onde as fortunas e as rendas foram mais equitativamente distribuídas do que na maioria dos demais países europeus. A Noruega encontra-se hoje, segundo relatório da ONU, entre os países que compõem o pelotão de frente dos países do planeta em termos de afluência; afluência essa que só pode ser conquistada ao preço de elevadas despesas públicas e de um sistema de impostos diretos e indiretos bastante pesado.

As bases da sociedade de abundância norueguesa encontram-se nas riquezas naturais do país, ou melhor, no bom gerenciamento daquelas riquezas; no elevado nível de escolaridade de uma população homogênea; numa situação política estável e de organismos patronais e sindicais responsáveis.

A Noruega dispõe de importantes fontes energéticas: hidro-eletricidade e petróleo offshore; de abundantes recursos florestais e pesqueiros. A geografia do país e a abundância de recursos pesqueiros determinaram uma característica essencial do povo norueguês, a saber sua vocação marítima. Desde a antiguidade, os moradores das costas norueguesas nutriram um íntimo contato com o mar. Isso explica, em parte, o fato da Noruega dispor hoje de uma das maiores frotas de navios comerciais do mundo.

#### **Uma economia aberta e vulnerável**

Com apenas 4,3 milhões de habitantes, a Noruega depende em grande medida de seu intercâmbio com o exterior, pois as exportações representam cerca de 40% do PNB. Essa situação constitui um fator de incerteza na vida econômica do país, que tem se agravado após o petróleo ter sido elevado ao principal elemento da economia nacional. Da mesma forma que as oscilações do preço internacional do petróleo podem influenciar a vida econômica do país, constitue também uma preocupação nos setores industriais tradicionais a manutenção de altas taxas de competitividade externa e a busca de nichos de mercado no exterior.

### **COMÉRCIO EXTERIOR DA NORUEGA**

- Durante os anos noventa, a Noruega tem acumulado importantes saldos positivos de exportação, graças, sobretudo, ao petróleo. O país saldou sua dívida externa em 1995 e ocupa hoje papel de credor internacional. No rol das exportações

norueguesas têm especial relevo, após o petróleo e o gás natural, pescado, papel, alumínio, ferro fundido e em ligas, e o níquel. As principais importações são de matérias-primas industriais, alimentos, itens de vestuário, produtos químicos, máquinas e equipamentos diversos e automóveis.

### **COMÉRCIO BRASIL-NORUEGA**

O comércio bilateral tem se mantido pouco expressivo e deficitário para o Brasil nos últimos anos. O principal item de importação da pauta brasileira é o bacalhau enquanto que o café permanece como o mais importante item de exportação para a Noruega.

ANO	IMPORТАÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO
1995	US\$ 113 milhões	US\$ 221 milhões	- US\$ 108 milhões
1996	US\$ 56 milhões	US\$ 241 milhões	- US\$ 185 milhões

### **PAUTA DE PRODUTOS DO COMÉRCIO BILATERAL**

Principais produtos exportados para a Noruega	Principais produtos importados da Noruega
café	bacalhau
soja em grãos	navios usados
suco e frutas	metais não ferrosos
calçados	máquinas para indústrias específicas
metais não ferrosos	equipamentos guindadores de força
fios e tecidos	máquinas e equipamentos industriais
fumo	
ferro e aço	
manufaturados de madeira	
artigos de vestuário e seus acessórios	

### **INVESTIMENTOS NORUEGUESES NO BRASIL**

- Segundo dados do Banco Central, os investimentos e reinvestimentos noruegueses no Brasil, somaram, em 1996, US\$ 62,6 milhões, equivalentes a 0,11% do total dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil. Os recursos aplicados no Brasil são, portanto, relativamente modestos. Os investimentos noruegueses no Brasil concentram-se no setor de serviços (89,8%) e no da indústria de transformação (6,9%).

**PRINCIPAIS MECANISMOS INSTITUCIONAIS BILATERAIS**

- **ACORDO SOBRE COMÉRCIO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA, INDUSTRIAL E TÉCNICA, BRASÍLIA, 05.04.1981**
- **PROTOCOLO SUPLEMENTAR À CONVENÇÃO DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA E O CAPITAL, DE 12.07.1994.**
- **ACORDO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DE INVESTIMENTOS** (Em negociação. A primeira Rodada de discussões sobre o Acordo não foi conclusiva. Esperam-se novas negociações).

**CALENDÁRIO DE VISITAS DE ALTO NÍVEL****AUTORIDADES E PERSONALIDADES DE DESTAQUE BRASILEIRAS**

data	autoridade	Objetivos da visita
Junho de 1991	Fernando Collor, Presidente da República	Visita oficial
Dezembro de 1996	Itamar Franco, ex-Presidente do Brasil	Representante do Governo brasileiro na Cerimônia de entrega do Prêmio Nobel da Paz
Dezembro de 1997	Doutora Ruth Cardoso	Visita oficial
Março de 1998	Vice-Presidente Marco Maciel	Visita oficial

**AUTORIDADES E PERSONALIDADES DE DESTAQUE NORUEGUESAS**

data	autoridade	objetivos da visita
Junho de 1992	Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra	Participação da ECO-92
Abril de 1997	Grette Knudsen, Ministra da Indústria e Comércio	Visita de trabalho
1998: ainda não definida	Kjell Magne Bondevik, Primeiro-Ministro	Visita oficial
1999: ainda não definida	Rei Harald V e Rainha Sonia	Visita oficial

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
*Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos*  
*Departamento da Europa*  
*Divisão da Europa - I*

**INFORMAÇÃO  
SOBRE OS  
PRINCIPAIS ASPECTOS DAS RELAÇÕES  
BRASIL-ISLÂNDIA**

*Fevereiro de 1998*

**AVALIAÇÃO GERAL DO RELACIONAMENTO BRASIL-ISLÂNDIA**

**RELAÇÕES BRASIL-ISLÂNDIA**

A despeito do clima de cordialidade que marca o relacionamento bilateral, Brasil e Islândia são separados por grande distância geográfica e pouco contato político, econômico, comercial e cultural.

Fortemente dominada por aspectos sub-regionais e regionais, a política externa islandesa limita-se a acompanhar os acontecimentos da cena mundial por meio de suas poucas embaixadas e missões diplomáticas junto a organismos internacionais onde está representada. Não há registro de quadro bilateral de visita de alto nível nos anos mais recentes e tampouco não se vislumbra movimento de um ou de outro Governo nesse sentido. Seria de todo proveitoso e estimulante para as relações político-diplomáticas com aquele país, incluir, no âmbito de uma viagem à Escandinávia, visita oficial ou de trabalho de autoridade brasileira a Reykjavik como símbolo do desejo do Brasil em manter o diálogo aberto e fluido com o maior nível de parceiros possível no âmbito europeu e internacional. Os interesses brasileiros na Islândia são representados pela Embaixada em Oslo com eventuais deslocamentos do Chefe do Posto para cumprir agente de cunho basicamente protocolar.

Nos âmbitos econômico e comercial, os contatos também são poucos. Os níveis de comércio e investimento são praticamente inexpressivos. Com o objetivo de

diversificar sua pauta econômica e expandir contatos comerciais, missão empresarial visitou Argentina e Chile no final de 1997. Não há planos concretos para uma outra missão que possa vir a incluir o Brasil no futuro próximo. Poder-se-ia, no entanto, verificar as possibilidades de fomento de comércio e cooperação, sobretudo nas áreas de pesca, onde a Islândia tem notável vantagem comparativa.

Por fim, no âmbito cultural, a inexistência de comunidade de origem islandesa no Brasil nunca fez suscitar nenhum tipo de proximidade nessa área.

## INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ISLÂNDIA

### Dados Básicos

- Nome Oficial: República da Islândia
- Capital: Reykjavik
- Nacionalidade: Islandesa
- Idioma: Islandês
- Independência: 17 de junho de 1944 (Antiga Metrópole: Dinamarca)
- Data Nacional: Aniversário do estabelecimento da República (17 de junho)
- Constituição: 16 de junho de 1944, em vigor desde 17 de junho de 1944
- Sistema Legal: Sistema de Direito Civil baseado no Direito Dinamarquês
- Sufrágio universal a partir dos 18 anos de idade

### Dados Populacionais

- População: 270.292
- Crescimento Populacional: 0,83%
- Mortalidade Infantil: 4,3 por 1.000 nascimentos
- Expectativa de vida: 80 anos (média da população)
  - Homem: 78 anos
  - Mulher: 82 anos
- Taxa de Fertilidade: 2,24 crianças por mulher
- Composição Étnica: mistura de descendentes de noruegueses e celtas
- Religiões:
  - Luteranos Evangélicos 96%
  - Outros Protestantes e Católicos Romanos 3%
  - Ateus 1%
- Índice de Alfabetização: 100%

## Dados Econômicos

- PIB: USD 5 bilhões (1996)
- Taxa de Crescimento do PIB : 3.2% (1996, em relação a 1995)
- PIB per capita: USD \$18.800,00 (1996)
- Composição do PIB por setor:
  - Agricultura: 9.6%
  - Indústria: 22.1%
  - Serviços: 68.3%
- Taxa de Inflação: 2.5% (1996)
- Força de trabalho: 127.900. Dívidos por setor
  - Comércio, transporte e serviços: 60.0%
  - Manufactureio: 12.5%
  - Pesqueiro e derivados: 11.8%
  - Construção: 10.8%
  - Agricultura: 4.0%
  - Outros: 0.9% (1990)
- Taxa de Desemprego: 3.9% (1995)
- Orçamento:
  - Arrecadação: USD \$1.9 bilhão
  - Gastos: USD 2.1 bilhões,
- Indústrias: processamento de produtos derivados de peixe, beneficiamento de alumínio, silício de ferro, energia geotermal.
- Agricultura: batatas, gado, ovelhas
- Exportações: USD \$1.6 bilhão
  - Produtos: peixe e seus derivados, produtos animais, alumínio
  - Destino:
    - UE 68% (Reino Unido 25%, Alemanha 12%)
    - EUA 11%
    - Japão 8%
- Importações: USD 1.5 bilhão
  - Produtos: maquinaria e equipamento de transporte, petróleo e seus derivados, produtos alimentícios, textéis
  - Fornecedores:
    - UE 53% (Alemanha 14%, Dinamarca 10%, Reino Unido 9%)
    - Norway 14%
    - EUA 9%
- Dívida Externa: USD 2.5 bilhões
- Moeda: coroa islandesa (100 aurar)
- Câmbio: 1 USD = 65.970 IKr

## GOVERNO E POLÍTICA INTERNA

- Tipo de Governo: República Presidencialista
- Regiões Administrativas: 23 condados e 14 cidades independentes

### **Poder Executivo**

- Chefe de Estado: Presidente Olafur GRIMSSON
- Chefe de Governo: Primeiro-Ministro David ODDSSON
- Ministro dos Negócios Estrangeiros: Halldor ASGRIMSSON

### **Poder Legislativo**

- Parlamento unicameral (Althing):

### **Composição do Parlamento (Althing)**

<b>Partidos Governistas</b>	<b>Votos</b>	<b>Assentos</b>
Partido Independente (G)	37,1%	25
Partido Progressista(G)	23,3%	15
<b>Maioria Governista</b>	<b>60,4%</b>	<b>40</b>
<hr/>		
<b>Partidos de Oposição</b>		
Aliança Popular (O)	14,3%	9
Partido Social-Democrata (O)	11,4%	7
Aliança das Mulheres (O)	4,9%	3
Movimento Popular (O)	7,2%	4
<b>Minoria Oposicionista</b>	<b>37,8%</b>	<b>23</b>
<hr/>		
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>

## ECONOMIA

A economia islandesa, tipicamente escandinava, é, de modo geral capitalista, mas com sólida estrutura de amparo social, baixo desemprego e distribuição de renda relativamente equilibrada. Baseia-se fortemente na indústria pesqueira, que representa cerca de 75% do total das exportações e emprega perto de 12% da força de trabalho.

Na ausência de outros recursos naturais, exceto talvez energia, a economia da Islândia é, portanto, muito vulnerável às variações do preço do peixe no mercado internacional. Tendo enfrentado uma recessão entre 1988 e 1993, os índices econômicos vêm apresentando melhorias desde então. O Governo planeja continuar com a política de redução do déficit público, limitando os empréstimos externos, revisando as políticas agrícola e pesqueira, procurando, assim, limitar a inflação. Há esforços no sentido de se diversificar a economia e se privatizar empresas estatais. Governo e população estão divididos quanto aos possíveis ganhos advindos da eventual admissão do país na União Européia. A maior preocupação é de que a Islândia venha a perder controle sobre seus recursos pesqueiros.

## POLÍTICA EXTERNA

País pequeno e de pouca expressão no cenário internacional, o objetivo básico da política externa islandesa é o de promover os interesses do país nas áreas de política, segurança, comércio e cultura, concentrando suas atenções num limitado número de assuntos:

- Cooperação Nórdica, área de imediata prioridade;
- Assuntos Europeus; área expandida de interesses de seu sistema regional;
- Segurança e Defesa regionais;
- Nações Unidas, principal palco de ação de sua política externa multilateral;
- Recursos e o Direito do Mar, assuntos que acompanha de perto e com muito interesse, em razão da ampla dependência de sua economia no setor pesqueiro;
- Desenvolvimento e;
- Desarmamento

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**MENSAGEM N° 111, DE 1998  
(nº 303/98, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Os méritos do Embaixador Sérgio Henrique Nabuco de Castro, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de março de 1998. - Fernando Henrique Cardoso.

EM N° 77/DP/ARC/G-MRE/APES

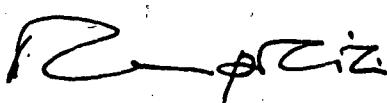
Brasília, 4 de março de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Sérgio Henrique Nabuco de Castro, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum Vitae do Ministro de Primeira Classe Sérgio Henrique Nabuco de Castro, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

  
LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

Curriculum Vitae

Embaixador SERGIO HENRIQUE NABUCO DE CASTRO

Rio de Janeiro, RJ, 06 de março de 1936.  
Filho de Hilton Nabuco de Castro e Olga Nabuco de Castro.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD/PUC/RJ.  
CPCD, IRBr.

CAD, IRBr.

Curso de Economia Cafeeira, IBC.

Curso de Análise Macroeconômica, IRBr.

Curso de Mestrado em Ciências Políticas, The Loyola University of Chicago.

Terceiro Secretário, 30 de dezembro de 1959.

Segundo Secretário, merecimento, 21 de dezembro de 1963.

Primeiro Secretário, merecimento, 13 de outubro de 1969.

Conselheiro, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21 de junho de 1979.

Ministro de Primeira Classe, 28 de junho de 1994.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1962/63.

Assistente do Secretário-Geral de Política Exterior, 1963/64.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1966/67.

Assistente do Chefe da Divisão do Oriente Próximo, 1967.

Chefe, substituto, da Divisão do Oriente Próximo, 1967.

Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1967/70.

Chefe, substituto, da Divisão das Nações Unidas, 1968/70.

Assessor da Secretaria de Assuntos Legislativos, 1976/77.

Chefe da Divisão Jurídica, 1977/81.

Chefe, substituto, do Departamento Consular e Jurídico, 1980/81.

Paris, Segundo Secretário, 1964/66.  
Nova York, ONU, Primeiro Secretário, 1971/73.  
Nova York, ONU, Conselheiro, 1973/74.  
Bogotá, Conselheiro, 1974/76.  
Bogotá, Encarregado-de-Negócios, a.i., 1974/76.  
Chicago, Cônsul-Geral, 1981/84.  
Copenhague, Ministro Conselheiro, 1985/87.  
Copenhague, Encarregado de Negócios, a.i., 1985/87.

Reunião Intergovernamental sobre o Tráfico Ilícito de Cocaína, Rio de Janeiro, 1960 (membro).  
VII Conferência Regional dos Estados da América, membros da OIT, Buenos Aires, 1961 (conselheiro-Técnico governamental).  
Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho, 1961/62 (representante, substituto do MRE).  
Banca Examinadora das Provas Preliminares do Concurso ao Cargo Inicial da Carreira de Diplomata, Belo Horizonte, 1962 (membro).  
Negociação do Acordo de Comércio e Pagamentos com a UESS, Rio de Janeiro, 1963 (membro).  
Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da Venezuela, Caracas, 1964 (membro).  
Reuniões Técnicas da Primavera, Bordéus, 1965 (membro).  
Conferência Intergovernamental sobre os Direitos do Homem, Teerã, 1968 (membro).  
Reunião do Comitê do Fundo do Mar, Rio de Janeiro, 1968 (membro).  
Reunião do Comitê do Fundo do Mar, Nova York, 1970 (membro).  
XLVIII Sessão do ECOSOC, Nova York, 1970 (membro).  
XXVI, XXVII e XXVIII Sessões da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1971/73 (membro).  
Sessão Extraordinária da OACI, Nova York, 1973 (delegado).  
Conferência Especializada Interamericana sobre Extradicação, Caracas, Venezuela, 1981 (delegado).  
I Encontro Sobre Administração Democrática do Trabalho diante da Crise, Brasília, 1987 (representante).  
Reunião de Alto Nível da O.I.T., Sobre Emprego e Ajustes Estruturais, Genebra, 1987 (delegado).  
LXXV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 1988 (conselheiro-Técnico governamental).  
Assessor para Assuntos Internacionais do Ministério do Trabalho, 1987/88.  
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1992/95.  
Chefe de Assessoria, Ministério da Justiça, 1995/98.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.  
Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.  
Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.  
Ordem de São Carlos Comendador, Colômbia.

(Stélio Marcos Amarante)  
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

**Ministério das Relações Exteriores  
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos  
Departamento de África e Oriente Próximo  
Divisão do Oriente Próximo**

**Informação Geral sobre a Jordânia**

**Brasília, 18 de fevereiro de 1998**

**1. Dados Básicos**

- **Nome oficial:** Reino Hachemita da Jordânia
- **Capital:** Amã
- **Área:** 97.740 km<sup>2</sup>
- **População:** 5,4 milhões, dos quais aproximadamente 60% de origem palestina (1995)
- **Nacionalidade:** jordaniana
- **Principais Cidades:** Amã, Zarqa, Irbid
- **Principais Línguas:** árabe (oficial), inglês
- **Data Nacional:** 25 de maio (Independência)
- **Moeda:** dinar jordaniano

- **Governo**

- **Sistema de Governo:** Monarquia Parlamentar
- **Chefe de Estado:** Rei Hussein Ibn Talal
- **Chefe de Governo:** Primeiro Ministro Abdul Salam Majali
- **Ministro dos Negócios Estrangeiros:** Fayed Tarawneh
- **Principais Partidos:** Cientista Independente, Frente de Ação Islâmica, Islamitas Independentes
- **Legislativo:** Bicameral (Senado, com 40 integrantes indicados pelo Governo, e Câmara dos Representantes, com 80 integrantes, escolhidos pelo voto direto)
- **Constituição em Vigor:** 1952

- **Indicadores Sociais**

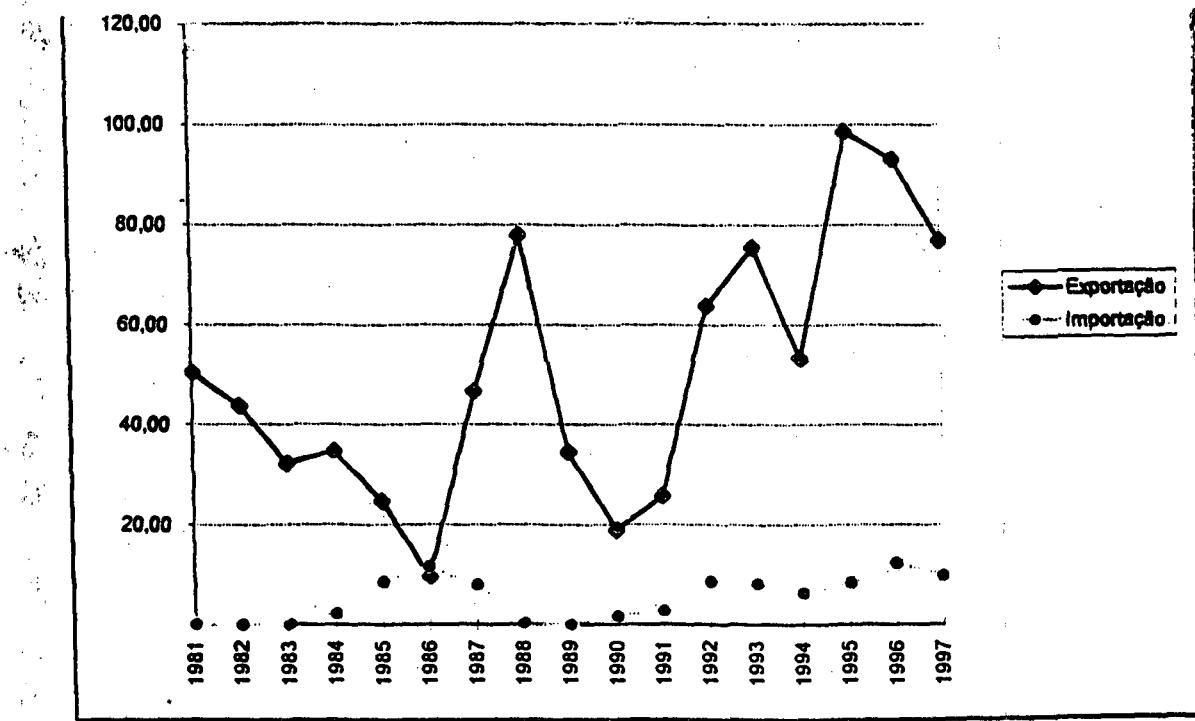
- **Religiões:** islamismo (sunitas, 93%, xiitas) (oficial) e cristianismo (4,9%)
- **Densidade Demográfica:** 55,2 hab/km<sup>2</sup> (1995)
- **Composição Demográfica:** árabes (99,2%); palestinos, 50%; circasianos (0,5%); arménios (0,1%); turcos (0,1%) e curdos (0,1%)
- **Crescimento Demográfico:** 4,1% (1991)
- **Expectativa da Vida:** homens, 70 anos; mulheres, 73 anos (1991)
- **Mortalidade Infantil:** 38 por 1.000 (1991)
- **Analfabetismo:** 19,9% (1990)

- Indicadores Econômicos:

- **PIB:** US\$ 6,7 bilhões (1995)
- **Taxa de Crescimento Real do PIB (média):** 6,5% (1990-1996)
- **PIB per capita:** US\$ 1.595 (1995)
- **Distribuição do PIB:** Primário(28%); Secundário (15%) e Terciário (57%)
- **Dívida externa:** US\$ 8,4 bilhões (1993)
- **Taxa de inflação anual:** 6,5% (1996)
- **Índice de Desemprego:** 14% (1997)

**Comércio  
Brasil-Jordânia**  
(em milhões US\$)

	<i>Exportação</i>	<i>Importação</i>	<i>(Exp.+ Imp.)</i>	<i>(Exp.- Imp.)</i>
<b>1981</b>	50.50		50.50	50.50
<b>1982</b>	43.80		43.80	43.80
<b>1983</b>	32.10		32.10	32.10
<b>1984</b>	34.80	2.20	37.00	32.60
<b>1985</b>	24.70	8.60	33.30	16.10
<b>1986</b>	9.60	11.50	21.10	-1.90
<b>1987</b>	46.70	8.00	54.70	38.70
<b>1988</b>	78.00	0.30	78.30	77.70
<b>1989</b>	34.60		34.60	34.60
<b>1990</b>	19.00	1.70	20.70	17.30
<b>1991</b>	25.80	2.80	28.60	23.00
<b>1992</b>	63.90	8.60	72.50	55.30
<b>1993</b>	75.60	8.30	83.90	67.30
<b>1994</b>	53.30	6.30	59.60	47.00
<b>1995</b>	98.60	8.40	107.00	90.20
<b>1996</b>	93.10	12.40	105.50	80.70
<b>1997</b>	76.92	9.83	86.75	67.09
<b>Total</b>	<b>861,02</b>	<b>88,93</b>	<b>949,95</b>	<b>772,09</b>



DOP/MRE

Fonte: SECEX

## Comércio Exterior

- **Exportações:**

Total: US\$ 1 047 milhões (1995)

**Principais Produtos:** fosfato (12,6%); potássio (11,7%); alimentos e animais vivos (11,5%) e medicamentos (11,9%)

**Principais Parceiros:** Índia (12,7%), Síria (6,8%) e Indonésia (5,6%) (1994)

**Brasil:** 0,7% (1994)

- **Importações:**

Total: US\$ 3.238 milhões (1995)

**Principais Produtos:** máquinas e equipamentos de transporte (25,4%); bens manufaturados (18,3%); produtos químicos (11,8%) e petróleo cru (9,8%)

**Principais Parceiros:** Alemanha (10,0%), Estados Unidos (9,8%) e Itália (7,7%) (1994)

**Brasil:** 2,1% (1994)

## 2. Histórico

Antiga colônia britânica, a Jordânia tornou-se efetivamente independente em 1946, com a proclamação de Abdulah, fundador da dinastia hashemita, como rei. A história

posterior do país é fortemente influenciada pela criação do Estado de Israel, tendo a Jordânia participado, em 1948 e 1967, dos combates entre árabes e israelenses. Em 1967, parte do território do país, situada à margem ocidental do Rio Jordão – incluindo Jerusalém Oriental – foi ocupada por tropas israelenses.

Como consequência dos embates entre árabes e israelenses, a Jordânia recebeu maciço afluxo de refugiados palestinos, que chegaram a pôr em risco a base de apoio à monarquia hashemita, base constituída principalmente por egressos das tribos beduínas, incorporados ao serviço público e às forças armadas. A instabilidade política aumentou com a atuação de organização guerrilheiras palestinas nos campos de refugiados, que se tornaram verdadeiros enclaves dentro do Estado. Em 1970, o Rei Hussein reagiu e o resultado foi um massacre e a expulsão para o Líbano de grande número de militantes palestinos.

No início da década de 80, as reações entre o Rei Hussein e o líder palestino, Yasser Arafat, acalmaram-se e foram iniciadas negociações para a criação de Estado palestino confederado à Jordânia. Em 1988, o Rei Hussein renunciou à soberania sobre a Cisjordânia com a finalidade de facilitar a criação de um Estado Palestino nos territórios ocupados por Israel.

A Guerra do Golfo de 1990 tornou tensas as relações da Jordânia com os Estados Unidos e os países do Golfo Pérsico por conta da oposição do Rei Hussein à coalizão que terminaria derrotando o Iraque. Ao final da guerra, o Senado norte-americano aprovou decisão suspendendo a ajuda econômica dos EUA à Jordânia. Com o inicio do processo de paz, a partir da Conferência de Madri de 1991, contudo, as relações entre os Estados Unidos e a Jordânia caminharam para a normalização progressiva.

Foi com o decisivo apoio norte-americano que a Jordânia firmou, em 1994, o tratado de paz com Israel, que, entre outras disposições, previa o estabelecimento de relações diplomáticas plenas e a assinatura de acordo sobre fronteiras, distribuição de água, cooperação econômica e prevenção do terrorismo. A aproximação entre os dois países vinha prosseguindo em ritmo intenso, mas se desacelerou diante do impasse nas negociações de paz entre israelenses e palestinos, após a eleição do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu.

### 3. Conjuntura Política

Em março último, tomou posse o novo Gabinete jordaniano, chefiado pelo Primeiro-Ministro Abdul Salam Majali, em substituição ao anterior, presidido por Abdul Karim Kabariti. Em setembro, decreto do Rei dissolveu o 12º Parlamento do país – responsável, entre outras medidas pela aprovação do Tratado de Paz com Israel, de 1994; pela implementação do novo sistema eleitoral, que instituiu a prática de um voto por pessoa, e pelas alterações na lei de imprensa, que, na prática, cercearam a liberdade de expressão no país.

Abriu-se, assim, o caminho para a realização de novas eleições legislativas em novembro, que, boicotadas pela oposição islamista (o índice de abstenção, o mais alto da história da Jordânia, alcançou 65%), beneficiaram os representantes tribais. Em novembro, o Rei Hussein designou os 40 membros do Senado do país.

Esses últimos acontecimentos no plano da política interna – particularmente o boicote às eleições legislativas – tornaram patentes as cisões entre as forças fiéis a Hussein e a oposição islamistas. Os oposicionistas acusam o Governo de pretender implantar uma

democracia apenas de fachada: sem liberdade de imprensa; sem eleições diretas para o cargo de Primeiro-Ministro, e com sistema eleitoral que privilegiaria os representantes tribais, tradicionalmente subservientes ao Governo, prejudicando a consolidação de partidos políticos sustentados em programas de governo e ideologia própria.

O Governo responde às acusações reiterando sua posição de que as eleições constituem o único caminho para garantir a instauração definitiva de um regime aberto e democrático no país. Parece, entretanto, ter acusado o golpe do amplo boicote às eleições de novembro. O novo Primeiro-Ministro, por exemplo, reconhece a necessidade de conter-se o excessivo tribalismo das composições partidárias da Jordânia, por intermédio da implantação de novo sistema eleitoral no país.

A figura carismática do Rei, sua habilidade política, os dividendos econômicos e o apoio ocidental advindos da assinatura da paz com Israel, contudo, são fatores que contribuem para contrabalançar e manter em níveis toleráveis o descontentamento de importantes setores da sociedade jordaniana. Na verdade, as críticas ao Governo parecem acentuar-se sempre que o processo de paz entre palestinos e israelenses vivem momentos de impasse, precisamente o caso no momento.

#### - Política Externa

Os últimos meses presenciaram o estancamento do processo de paz regional, em que pesem os esforços de mediação de Washington. Até mesmo as relações entre Jordânia e Israel, até então aparentemente preservadas, sofreram sério revés em função de dois atentados terroristas, ocorridos em Amã em setembro último: o primeiro, contra dois seguranças da Embaixada de Israel, reivindicado pelo grupo "Resistência Islâmica Jordânia"; o segundo, perpetrado em represália dias depois pelo Mossad, o serviço secreto israelense, contra o líder do grupo Hamas na Jordânia, Khaled Misha'al. O Rei Hussein chegou a ameaçar Israel com o rompimento de relações diplomáticas e, ainda que isto não tenha ocorrido, o relacionamento bilateral ainda se ressente dos problemas criados pelos dois incidentes.

No que diz respeito à atual crise no Iraque, a Jordânia tem evidenciado todos os esforços para evitar a eclosão de hostilidades, cujas consequências tenderiam a ser particularmente desastrosas para o país. Obrigada, por um lado, a manter uma atuação coerente com sua recente política de boa vizinhança com Israel, e, por outro, a respeitar a herança cultural e religiosa que a aproxima do Iraque – do qual depende, ainda, economicamente, para suprir suas necessidade de petróleo, a preços altamente subisidiados –, a Jordânia não tem hoje como adotar postura pró-Iraque, como a assumida em 1990/1991, mas tampouco pode hostilizar Bagdá. Em eventual eclosão do conflito, a Jordânia, além de comprometer seu suprimento de petróleo barato, perderia o principal mercado para suas exportações e terminaria recebendo grande afluxo de refugiados de guerra.

#### 4. Conjuntura Econômica

As autoridades econômicas jordanianas procuram seguir a diretriz de submeter as políticas e ações econômicas, sempre que possível, à consideração prévia com a iniciativa privada e centros de pesquisa acadêmica, procedimento indispensável para a obtenção, pela economia do país, de níveis crescentes de competitividade.

Desde 1989, as sucessivas administrações vêm implementando rígido programa de ajuste e reformas centrados no tradicional receituário do FMI, com vistas à estabilização da economia por meio dos seguintes expedientes: (a) manutenção de câmbio fixo e sobrevalorizado em relação ao dólar; (b) contenção das taxas de inflação; (c) redução das atividades econômicas a cargo do Estado e incentivo à maior participação do setor privado, e (d) priorização, na orientação dos investimentos, dos setores voltados para exportação.

Os resultados, até o presente, dessas políticas têm sido muito satisfatórios: média de crescimento do PIB de 6,5% entre 1990 e 1996; redução do déficit orçamentário para 4% do PIB em 1996; redução da dívida externa de 190% do PIB em 1989 para 100% em 1996; aumento das reservas internacionais de US\$ 650 milhões em 1996 para US\$ 1,5 bilhão em 1997; aumento da taxa de poupança interna para 14,1% do PIB em 1996; taxa de investimento de 33% do PIB, com o setor privado respondendo por 80% do total investido, e redução das taxas de inflação de 25,6% em 1989 para 6,5% em 1996 e do desemprego de 25% em 1995 para 14% em 1997.

No que se refere ao comércio exterior, registrou-se, no primeiro semestre de 1997, crescimento das exportações da ordem de 9,5% com relação a igual período de 1996. Os setores que mais cresceram foram os de produtos químicos e minérios.

## 5. Relações Bilaterais

As relações diplomáticas entre Brasil e Jordânia foram formalizadas em 1959, com o estabelecimento de legação do Brasil em Amã, elevada, em 1964, à categoria de Embaixada, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Beirute. Em 1984, o Brasil abriu Embaixada própria na capital jordaniana. A Embaixada da Jordânia em Brasília iniciou suas atividades também em 1964.

Durante a Guerra do Golfo, a Jordânia desempenhou papel político importante para o Brasil, ao interceder junto ao Governo de Bagdá em favor da autorização para a saída dos cerca de 150 brasileiros que se encontravam no Iraque e no Kuwait ocupado.

São, portanto, corretas e cordiais as relações entre os dois países, que trocam, com frequência, apoio para suas respectivas candidaturas nas Nações Unidas.

### Acordos em Vigor

- Acordo de Transportes Aéreos (em vigor desde 1976)
- Acordo Comercial (em vigor desde 1991)

### Visitas Recíprocas

- Outubro de 1994: Visita do ex-Chanceler Celso Amorim
- Outubro de 1995: Visita da ex-Ministra da Indústria, Comércio e Turismo, Dorothéa Werneck (para participar da II Conferência para o Desenvolvimento Econômico do Oriente Médio e Norte da África – MENA Summit)

### Comércio Bilateral

Veja quadros nas páginas seguintes.

**Comércio Brasil-Jordânia**  
 (Pauta de Exportação e Importação, com os  
 15 principais produtos em cada categoria, em milhões de US\$ FOB)  
**1994-1997**

Ano	Exportação			Importação		
	Produto	US\$	%	Produto	US\$	%
1994	Papel p/ imprimir	15,16	28,44	Cloreto de potássio	6,30	100,00
	Açúcar cristal. de cana/bruto	9,79	18,37			
	Café n/ torr., n/ descaf./grão	8,20	15,38			
	Açúcar ref. de cana/beterr.	3,97	7,45			
	Chassis c/ motor p/ ônibus	2,17	4,07			
	Carne bov. cozida, n/ cong.	1,42	2,68			
	Camioneta/furgão c/ motor	1,18	2,21			
	Papel para imprimir livros	1,00	1,86			
1995						
	Açúcar cristal. de cana/bruto	40,01	40,58	Cloreto de potássio	7,40	88,10
	Açúcar ref. de cana/beterr.	13,15	13,34	Cloreto de octássio **	0,75	8,93
	Papel p/ imprimir	11,73	11,90	Fosfato de cálcio	0,25	2,98
	Outs. açúcares/cana/beterr.	8,01	8,12			
	Papel para imprimir livros	4,38	4,44			
	Café n/ torr., n/ descaf./grão	3,58	3,63			
	Chassis c/ motor p/ ônibus	3,16	3,20			
	Fio de alumínio, não ligado	1,78	1,81			
	Carne bov. cozida, n/ cong.	1,48	1,48			
1996	Camioneta/furgão c/ motor	1,15	1,17			
	Açúcar cristal. de cana/bruto	52,51	58,40	Cloreto de potássio a 60%	12,40	100,00
	Açúcar ref. de cana/beterr.	14,95	16,06			
	Papel p/ imprimir	7,78	8,36			
	Chassis c/ motor p/ ônibus	3,62	3,89			
	Café n/ torr., n/ descaf./grão	3,02	3,24			
	Polipropileno s/ carga	1,29	1,39			
	Carne bov. cozida, n/ cong.	0,88	0,95			
	Camioneta/furgão c/ motor	0,76	0,82			
	Frango inteiro	0,68	0,73			
	Fio de alumínio, não ligado	0,68	0,73			

**Comércio Brasil-Jordânia**  
 (Pártia de Exportação e Importação, com os  
 15 principais produtos em cada categoria, em milhões de US\$ FOB)  
**1994-1997**

1997	Outs. açúcares/cana/beterr.	55,06	71,58	Outros cloreto de potass.	9,14	93,08
	Outs. Papéis/cartões/fibra	7,24	9,41	Cloreto de potássio	0,63	6,42
	Café n/ torr., n/ descaf./grão	3,04	3,95	Sais perfumados p/ banho	0,04	0,36
	Chassis c/ motor p/ veic.	2,09	2,72	Maq.aparel.p/ trab.mat.text.	0,01	0,08
	Prep.alim/conservas/bov.	1,62	2,11	Outros retificadores	0,01	0,07
	Pasta quím.madeira	1,24	1,61	Outros papéis gomados	0,001	0,01
	Bronzes	0,70	0,91	Obras forj/estamp. ferro	0,0002	0,002
	Fumo n/ manufaturado	0,67	0,87			
	Lamin.ferro/aco	0,62	0,81			
	Fio de alumínio, não ligado	0,42	0,55			
	Arroz de cana em bruto	0,37	0,48			
	Outs.guard.n/mont.p/freios	0,31	0,40			
	Outs.painéis de fibras mad.	0,18	0,23			
	Dentífricos	0,15	0,20			
	Línguas de bovino/congel.	0,14	0,18			

\* preço médio 0,12/kg    \*\* preço médio 0,11/Kg

Total Geral das Exportações, em milhões de US\$-FOB, em 1994..... 53,30

Total Geral das Exportações, em milhões de US\$-FOB, em 1995..... 98,60

Total Geral das Exportações, em milhões de US\$-FOB, em 1996..... 93,10

Total Geral das Exportações, em milhões de US\$-FOB, em 1997..... 76,92

Total Geral das Importações, em milhões de US\$-FOB, em 1994..... 6,30

Total Geral das Importações, em milhões de US\$-FOB, em 1995..... 8,40

Total Geral das Importações, em milhões de US\$-FOB, em 1996..... 12,40

Total Geral das Importações, em milhões de US\$-FOB, em 1997..... 9,82

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr.<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Sr.<sup>a</sup> Senadora Emilia Fernandes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 154, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeiro a retirada do Requerimento n.<sup>o</sup> 587/96, de minha autoria, de sobrerestamento do estudo do PLS n.<sup>o</sup> 216/95.

Sala das Sessões, 10 de março de 1998. – Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento que se pretende retirar visa sustar a tramitação do Projeto de Lei do Senado n.<sup>o</sup> 216, de 1995, de autoria do nobre Senador João França, que dispõe sobre a mineração em terras indígenas, tendo sido apresentado pelo nobre Senador Romero Jucá, em 17 de junho de 1996, e submetido, nos termos regimentais, à Comissão de Assuntos Sociais.

Em novembro daquele ano, o Senador João França, autor do Projeto, solicitou a sua inclusão em Ordem do Dia, por estar esgotado o prazo daquela Comissão, através do Requerimento n.<sup>o</sup> 1.061, de 1996, que foi rejeitado pelo Plenário.

A Comissão de Assuntos Sociais, como conclusão de seu Parecer n.<sup>o</sup> 775, de 1997, manifestou-se contrariamente ao sobrerestamento da proposição.

Esta Presidência, com respaldo no art. 215, II, c, do Regimento Interno, defere a retirada do requerimento.

Há, entretanto, sobre a Mesa, outro requerimento, de autoria, também, do Senador Romero Jucá, que vai ser lido, pela 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Sr.<sup>a</sup> Senadora Emilia Fernandes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 155, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado n.<sup>o</sup> 216/95, que "dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras provisões", nos termos da letra b, do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

### Justificação

O Regimento Interno do Senado Federal em seu art. 334, letra b, reza:

"Art. 334. O Presidente, de ofício, ou mediante consulta de qualquer Senador, de-

clarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:

- a) .....
- b) em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra oportunidade"

Esta Casa já examinou e aprovou o Projeto de Lei do Senado n.<sup>o</sup> 121/95, que "dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, Parágrafo primeiro, e 231, Parágrafo terceiro da Constituição Federal", que estudou com profundidade o assunto ora submetido novamente a nossa apreciação.

O referido Projeto de Lei procurou englobar em seus 23 arts. e 30 parágrafos toda a matéria referente a exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, enquanto o Projeto de Lei do Senado n.<sup>o</sup> 216/95, trata de tão momentoso assunto em 6 artigos e 5 parágrafos.

Aprovado pelo Senado Federal o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 121/95, foi enviado à Câmara dos Deputados em 8-3-96 onde se acha tramitando sob o n.<sup>o</sup> 1.610/96.

Em 26-3-96 foi encaminhado às Comissões de Minas e Energia (CME), Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM) e Constituição e Justiça e Redação (CCJR).

Em 29-4-97, a Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional solicitou, através do requerimento n.<sup>o</sup> 259/97 (aprovado), que esta Comissão fosse incluída na apreciação do mérito do projeto, após a Comissão de Minas e Energia.

Na Comissão de Minas e Energia foi distribuído ao Nobre Deputado Elton Rohnelt – PSC, para proferir parecer sobre o projeto e as emendas apresentadas.

Em 11-6-97, a Comissão de Minas e Energia aprovou, por unanimidade, o parecer favorável do Relator ao projeto e contrário às emendas.

Em 10-9-97, a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional aprovou o parecer do Relator, Deputado Salomão Cruz, favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas.

Por tais razões, e ainda por economia processual, é que solicitamos a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 216/95, uma vez que a matéria nele contida foi amplamente tratada nesta Casa, inclusive, com a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais, do Parecer n.<sup>o</sup> 42/96 de autoria do nobre Senador Leomar Quitanilha, que, através de duas emendas escoimou o Projeto de Lei do Senado n.<sup>o</sup> 121/95 (n.<sup>o</sup> 1610/96 na Câmara dos Deputados) de possíveis falhas.

Sala das Sessões, 10 de março de 1998. – Senador Romero Jucá.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Antes de declarar a prejudicialidade do projeto, solicito parecer da doura Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo 1º Secretário, em exercício, Sra. Senadora Eunice Fernandes.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 53, DE 1998

**Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, introduzindo o conceito de alimento funcional e dá outras provisões.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

§ 1º Fica acrescentado à listagem específica, onde couber, a seguinte definição:

XXI — Alimento Funcional: é o ingrediente consumido como alimento ou suplemento alimentar que, dada a presença de constituintes salutares em sua composição química, pode contribuir, comprovadamente, para a prevenção de enfermidades crônicas e de outros agravos à saúde."

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Existe um inexplicável hiato na regulamentação da Vigilância Sanitária brasileira no que diz respeito aos alimentos dotados de certas características químicas, especialmente benéficas na prevenção de determinadas patologias crônicas. Tais alimentos, compostos por éteres do glicerol do tipo ômega-3; por fibras de origem animal, como a quitina e a quitosana; por complexos vitamínicos e minerais do tipo ginseng; por fontes naturais de piperina e de alicina; e por fontes naturais de oligossacarídeos como a glicosamina e o sulfato de condroitina, entre outros,

são fatores benéficos numa série de moléstias. Assim, alimentos especiais como a cartilagem de tubarão encontram-se no limbo da inexistência de uma definição que os diferencie, claramente, por um lado, dos alimentos ordinários e, de outro, dos medicamentos. O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, não classifica tais produtos como alimentos. Assim como é omissa a Lei nº 6.360, de 23-9-76, que dispõe sobre registro de medicamentos.

Existe nos Estados Unidos, na União Européia, no Japão e nos países denominados Tigres Asiáticos legislação pertinente contemplando essa nova categoria de alimentos — os alimentos funcionais.

A eclosão de um mercado crescente no âmbito do Mercosul é uma realidade inofismável. O Brasil não pode ser prejudicado em seu potencial de comercialização de alimentos funcionais nesse promissor mercado, pela ausência de uma regulamentação nacional contemplando tal aspecto de vigilância sanitária.

Destarte, julgamos oportuno o preenchimento do hiato na caracterização de alimentos funcionais nessa regulamentação. Por outro lado, por tratar-se de alimentos que tangenciam as características de fármacos, devem ser tratados com um rigor superior ao empregado com os alimentos ordinários, uma vez que podem induzir respostas farmacológicas. Não necessariamente as fisiologicamente desejáveis, como o fazem, usualmente, os alimentos ordinários. Podem, eventualmente, suscitar a eclosão de reações adversas. Portanto, tal assunto deve contar com a regulamentação específica do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 10 de março de 1998. — Senador Lúcio Alcântara.

#### LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

##### LEI Nº 6.360 – DE 23 DE SETEMBRO DE 1976

Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneanentes e outros produtos, e dá outras providências.

##### DECRETO-LEI Nº 986 DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Institui normas básicas sobre alimentos

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto-Lei considera-se:

I – Alimento: toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;

II – Matéria-prima alimentar: toda substância de origem vegetal ou animal, em estado bruto, que para ser utilizada como alimento precise sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica;

III – Alimento *in natura*: todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato exija apenas a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação.

IV – Alimento enriquecido – todo alimento que tenha sido adicionado de substância nutriente com a finalidade de reforçar o seu valor nutritivo.

V – Alimento dietético: todo alimento elaborado para regimes alimentares especiais destinado a ser ingerido por pessoas sãs;

VI – Alimento de fantasia ou artificial: todo alimento preparado com o objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição entre, preponderantemente, substância não encontrada no alimento a ser imitado;

VII – Alimento irradiado: todo alimento que tinha sido intencionalmente submetido à ação de radiações ionizantes, com a finalidade de preservá-lo ou para outros fins obedecidas as normas que vierem a ser elaboradas pelo órgão competente do Ministério da Saúde;

VIII – Aditivo intencional: toda substância ou mistura de substâncias, dotadas, ou não de valor nutritivo, juntada ao alimento com a finalidade de impedir alterações, manter, conferir ou intensificar seu aroma, cor e sabor, modificar ou manter seu estado físico geral ou exercer qualquer ação exigida para uma boa tecnologia de fabricação do alimento;

IX – Aditivo incidental: toda substância residual ou migrada, presente no alimento em decorrência dos tratamentos prévios a que tenham sido submetidos a matéria-prima alimentar e o alimento *in natura* e ao contato do alimento com os artigos e utensílios empregados nas suas diversas fases de fabrico, manipulação, embalagem, estocagem, transporte ou venda;

X – Produto alimentício: todo alimento derivado de matéria-prima alimentar ou de alimento *in natura*, adicionado, ou não, de outras substâncias permitidas obtido por processo tecnológico adequado;

XI – Padrão de identidade e qualidade: o estabelecido pelo órgão competente do Ministério da Saúde disposto sobre a denominação, definição e

composição de alimentos, matérias-primas: alimentares, alimentos *in natura* e aditivos intencionais; fixando requisitos de higiene, normas de envasamento e rotulagem métodos de amostragem e análise;

XII – Rótulo: qualquer identificação impressa ou litografada com os dizeres pintados ou gravados a fogo, por pressão ou decalcação aplicados sobre o recipiente, vasilhame envoltório, cartucho ou qualquer outro tipo de embalagem do alimento ou sobre o que acompanha o continente;

XIII – Embalagem: qualquer forma pela qual o alimento tenha sido acondicionado, guardado, empacotado ou envasado;

XIV – Propaganda: a difusão, por quaisquer meios, de indicações e a distribuição de alimentos relacionados com a venda, e o emprego de matéria-prima alimentar, alimento *in natura*, materiais utilizados no seu fabrico ou preservação, objetivando promover ou incrementar o seu consumo;

XV – Órgão competente: o órgão técnico específico do Ministério da Saúde, bem como os órgãos federais, estaduais, municipais, dos Territórios e do Distrito Federal, congêneres, devidamente credenciado;

XVI – Laboratório oficial: o órgão técnico específico do Ministério da Saúde, bem como os órgãos congêneres federais, estaduais, municipais, dos Territórios e do Distrito Federal, devidamente credenciados;

XVII – Autoridade fiscalizadora competente: o funcionário do órgão competente do Ministério da Saúde ou dos demais órgãos fiscalizadores federais, estaduais, municipais, dos Territórios e do Distrito Federal;

XVIII – Análise de controle: aquela que é efetuada imediatamente após o registro do alimento, quando da sua entrega ao consumo, e que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão de identidade e qualidade;

XIX – Análise fiscal: a efetuada sobre o alimento apreendido pela autoridade fiscalizadora competente e que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos deste Decreto-Lei e de seus Regulamentos;

XX – Estabelecimento: o local onde se fabrique, produza, manipule, beneficie, acondicione, conserve, transporte, armazene, deposite para venda, distribua ou venda, alimento, matéria-prima alimentar, alimento *in natura*, aditivos intencionais, materiais, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com os mesmos.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 1998**

*Dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, localizada nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará e dá outras providências*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica transferida para o Poder Executivo do Estado do Ceará a responsabilidade pela administração e fiscalização da Área de Proteção Ambiental – APA de Jericoacoara, localizada nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará, criada pelo Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984.

**Art. 2º** A presente Lei altera os artigos 4º, 9º e 18 do Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 4º No funcionamento da APA de Jericoacoara, serão adotadas as seguintes medidas prioritárias:*

*I - zoneamento a ser efetivado pelo órgão responsável pela administração da APA, em articulação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, indicando-se as atividades a serem incentivadas, em cada zona, bem como as que deverão ser licenciadas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável;*

*II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção de Zona de Vida Silvestre, uso racional do solo e aplicação de outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais, sempre que consideradas necessárias;*

*III - aplicação, quando cabíveis, das medidas e sanções legais destinadas a impedir ou a evitar o exercício de atividades causadoras de degradação ambiental de qualquer natureza;*

*IV - divulgação das medidas previstas na legislação pertinente à APA de Jericoacoara, objetivando o esclarecimento das comunidades locais sobre as possibilidades de desenvolvimento sustentável e sobre as finalidades da APA;*

*V - aquisição de áreas que tiverem especial interesse biótico.*

*Art. 9º - A compra e venda de imóveis dentro da APA de Jericoacoara ficará adstrita à prévia anuência do órgão responsável pela administração da APA e da Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara, e, quando se tratar de terreno de marinha e acréscidos, conforme conceituados nos artigos 2º e 3º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, deverá ser consultada previamente a Secretaria do Patrimônio da União no Estado do Ceará.*

*Parágrafo único. Nos terrenos de marinha e acréscidos, conforme descrito no caput desta cláusula, não serão admitidas construções de qualquer natureza, com exceção de embarcadouros.*

*Art. 18. A inobservância das disposições contidas neste Decreto sujeitará os infratores às seguintes penalidades:*

*I - advertência;*

*II - multa simples ou diária;*

*III - embargo;*

*IV - interdição definitiva ou temporária;*

*V - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;*

*VI - perda ou suspensão de participação de linhas de financiamento em estabelecimentos estaduais e federais de crédito.*

*§ 1º As penalidades previstas nos incisos III e IV deste artigo poderão ser aplicadas sem prejuízo das indicadas nos incisos I e II do mesmo artigo.*

*§ 2º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e à terceiros, afetados por sua atividade.*

*§ 3º Na aplicação das multas de que trata o inciso II deste artigo, serão observados os seguintes limites:*

*I - de 50 (cinquenta) a 3.000 (três mil) vezes o valor nominal da Unidade Fiscal de Referência - UFIR nas infrações leves;*

*II - de 3.001 (três mil e um) a 10.000 (dez mil) vezes o valor nominal da UFIR nas infrações graves;*

*III - de 10.001 (dez mil e um) a 15.000 (quinze mil) vezes o valor nominal da UFIR nas infrações gravíssimas.*

*§ 4º Nas infrações às disposições deste Decreto serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes:*

*I - constituem circunstâncias atenuantes:*

*a) ter bons antecedentes no cumprimento das disposições legais relativas à defesa do meio ambiente;*

*b) ter procurado, de modo efetivo e comprovado, evitar ou atenuar as consequências danosas do fato, ato ou omissão;*

*c) ter comunicado imediatamente ao órgão responsável pela administração da APA a ocorrência de fato, ato ou omissão que coloque ou possa colocar em risco o meio ambiente;*

d) ter colaborado com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental;

e) ser o infrator primário e a falta cometida pouco significativa para o meio ambiente.

**II - constituem circunstâncias agravantes:**

a) ter cometido anteriormente infração à legislação ambiental;

b) prestar informações inverídicas, alterar dados técnicos ou documentos;

c) procrastinar o atendimento dos agentes credenciados pelo órgão responsável pela administração da APA, por ocasião de inspeção à fonte de poluição ou de degradação ambiental;

d) deixar de comunicar de imediato ao órgão responsável pela administração da APA a ocorrência de fato, ato ou omissão que coloque ou possa colocar em risco o meio ambiente;

e) ter a infração consequências graves para o meio ambiente ou cause risco ou dano à saúde pública;

f) terem os efeitos da infração atingido áreas de unidade de conservação ambiental ou comprometido a integridade dos recursos hídricos, ou, ainda, dos recursos naturais de ecossistemas litorâneos;

g) deixar de atender de forma reiterada as exigências do órgão responsável pela administração da APA.

§ 5º Nos casos de reincidência, poderá ser aplicada multa, simples ou diária, de valor correspondente ao dobro da anteriormente imposta.

§ 6º Caracteriza-se reincidência quando o infrator cometer nova infração, poluindo ou degradando o mesmo recurso ambiental, água, ar, solo ou subsolo poluído ou degradado pela infração anterior ou, ainda, quando não tiver sanado a irregularidade constatada após o decurso do prazo concedido ou prorrogado para sua correção.

§ 7º Nos casos em que a infração for continuada poderá a autoridade competente impor multa diária nos mesmos valores estabelecidos no parágrafo quinto deste artigo.

§ 8º A multa diária cessará quando corrigida a irregularidade e não ultrapassará o período de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua imposição.

§ 9º A multa diária poderá ser transformada em multa simples quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade ambiental que aplicou a penalidade, obrigar-se à adoção de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição ou degradação ambiental.

§ 10. As penalidades de interdição, temporária ou definitiva, serão aplicadas nos casos de perigo iminente à saúde pública e à conservação da APA e, a critério do órgão responsável pela sua administração, nos casos de infração continuada, implicando, quando for o caso, a cassação ou a suspensão das autorizações ou das licenças de que trata o parágrafo único do art. 5º deste Decreto.

§ 11. A penalidade de embargo será aplicada no caso de atividades, obras ou empreendimentos executados sem a licença ambiental ou em desacordo com a licença concedida quando sua permanência contrariar as disposições desta Lei, do seu regulamento e das normas dela decorrentes.

§ 12. Nos casos previstos nos incisos V e VI deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, conforme solicitação da autoridade ambiental, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 13. Os recursos administrativos interpostos contra a imposição de multas terão prazo de 10 (dez) dias contados da lavratura do auto, atendido o requisito legal de garantia de instância, e serão encaminhados ao órgão responsável pela administração da APA.

§ 14. Cumprida a obrigação assumida pelo infrator, a multa poderá ser reduzida em até 90% (noventa por cento)."

**Art. 3º** Ao artigo 5º do Decreto nº 90.379, de 29.10.84, ficam acrescidos os incisos VI, VII, VIII, IX, X, XI, e parágrafo único, com o teor abaixo:

*"VI - as atividades de recreação cuja implantação venha a causar degradação ambiental ou modificação da paisagem local;*

*VII - a instalação, ampliação ou reforma de prédios de qualquer ordem, equipamentos hoteleiros e demais atividades comerciais;*

*VIII - a retirada de qualquer tipo de material ou sedimentos (areia, barro, pedras ou conchas marinhas) dentro da área da APA e nos terrenos de marinha e acrescidos;*

*IX - o uso de qualquer tipo de veículo automotor;*

*X - as atividades ligadas à agricultura e à pecuária;*

*XI - demais atividades degradadoras, na forma da legislação ambiental vigente.*

*Parágrafo único. As atividades restrinvidas dependerão, conforme o caso, de autorização, de licença ou de Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental, de acordo com regulamento a ser expedido pelo órgão responsável pela administração da APA."*

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICAÇÃO

Criada pelo Decreto Federal nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, a Área de Proteção Ambiental – APA de Jericoacoara, situada integralmente nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, ambos no Estado do Ceará, foi

inicialmente administrada pela então SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) e, no período de 1989/90, pela SEMACE (Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará), por meio de convênio, datando desse período toda a infra-estrutura existente na atualidade. Desde 1991, a APA tem sido gerenciada com base em instrumentos legais (Instruções Normativas), as quais centralizam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA poderes que, se não impedem, dificultam em demasia a ação governamental em território cearense.

Um dos principais problemas hoje verificados na área decorre do fato de o IBAMA não possuir os recursos e a estrutura institucional necessárias para dotar a Vila de Jericoacoara, inserida na APA, das condições mínimas de habitabilidade, tais como energia, água, comunicações, saúde, educação, segurança e transporte, entre outras, o que vem dificultando o acesso da comunidade ali residente aos fundamentos básicos da cidadania.

Além disso, as Superintendências Estaduais do IBAMA não possuem autonomia administrativa necessária para licenciar obras ou atividades de infra-estrutura nas Unidade de Conservação, o que faz com que sejam encaminhadas a Brasília todas essas solicitações.

Tal fato demanda um tempo demasiadamente longo no processo de licenciamento, recaindo, sobre a administração estadual, a acusação de omissão ou descaso em relação à população ali residente.

O Governo do Estado do Ceará entende que a finalidade precípua da APA de Jericoacoara é, basicamente, assegurar o bem-estar da comunidade local, além de propiciar a conservação e a melhoria das condições ambientais locais e regionais. Dessa maneira, não se pode pensar a APA de Jericoacoara como um local refratário à ação do Estado, ou seja, um verdadeiro quisto administrativo e social.

Jericoacoara, pelas suas reconhecidas belezas cênicas, tem se tornado o mais importante centro de atração turística do Estado do Ceará, embora ainda deixe muito a desejar em termos de infra-estrutura. Essa lacuna somente pode ser sanada por meio da ação governamental do Estado, a qual vem sendo dificultada ao longo do tempo, prejudicada pela postura do IBAMA de “não fazer e nem deixar fazer”.

Ainda assim o Governo do Estado tem buscado tirar do abandono aquela área, seja por meio da inclusão da mesma em programas governamentais como o PROURB e o PRODETUR ou, ainda, pela instalação de rede de energia elétrica subterrânea, a despeito da incompreensão de alguns segmentos responsáveis pelo gerenciamento da APA.

Entendemos que, ao IBAMA, caberia a administração de unidades de conservação apenas quando estas abrangessem, em sua delimitação, mais de uma Unidade da Federação, caso, por exemplo, das APAs de Ibiapaba, da Chapada do Araripe e do Delta do Parnaíba.

Baseados no exposto, e que apresentamos a presente proposta de transferir o controle administrativo sobre a APA de Jericoacara da União para o Estado do Ceará, o que por certo asseguraria aquela porção do território cearense as benfeitorias da ação forte e decidida do seu Governo, seja no controle ambiental, seja na implantação da infra-estrutura necessária ao resgate da dignidade e da cidadania daquela comunidade.

Sala das Sessões, 10 de março de 1998.



Senador LÚCIO ALCÂNTARA

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
SUBSECRETARIA GERAL DA ATA**

**DECRETO N° 90.379, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984**

*Dispõe sobre a implantação da área de proteção ambiental no Município de Acaraú, no Estado do Ceará, e dá outras providências.*

.....  
**Art. 4º** Na implantação e funcionamento da APA Jericoacoara, serão adotadas as seguintes medidas prioritárias:

I — zoneamento a ser efetivado através de portaria da Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, do Ministério do Interior, em estreita articulação com a Prefeitura Municipal de Acaraú, as Universidades do Estado do Ceará, o Órgão Estadual de Meio Ambiente e a Sociedade Cearense de Cultura e Meio Ambiente — SOCEMA, indicando-se as atividades a serem incentivadas, em cada zona, bem como as que deverão ser restringidas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável;

II — utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da Zona de Vida Silvestre, o uso racional do solo, e a aplicação de outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais, sempre que consideradas necessárias;

III — aplicação, quando cabíveis, de medidas legais, destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental;

IV — divulgação das medidas previstas neste decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;

V — aquisição, pela SEMA, de áreas que tiverem especial interesse biótico.

Art. 9º Nos terrenos de marinha, e acrescidos, conforme conceituados nos artigos 2º e 3º, do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, não será permitida a retirada de areia, ou de material rochoso, nem admitidas construções de qualquer natureza, com exceção de embarcações.

Art. 18. As penalidades previstas nas Leis nºs 6.902, de 27 de abril de 1981, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, serão aplicadas, pela Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, do Ministério do Interior, aos transgressores das disposições deste decreto, com vistas ao cumprimento das medidas preventivas e corretivas, necessárias à preservação da qualidade ambiental.

Parágrafo único. Dos atos e decisões da SEMA, referentes à APA Jericoacoara, caberá recurso ao Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA.

## **DECRETO-LEI N.º 9.760 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1946**

### **DISPÕE SOBRE OS BENS IMÓVEIS DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (1)**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

#### **TÍTULO I DOS BENS IMÓVEIS DA UNIÃO**

##### **CAPÍTULO I DA DECLARAÇÃO DOS BENS**

###### **SEÇÃO I DA ENUNCIAÇÃO**

Art. 1.º Incluem entre os bens imóveis da União:

(1) Não se aplica aos imóveis rurais o disposto nos arts. 19 a 31, 127 a 133, 139, 140 e 159 a 174, conforme art. 32, da Lei nº 6.383, de 7-12-1976, que dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União.

a) os terrenos de marinha e seus acrescidos;

b) os terrenos marginais dos rios navegáveis, em Territórios Federais, se, por qualquer título legítimo, não pertencerem a particular;

c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situados, na faixa da fronteira do território nacional e nas zonas onde se faça sentir a influência das mures;

d) as ilhas situadas nos mares territoriais ou não, se por qualquer título legítimo não pertencerem aos Estados, Municípios ou particulares;

e) a porção de terras devolutas que for indispensável para a defesa da fronteira, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais;

f) as terras devolutas situadas nos Territórios Federais;

g) as estradas de ferro, instalações portuárias, telégrafos, telefones, fábricas, oficinas e fazendas nacionais;

h) os terrenos dos extintos aldeamentos de índios e das colônias militares, que não tenham passado, legalmente, para o domínio dos Estados, Municípios ou particulares;

i) os arsenais com todo o material de marinha, exército e aviação, as fortalezas,

fortificações e construções militares, bem como os terrenos adjacentes, reservados por ato imperial;

j) os que foram do domínio da Coroa;

k) os bens perdidos pelo criminoso condenado por sentença proferida em processo judiciário federal;

l) os que tenham sido a algum título, ou em virtude de lei, incorporados ao seu patrimônio.

## SEÇÃO II DA CONCEITUAÇÃO

**Art. 2º** São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha da preamar média de 1831:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;

b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se façam sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

**Art. 3º** São terrenos acrescidos de marinha os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 1998

*Dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros para a área de saúde e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados às ações e serviços do Sistema Único de Saúde, a serem executados pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal, serão transferidos diretamente e de forma regular e automática, em conformidade com cotas previstas em programação e cronograma aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º Dos recursos destinados a estados, ao Distrito Federal e a municípios 75% (setenta e cinco por cento) serão distribuídos segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente da programação mencionada no *caput* deste artigo.

§ 2º As transferências de recursos previstas nesta lei dispensam a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos.

§ 3º A União poderá exigir contrapartida dos recursos destinados a aplicação na área da saúde que transferir a estados, ao Distrito Federal e a municípios, em percentuais que serão estabelecidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 2º** A parcela dos recursos a que se refere o § 1º do art. 1º, a ser distribuída a municípios, será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total.

**Art. 3º** Constituem condições para o recebimento dos repasses automáticos a que se refere o art. 1º as estabelecidas no artigo 4º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

§ O não atendimento dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo resultará na administração de recursos pela União, no caso de estados e do Distrito Federal, e pelos estados, no caso dos municípios.

§ 2º Fica o Ministério da Saúde autorizado a estabelecer, mediante portaria do Ministro de Estado, as condições para aplicação desta Lei.

**Art. 4º** A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios destinarão pelo menos 30% (trinta por cento) dos recursos que apliquem em saúde para ações de atenção básica.

**Parágrafo Único** - Os estados, o Distrito Federal e os municípios que estejam aplicando recursos em percentual inferior ao disposto neste artigo incrementarão seus gastos com atenção básica em saúde na razão de cinco pontos percentuais ao ano, até alcançá-lo.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICAÇÃO

O processo de descentralização da saúde – um dispositivo constitucional – está se fazendo de forma lenta em nosso país e depende do equacionamento do problema

de financiamento, uma vez que o setor ampara-se, fundamentalmente, em transferências federais.

A sistemática atualmente adotada levou à situação denunciada recentemente, segundo a qual as transferências federais *per capita* para ações de saúde reproduzem o desequilíbrio já existente entre as unidades federadas, favorecendo aquelas com rede de saúde maiores e possuidoras de tecnologias médicas mais sofisticadas, em detrimento – novamente – daqueles municípios e estados com redes menos desenvolvidas e, cumulativamente, com maior incidência de população mais carente.

Com valores menores que R\$ 30,00 de transferências federais *per capita*, em 1996, estados como Roraima, Amapá, Pará, Amazonas e Acre, recebiam a metade do que receberam Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Rio de Janeiro, enquanto a média nacional era de R\$ 50,24.

Isso decorre do sistema de pagamento por procedimento: como os recursos são transferidos com base na quantidade e no tipo de assistência prestada, as unidades federadas com maior rede e, principalmente, com maior capacidade instalada para realizar procedimentos mais complexos tecnologicamente – e portanto mais caros – ficam com a maior parte do dinheiro.

As críticas a essa sistemática são antigas e constam, inclusive, do Relatório da CPI do Inamps, realizada em 1993.

Todas as tentativas de equacionar esse problema têm sido infrutíferas e o avanço muito lento. Nessa linha, a recente criação do Piso da Atenção Básica - PAB, embora indispensável, é insuficiente para corrigir as distorções.

Por outro lado, face ao arcabouço institucional estabelecido, o próprio Poder Executivo, e nele a figura do Ministro da Saúde, fica sempre na dependência dos múltiplos conselhos existentes - que tendem a defender e preservar os interesses cristalizados - para corrigir as distorções e injustiças identificadas. Cabe pois, ao Poder Legislativo estabelecer o balizamento indispensável para as decisões do Executivo e seus conselhos, em benefício da população.

Nesse sentido não há o que discutir: em políticas sociais o critério básico é o populacional. O homem - e nesse caso a sua própria vida - é a medida mais adequada para a alocação dos recursos públicos.

O presente projeto de lei pretende ser também uma contribuição para vencer mais essa manifestação do que tenho chamado de ‘desequilíbrio

institucionalizado, impiedosamente vigente no país. Ele pretende reinstituir alguns dos dispositivos da Lei Orgânica da Saúde (Lei n.8.080, de 1990) aprovados no Congresso e então vetados pela Presidência da República. Trata-se, especificamente, de resgatar:

– o § 2º do art. 33, segundo o qual os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados à cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos municípios, estados e Distrito Federal, que seriam transferidos diretamente e de forma regular e automática, em conformidade com cotas previstas em programação e cronograma aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde;

– o § 3º do art. 33, que estabelecia que 50% dos recursos anteriormente mencionados seriam repassados segundo critérios demográficos, independentemente de programação do Conselho ou de qualquer outro procedimento prévio. Estamos ampliando essa proporção para ¾ do montante;

– o § 5º do art. 35 que dispensava a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos para que se fizessem as referidas transferências;

– o art. 48 que determinava a destinação de uma cota de 45% dos recursos, referidos no primeiro item, para os municípios, embora aqui se proponha a elevação do patamar para cinquenta por cento.

Por outro lado, a simples transferência de recursos sem o correspondente desenvolvimento institucional e técnico das secretarias estaduais e municipais de saúde e – principalmente – sem a vontade política dos dirigentes nesses níveis da administração em assumir seus respectivos papéis e responsabilidades no processo pode ser, simplesmente, uma fórmula de piorar a situação da oferta de serviços e da saúde da população. Daí ser necessário manter requisitos e condições estabelecidos pela legislação em vigor para que municípios, estados e o Distrito Federal possam receber os recursos.

Os requisitos a serem mantidos são: a existência de um fundo de saúde, de um conselho de saúde, de um plano de saúde, de relatórios de gestão; a apresentação de contrapartida de recursos no respectivo orçamento e plano de carreira, cargos e salários implantados ou, pelo menos, a nomeação de uma comissão para elaborá-lo.

As condições de operacionalização seriam estabelecidas – como tem sido feito até agora – pelo Ministério da Saúde, mediante Portaria e Normas Operacionais Básicas.

Do mesmo modo, estamos introduzindo dispositivo relativo à participação dos estados, Distrito Federal e municípios nos gastos em saúde, a serem definidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ouvido portanto o Congresso Nacional.

Estamos tratando, nesse Projeto de Lei, do subsistema público de saúde, representado pelo SUS. Nesse âmbito é onde se tem que fazer JUSTICA SOCIAL!

Sala das Sessões, 10 de março de 1998.

  
Senador WALDECK ORNELAS

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
SUBSECRETARIA DE ATA**

**LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.**

**Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde—SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.**

Art. 4º Para receberem os recursos, de que trata o artigo 3º desta lei, os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão contar com:

- I - Fundo de Saúde;
- II - Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto nº 99.438, de 7 de agosto de 1990;
- III - plano de saúde;
- IV - relatórios de gestão que permitam o controle de que trata o § 4º do artigo 33 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- V - contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento;
- VI - comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS, previsto o prazo de 2 (dois) anos para sua implantação.

Parágrafo único. O não-atendimento pelos municípios, ou pelos estados, ou pelo Distrito Federal, dos requisitos estabelecidos neste artigo, implicará em que os recursos correspondentes sejam administrados, respectivamente, pelos estados ou pela União.

**LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.**

**Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.**

.....

*(Às Comissões de Constituição Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 1998**

*Estabelece limitações ao funcionamento de caixas automáticos na rede bancária após as 18 horas e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica proibido os saques de dinheiro em caixas automáticos da rede bancária fora do horário de expediente destas.

*Parágrafo único.* O disposto nesta Lei aplica-se tanto às máquinas localizadas nas próprias instituições bancárias, como às localizadas fora das instituições bancárias.

**Art. 2º** O Conselho Monetário Nacional poderá, mediante resolução, autorizar excepcionalmente que instituições bancárias possam permitir saques em horário diverso do disposto no artigo anterior.

*Parágrafo Único.* Somente poderão ser autorizados horários especiais caso se obedeçam os seguintes critérios:

a) os horários de saques somente seriam liberados para os bancos que instalassem seus caixas eletrônicos dentro de edifícios;

b) todos os caixas eletrônicos devem apresentar sistema de registro de imagem dos clientes que os utilizem.

**Art. 3º** As instituições bancárias que não cumprirem o disposto nesta Lei, após a sua entrada em vigor, ficam sujeitas à multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia por máquina em situação irregular.

§ 1º - A multa prevista no *caput* deste artigo deverá ser sucessivamente multiplicada por dez, no caso de reincidência.

§ 2º - A instituição financeira que atingir mais de 10 (dez) máquinas em situação irregular poderá ter sua permissão para atuação em atividades financeiras suspensa até a completa adequação as normas desta Lei.

**Art. 4º** A não-observância do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis às sanções cíveis e administrativas cabíveis, bem como ao resarcimento do valor em dinheiro que o cliente da instituição financeira vier a ter como prejuízo resultante de ação criminosa.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, contados do início de sua vigência.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICAÇÃO

A criminalidade crescente tem sido um dos maiores problemas que a sociedade brasileira tem enfrentado nas últimas décadas. De fato, um dos fatores que constituem-se em motivador da criminalidade é a condescendência que todos temos com pequenos delitos.

Nesse contexto, registra-se, atualmente, um número crescente de delitos associados ao saque automático em caixas eletrônicos de bancos. Assim, a facilidade, derivada das inovações tecnológicas, fez com que os clientes de instituições financeiras ficassem sujeitos à "seqüestros de resgate imediato", de difícil combate preventivo pela polícia, mas que pode ser sujeito ao maior controle das mesmas instituições.

O objetivo do projeto de lei ora apresentado é garantir instrumentos que regulem efetivamente o funcionamento dos caixas eletrônicos, a fim de reprimir a ocorrência do delito anteriormente descrito.

Além do mais, cabe ressaltar que a proliferação de caixas eletrônicos em vias públicas não têm nenhum sentido de ser, ao mesmo tempo em que facilita a extorsão praticada a partir do saque efetuado nestes caixas.

Portanto, busca-se efetivamente que o cliente das instituições financeiras possam ter garantias quanto à sua segurança no sistema de saques automáticos, restringindo-se a possibilidade de que ocorram seqüestros para extorsão.

Sala das Sessões, 10 de março de 1998

Senador JOSÉ SERRA

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antônio Carlos Magalhães) \_ Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a Mesa, ofícios que serão lidos pela 1<sup>a</sup> Secretaria em exercício, Sra. Senadora Emilia Fernandes.

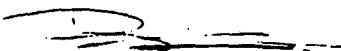
São lidos os seguintes:

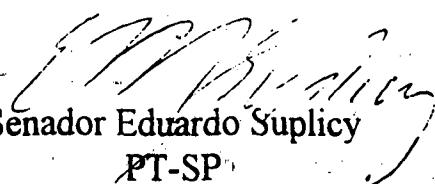
Ofício nº 018/98 - GLDPT

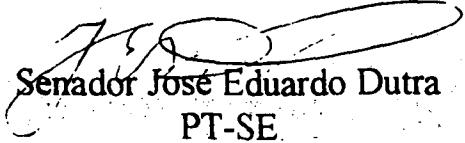
Brasília-DF., 12 de fevereiro de 1998.

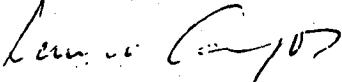
Senhor Presidente,

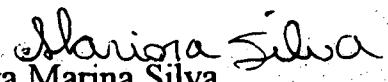
Nos termos do artigo 65, parágrafo 6º, do Regimento Interno do Senado Federal, a **Bancada do PT** decidiu indicar os senadores **Eduardo Suplicy (PT/SP)** e o **Senador José Eduardo Dutra (PT/SE)**, como Líder e vice-líder, respectivamente, para a Sessão Legislativa que se inicia em 16 de fevereiro próximo.

  
Senadora Benedita da Silva  
PT-RJ

  
Senador Eduardo Suplicy  
PT-SP

  
Senador José Eduardo Dutra  
PT-SE

  
Senador Lauro Campos  
PT-DF

  
Senadora Marina Silva  
PT-AC

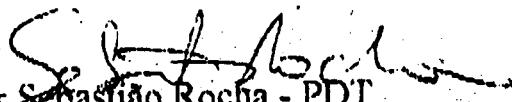
A Sua Excelência o Senhor  
Senador Antônio Carlos Magalhães  
Presidente do Senado Federal  
N E S T A

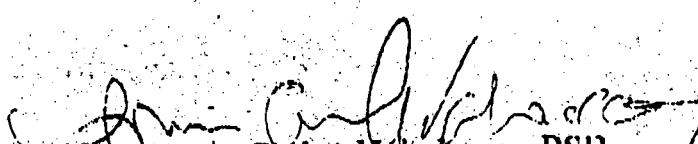
Ofício s/nº/98 - GLDPT

Brasília-DF 03 de fevereiro de 1998.

Senhor Presidente,

Os líderes do Partido Democrático Trabalhista - PDT, do Partido Socialista Brasileiro - PSB e do Partido Popular Socialista - PPS, com representação no Senado Federal, por decisão de suas bancadas, decidiu, nos termos regimentais, indicar o senhor Senador Eduardo Suplicy como Líder do Bloco Parlamentar de Oposição e o senhor Senador José Eduardo Dutra, para compor o colégio de vice-líderes.

  
Senador Sebastião Rocha - PDT

  
Senador Antônio Carlos Valadares - PSB

  
Senador Roberto Freire - PPS

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) - Os expedientes lidos vão à publicação.

Sobre a Mesa proposta de emenda à Constituição que será lida pela 1ª Secretaria em exercício Sra. Senadora Emilia Fernandes.

É lida a seguinte:

### **PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1998**

*Altera o art. 228 da Constituição Federal, acrescentando-lhe os §§ 1º e 2º, para estabelecer a imputabilidade penal das pessoas entre dezesseis e dezoito anos de idade, quando, mediante exame médico-psicológico, for atestada sua capacidade de discernimento.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Artigo único.** O art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos, sujeitos à legislação especial.*

*§ 1º As pessoas entre dezesseis e dezoito anos de idade somente serão imputáveis quando comprovada sua capacidade de discernimento, mediante exame médico-psicológico, na forma da lei.*

*§ 2º Os menores de dezoito anos não estão sujeitos à pena de reclusão."*

## JUSTIFICAÇÃO

Muito se tem discutido, no Brasil, a respeito da imputabilidade penal dos menores de 18 anos, hoje sujeitos às normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em nossa opinião, a matéria tem motivado posições extremadas, simplesmente favoráveis ou desfavoráveis à imputabilidade desses menores. Parece-nos necessário, entretanto, a afirmação de uma posição intermediária, equilibrada, de modo a permitir a eficácia da ação punitiva do Estado, em benefício da sociedade, sem sacrificar os direitos especiais que devem ser conferidos aos jovens.

A ampliação do acesso à informação, assim como a substancial mudança da qualidade das informações a que pode ter acesso atualmente um jovem de 16 anos faz com que, a nosso juízo, ele possa apresentar, na imensa maioria dos casos, uma maturidade e um conhecimento do mundo maiores do que aqueles de que dispunha o jovem de 18 anos em 1940, ano em que o então Presidente Getúlio Vargas expediu o Decreto-Lei 2.848, o Código Penal atualmente em vigor. A reforma da parte geral da lei substantiva penal, promovida em 1984, não alterou a situação, mantendo a imputabilidade penal a partir dos 18 anos de idade.

Ora, o processo histórico vivido pela sociedade brasileira, desde então, especialmente o vigoroso processo de urbanização e, malgrado todos os percalços, a evolução do sistema educacional fizeram com que os jovens de hoje, aos 16 anos, possam contar com melhor instrução e com quantidade de informações maior do que aquelas de que um jovem de 18 anos da primeira metade deste século podia dispor. Tudo isso favorece, evidentemente, um maior amadurecimento desses jovens.

De fato, com a redução do analfabetismo, a ampliação do acesso à informação, mediante os modernos meios de comunicação de massa, como o

rádio e a televisão, sem falar nos meios de comunicação cibernéticos, há no Brasil, como em todo o mundo, maiores possibilidades de levar ao conhecimento dos jovens, cada vez mais cedo, os esclarecimentos necessários ao discernimento a respeito do caráter criminoso de certo comportamento, assim como das penas a que está sujeito quem o pratica.

O aumento da criminalidade juvenil há de ser combatido mediante diversas políticas, no campo educacional, social, cultural, etc. Sabemos que a simples mudança da legislação penal não implicará a redução do número de ilícitos penais cometidos por jovens. Entendemos, por outro lado, que também nessa área devem ser promovidas mudanças, que adaptem a nosso legislação à realidade brasileira atual e a tornem apta a enfrentar os desafios do futuro.

No debate em que a sociedade brasileira se acha envolvida, destacamos a manifestação de juízes, dentre eles Ministros do Supremo Tribunal Federal, como o Ministro Marco Aurélio Mello, no sentido de que os jovens de 16 anos não podem mais ser vistos como incapazes de discernir entre a conduta delituosa e o comportamento conforme às leis.

Urge, entretanto, que a mudança se faça de maneira cautelosa, de modo a possibilitar que o Poder Judiciário, ao aplicar a nova lei, possa ter um certo grau de liberdade para, diante do caso concreto, observar o nível de maturidade alcançado pelo jovem que tem mais de 16 e menos de 18 anos de idade. Propomos, por isso, que, nessa faixa etária, o jovem somente seja imputável quando exame médico-psicológico realizado por junta oficial comprove a sua maturidade. Abre-se, assim, o caminho para que casos excepcionais sejam tratados de forma apropriada.

Por outro lado, a mesma cautela e moderação se exigem para a cominação das penas que podem ser aplicadas a esses jovens. É forçoso

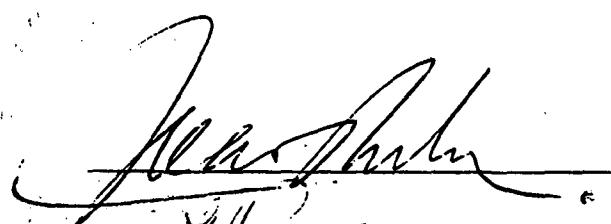
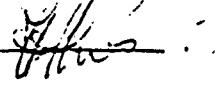
impedir que eles sejam condenados à pena de reclusão, privativa de liberdade e cumprida sob regime fechado, pois tal não se compadeceria com a política de recuperação do jovem delinquente.

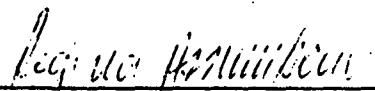
Quanto ao exame médico-psicológico que comprove a maturidade do menor para ter consciência da natureza criminosa do comportamento, sugerimos que tal exame seja regulamentado por lei ordinária, que disciplinará criteriosamente a matéria.

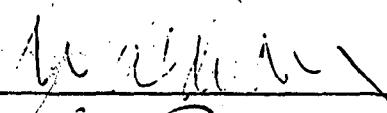
Pedimos aos nobres pares, pelas razões expostas, o apoio indispensável à aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

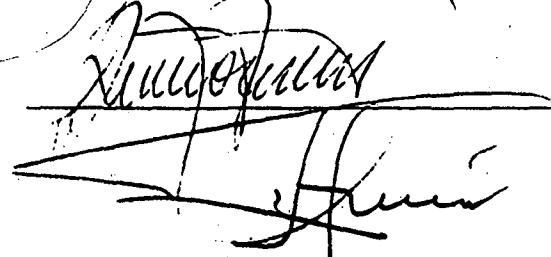
Sala das Sessões, em 10 de março de 1998

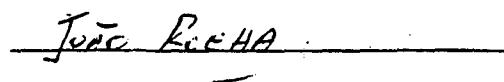
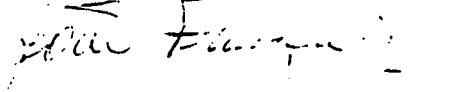
Senador **ODACIR SOARES**

  
\_\_\_\_\_  


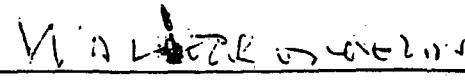




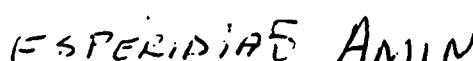


  
\_\_\_\_\_  










SENADO FEDERAL  
SENADOR UDACIR SOARES

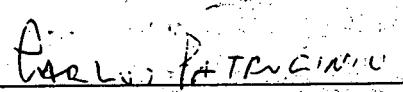
  
~~Senador Udacir Soares~~

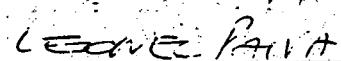
JOSÉ BRUNO - PFL-PR

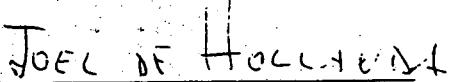
  
~~José Eduardo Dutra (PFL TRAMITAC)~~

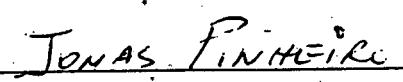
LEONARDO VIANELLA

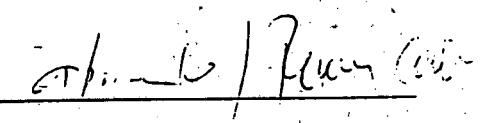
  
~~Lauro Campos (PFL TRAMITAC)~~

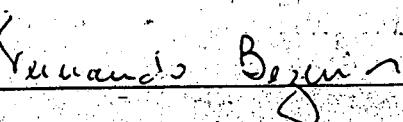
  
~~Cecília Patrício~~

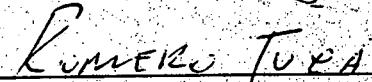
  
~~Leônidas Párra~~

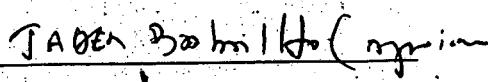
  
~~Joel de Hollanda~~

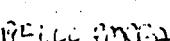
  
~~Jonas Pinheiro~~

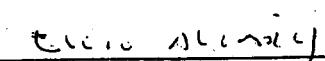
  
~~Antônio Pimentel~~

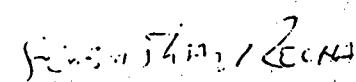
  
~~Fernando Bezerra~~

  
~~Lúmara Tavares~~

  
~~Jader Barbalho (mapim)~~

  
~~Beira Marinho~~

  
~~Eraldo Alencar~~

  
~~Simão Sarney~~

PEC NO 1998

FRANCELINO PEREIRA

Ley Dias

Renato

CONFIRMO JPK

Julio Caxias

Romeu Tuna

EMILIA FERNANDES

EDISON LIMA

WALDEMAR

LUDRO COELHO

José Freitas

JEFFERSON PERES

Wilson Ximenes

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
SUBSECRETARIA DE ATA  
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL**

**SUBSEÇÃO II  
Da Emenda à Constituição**

**Art. 60.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

**Art. 228.** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

**DECRETO-LEI N.º 2.848, DE 7 DE  
DEZEMBRO DE 1940(\*)**

**Código Penal**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A matéria vai à publicação e será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr.ª Senadora Emilia Fernandes.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO N.º 156, DE 1998**

**Solicita ao Exm.º Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, informações sobre o cumprimento dos prazos legais para a entrega das declarações de rendimentos dos servidores públicos federais e a aplicação das multas previstas para o caso de omissão.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Exm.º Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1) Qual o valor das multas aplicadas, nos três últimos exercícios financeiros, pelo não-cumprimento dos prazos de entrega das declarações de rendimentos dos assalariados, para fins de declaração do imposto de renda, previstas na legislação em vigor?

2) Se a Secretaria da Receita Federal tem fiscalizado o cumprimento dessa exigência por parte dos órgãos públicos federais e, em caso afirmativo, qual o

valor das respectivas multas, nos casos verificados de descumprimento, nos três últimos exercícios.

3) Tendo em vista que até esta data a quase totalidade dos órgãos, entidades e repartições federais ainda não entregou a seus servidores a declaração de rendimentos relativa ao exercício de 1997, que medidas foram tomadas para a fiscalização da aplicação das multas a que estão sujeitas?

Sala das Sessões, 10 de março de 1998. – **Guilherme Palmeira**, Senador.

**Justificação**

Os contribuintes do imposto de renda estão sujeitos a multas pelo não-cumprimento dos prazos de entrega das declarações de renda a que estão obrigados. A falta de entrega das declarações de rendimento por parte dos empregados, públicos ou privados, no prazo legal de 28 de fevereiro, sujeita os infratores às mesmas sanções.

No corrente exercício, como nos anteriores, esses prazos não vêm sendo cumpridos pela maioria dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e não temos conhecimento das providências adotadas para aplicação de tais soluções, por parte das autoridades fiscais.

A Secretaria da Receita Federal tem demonstrado, nesses últimos anos, uma eficiente atuação no que diz respeito aos trabalhos de arrecadação de impostos, resultado do empenho incansável de seus dirigentes. Sob o comando atual do Secretário Everardo Maciel, o Governo Federal tem experimentado, inclusive, incrementos positivos no que diz respeito ao crescimento das receitas da União.

Assim, o presente Requerimento de Informações, longe de refletir qualquer crítica ao desempenho da Secretaria da Receita Federal, órgão cuja credibilidade perante à opinião pública brasileira tem sido crescente, tem como propósito maior procurar contribuir para que o servidor público possa melhor cumprir suas obrigações com o fisco.

Sala das Sessões, 10 de março de 1998. – **Guilherme Palmeira**, Senador.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento lido vai à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– A Presidência recebeu a Mensagem nº 112, de 1998 (nº 307/98, na origem), pela qual o Presidente da República, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor em ienes, equivalente a US\$ 68,740,000.00 (sessenta e oito milhões, setecentos e quarenta mil dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Estado de Tocantins e o Export

Import Bank of Japan – JEXIM, destinada ao financiamento do Programa de Eletrificação Rural – PERTINS.

A matéria, anexada ao Processado do Ofício nº S/110, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

– Item 1:

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1997 (nº 353/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 580, de 1997, da Comissão de Educação, Relator: Senador Vilson Kleinübing.

Abstenções dos Senadores Lauro Campos e Benedita da Silva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Convoco os Srs. Senadores que estão em outras dependências do Senado para virem ao plenário votar. Trata-se de votação nominal com efeito administrativo.

A Presidência esclarece ao Plenário que, de acordo com o art. 288, IV, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de dois quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores se abstém nesta votação, ficando liberado o voto do Bloco de Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Informo aos Srs. Senadores que ainda teremos outras votações nominais.

*(Procede-se à votação.)*

## VOTAÇÃO NOMINAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1997

## RÁDIO SOCIEDADE OESTE CATARINENSE - CHAPECÓ - SC

Nº Sessão: 1

Nº Vol.: 1

Data Início: 10/03/1998

Hora Início: 16:27:58

Data Sessão: 10/03/1998

Data Firm: 10/03/1998

Hora Firm: 16:32:22

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	SIM
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PFL	SC	VILSON KLEINÚBINO	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM				
BLOCO	RJ	BENEDITA DA SILVA	ABST.				
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	ABST.				
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	ABST.				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPlicy	ABST.				
PFL	ES	ÉLICO ALVARES	SIM				
BLOCO	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM				
PPB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	SIM				
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	ABST.				
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PPB	RN	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGripino	SIM				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	SIM				
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM				
PTB	PR	JOSÉ EDUARDO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	ABST.				
PMDB	RS	JOSÉ FOGLAÇA	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PFL	MT	JULIO CAMPOS	SIM				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	SIM				
PFL	DF	LEONEL PAIVA	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	ABST.				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM				
PTB	RO	ODACIR SOARES	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	GO	OTONIEL MACHADO	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	MS	RAMÉZ TESET	SIM				
PTB	MG	REGINA ASSUMPCÃO	SIM				
PMDB	PR	ROBERTO REOLÃO	NAO				
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM				
PFL	SP	ROMÉU TUMA	SIM				
BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Votos Sim: 49

1º Sec.: \*

2º Sec.: \*

3º Sec.: \*

4º Sec.: \*

Total: 58

Votos Não: 1

Votos Abst: 8

Operad.: HEITOR LEDUR

Emissão em: 10/03/98 - 16:32

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 49 Srs. Senadores e NÃO 01.

Houve 8 abstenções.

Total: 58 votos.

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo 1º Secretário, em exercício, Sra. Senadora Emilia Fernandes.

É lido o seguinte:

#### PARECER N.º 98, DE 1997

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1997 (n.º 353, de 1996, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1997 (n.º 353, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Sala de Reuniões da Comissão, 1º de março de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – Lúdio Coelho, Relator – Júnia Marise – Marluce Pinto.

#### ANEXO AO PARECER Nº 98, DE 1998

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1998

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.**

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 599, de 15 de agosto de 1994, que renova, a partir de 22 de agosto de 1993, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. LAURO CAMPOS** (Bloco/PT – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de registrar minha abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Será registrada em Ata a abstenção de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1997 (nº 354/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veneza LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável sob nº 638, de 1997, da Comissão de Educação, Relator: Senador Carlos Wilson.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

## **VOTAÇÃO NOMINAL**

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 49, DE 1997**

RÁDIO VENEZA LTDA - RECIFE - PE

Nº Sessão: 1

Data Sessão: 10/03/1998

Nº Vot.: 2

Data Início: 10/03/1998

Data Fim: 10/03/1998

Hora Início: 16:32:58

Hora Fim: 16:35:58

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM	PFL	SP	RÔMEO TUMA	SIM
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	SIM
BLOCO	RJ	BENEDITA DA SILVA	ABST.	PFL	SC	VILSON KLEINÜBING	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	ABST.	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	ABST.				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO GUPLICY	ABST.				
PFL	ES	ÉLIO ALVAREZ	SIM				
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	SIM				
PPB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	SIM				
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	ABST.				
PPB	SC	ESPERIDÃO AMIN	SIM				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PPB	RR	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	SIM				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	SIM				
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM				
PTB	PR	JOSÉ EDUARDO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	ABST.				
PMDB	RS	JOSÉ FOQAÇA	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM				
BLOCO	MG	JUNIA MARISE	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	ABST.				
PFL	DF	LEONEL PAIVA	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	ABST.				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM				
PTB	RO	ODACIR SOARES	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	GO	OTONIEL MACHADO	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	ABST.				
PMDB	MS	RAMÉZ TEBET	SIM				
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	SIM				
PMDB	PR	ROBERTO REQUJÃO	SIM				
PFL	RR	ROMERO JUCA	SIM				

**O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT-SP) –**  
Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores aguarda a constituição do Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição, e, por esta razão, temos tomado a posição de abstenção com respeito à concessão e à permissão a empresas de rádio. A posição do PT é de abstenção, ficando liberado o voto para o Bloco da Oposição.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)**  
– Peço aos Senadores que ainda não votaram para fazê-lo.

Está encerrada a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)**  
– Votaram SIM 50 Srs. Senadores; não houve votos contrários.

Houve 10 abstenções.

Total: 60 votos.

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)**  
– Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo 1º Secretário, em exercício, Sra. Senadora Emilia Fernandes.

É lido o seguinte:

**PARECER N.º 99, DE 1998**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1997 (n.º 354, de 1996, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1997 (n.º 354, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veneza Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de março de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Lucídio Portella**, Relator – **Emilia Fernandes** – **Marluce Pinto**.

**ANEXO AO PARECER N.º 99, DE 1998**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO N.º, DE 1998**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Veneza Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** É aprovado o ato a que se refere a Portaria n.º 823, de 7 de novembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 22 de outubro de 1991, a permissão outorgada à Rádio Veneza Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

**Art. 2.º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)**

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)**  
– Item 3:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 50, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1997 (nº 355/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 581, de 1997, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ramez Tebet, com abstenções de Lauro Campos e Benedita da Silva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

## VOTAÇÃO NOMINAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 50, DE 1997

## RÁDIO DIFUSORA AQUIDAUNA LTDA - AQUIDAUANA - MS

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 3

Data Início: 10/03/1998

Hora Início: 16:36:52

Data Sessão: 10/03/1998

Data Firm: 10/03/1998

Hora Firm: 16:39:30

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
BLOCO	RJ	BENEDITA DA SILVA	ABST.	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	ABST.	PFL	SC	VILSON KLEINÜBING	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	ABST.	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PMDB	SC	CASILDO Maldaner	SIM				
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	ABST.				
PFL	ES	ELCIO ALVARES	SIM				
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	SIM				
PPB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	SIM				
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	ABST.				
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM				
PFL	MG	FRANCINHO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PPB	RR	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	SIM				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	SIM				
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM				
PTB	PR	JOSÉ EDUARDO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	ABST.				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PMDB	GO	JOSÉ SAAD	SIM				
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	NÃO				
PFL	DF	LEONEL PAIVA	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
PSDB	CE	LUCÍO ALCÂNTARA	SIM				
PSDB	MS	LUDIO COELHO	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	ABST.				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PTB	RO	ODACIR SOARES	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	GO	OTONIEL MACHADO	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	ABST.				
PMDB	MS	RAMEZ TEbet	SIM				
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec.: \*

2º Sec.: \*

3º Sec.: \*

4º Sec.: \*

Operad.: HEITOR LEDUR

Votos Sim: 51

Votos Não: 2

Total: 62

Votos Abst: 9

Emissão em: 10/03/98 - 16:39

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
– Votaram SIM 51 Srs. Senadores e NÃO 02.

Houve 09 abstenções.

Total: 62 votos.

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo 1º Secretário, em exercício, Sra. Senadora Emilia Fernandes.

É lido o seguinte:

**PARECER N° 100, DE 1998**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 1997 (n° 355, de 1996, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 1997 (n° 355, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de março de 1998. – **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente  
– **Lucídio Portella**, Relator – **Júnia Marise – Marlucê Pinto**.

**ANEXO AO PARECER N.º 100, DE 1998**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e eu, , Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1998**

**Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n.º, de 16 de maio de 1996, que renova, por dez anos, a partir de 1.º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

**Art. 2.º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 4:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**

**Nº 8, DE 1998**

**Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 51, de 1998, Relator: Senador Beni Veras), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a cinqüenta e sete milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento, parcial, da Primeira Etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.**

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora, para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8, DE 1998**

**Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a US\$57.000.000,00 (cinqüenta e sete milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinada ao financiamento, parcial, da Primeira Etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.**

**mento, parcial, da "Primeira Etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal", de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.**

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil fica autorizada a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a US\$57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos, de que trata o **caput** deste artigo, serão destinados ao financiamento parcial da Primeira Etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

**Art. 2º** A operação de crédito externo terá as seguintes características:

**a) devedor:** República Federativa do Brasil/Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado;

**b) credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

**c) valor da operação:** US\$57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de dólares norte-americanos);

**d) destinação dos recursos:** financiamento parcial da Primeira Etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal;

**e) prazo para desembolso dos recursos:** 3 anos contados da vigência do contrato;

**f) vigência do contrato:** a partir de sua assinatura;

**g) condições de pagamento:**

– **do principal:** amortização do empréstimo em 34 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira parcela seis meses após a data prevista para o desembolso final do empréstimo, e a última, o mais tardar em até 20 anos após a assinatura do contrato;

– **dos juros:** semestralmente vencidos, em 15 de março e 15 de setembro de cada ano, a partir de 15 de março de 1998, calculados com base no custo de captação do BID para Empréstimos Unimonetários Qualificados tomados pelo BID durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual, que o BID fixará periodicamente de acordo com sua política de juros;

– **da comissão de crédito:** semestralmente vencida, nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. sobre o

saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

– **das despesas de inspeção e supervisão:** 1,0% do valor do empréstimo, em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Parágrafo único. As datas estipuladas para repagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de assinatura do contrato.

**Art. 4º** O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**O SR. JOSÉ SERRA (PSDB-SP)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Serra.

**O SR. JOSÉ SERRA (PSDB-SP. Pela ordem.)** – Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu voto favorável aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 48, 49 e 50, de 1997. Encontrava-me na Casa, mas não registrei o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Ata registrará a declaração de V. Ex<sup>a</sup>.

Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Continuando as comemorações do Dia Internacional da Mulher, concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, há 88 anos se comemora o Dia Internacional da Mulher. A escolha da data – 08 de março – tem significado mais de homenagem que de marco na luta pela igualdade de direitos. Assim foi que no dia 08 de março de 1957 ato de grande violência revoltou o mundo civilizado. Em Nova Iorque, 139 operárias de uma fábrica têxtil, não suportando mais o sufoco, deram o grito de revolta, saindo às ruas em passeata, reivindicando a redução da jornada de trabalho e salário igual ao dos homens. Após a passeata, quando voltaram à fábrica para fazer uma avaliação política do ato, os patrões trancaram as rebeldes no prédio e o incendiaram. Todas morreram.

Em homenagem a essas mulheres sofridas e batalhadoras, durante a Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, em 1910, por proposta de Clara Zetkin, foi criado o Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

O movimento organizado pela defesa e ampliação dos direitos civis da mulher havia começado quase cinqüenta anos antes daquele episódio sinistro. No início do século 19, inglesas e americanas se mobilizaram na luta pelo direito ao voto, até então um privilégio masculino. Ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-18), todos os países europeus, com a exclusão da França e da Suíça, tinham adotado o voto feminino. Em 1920, foi a vez dos Estados Unidos. Treze anos depois, foi a vez do Brasil.

O despertar e a luta das mulheres definem a sua história. Tanto isso é verdade que, hoje, em todo o mundo, os movimentos de mulheres já ocupam vários espaços. No Brasil, a luta das mulheres por seus direitos concretizou-se em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que representa a articulação do movimento social de mulheres com o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é formado por comissões de trabalho que atuam nas áreas de saúde, educação, violência, creches, legislação, cultura e trabalho.

Equivocadamente, costumam dizer que o Brasil é um País estigmatizado como machista que afoga a mulher, impedindo seu acesso a posições sociais importantes e pagando-lhe menos no mercado de trabalho. É uma visão antiga, enraizada no pensamento das pessoas como uma dessas verdades que não mudam. Foi o tempo em que a situação das mulheres só era analisada com detalhes uma vez por ano, em ocasiões como essa, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, e quando eram ressaltados os fatores que identificavam as mulheres como eternas perdedoras no plano econômico, social e político. É certo que o nosso País está longe de ser um paraíso de igualdade, mas o fato é que caminha largamente para uma situação de equilíbrio.

A edição da revista *Veja* de 25 de fevereiro de 1998 traz matéria intitulada *Os homens que se cuidem, que demonstra com consistência a evidência de que as mulheres brasileiras estão aparecendo mais e mais e vão, assim, mudando a paisagem social do Brasil e revertendo aquela impressão de que estavam sempre presentes, votando, mas não sendo nem candidatas nem eleitas; advogando, mas sem ter acesso às mais altas Cortes de Justiça; clinicando, mas não dirigindo hospitais. Em suma, libertando-se da condição de simples figurantes em um mundo de homens.*

Nos últimos anos, acelerou-se o processo de mudança e surgiram sintomas claros de uma grave insubordinação. As mulheres não só reivindicam

postos, quotas e reconhecimento no mundo dos homens, mas o fazem como mulheres e, orgulhando-se disso, não se obrigam mais à imitação dos homens. Dá sentença com a toga do juiz; comanda empresas, maneja o bisturi, constrói prédios, comanda **boeings**, competem ombro a ombro com o homem na captura de novas vagas.

A revista *Veja* divulga estudo do Ministério do Trabalho segundo o qual dos 228 mil postos de trabalho gerados no país para candidatos com pelo menos o 2º grau completo entre outubro de 1996 e setembro de 1997, mais da metade foram conquistados por trabalhadoras. O mesmo estudo mostra que as mulheres também derrotaram os homens nas vagas para dentista, veterinário e médico. Dos contratados, 83% eram mulheres.

De maneira geral, o salário da mulher ainda é mais baixo que o do homem. Mas, nos escalões mais altos, a remuneração se equilibra e, muitas vezes, a mulher é mais bem paga. Segundo o IBGE, entre 1985 e 1995, dobrou o número de mulheres que ganham entre dois e três salários mínimos. Nessa faixa, o número de trabalhadores homens cresceu apenas 50%. No mesmo período, também aumentou em 100% o grupo feminino com ganhos entre cinco e dez salários mínimos. O contingente masculino cresceu bem menos, cerca de 40%. Em 1985, havia menos de cem mil mulheres que ganhavam mais de vinte salários mínimos. Em 1995, já eram 422 mil. Os homens não conseguiram sequer dobrar seu contingente nessa faixa.

Há, portanto, uma transformação indiscutível em andamento. Ela não foi fruto de lutas políticas, ou por concessão dos patrões, ou porque a sociedade tenha tomado a defesa dos oprimidos. Houve, na realidade, intensa urbanização do País nos últimos anos, fato que mudou comportamentos, gerou necessidades e também oportunidades. A necessidade de reforçar o orçamento doméstico tirou a mulher de suas atividades da casa e a levou para a fábrica ou para o escritório. Além disso, a economia se tornou mais exigente e o fator sexo passou a perder o seu peso relativo.

Na área da pesquisa, quase a metade dos pesquisadores com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – o CNPq – é de mulheres. A sua presença e influência em política e economia é crescente. Mas todas essas conquistas devem ser encaradas apenas como começo. Este dia é um momento de comemoração e também de reflexão sobre a situação das mulheres. O Dia da Mulher não é só o dia 8 de março. É preciso que a

classe política promova as alterações nas leis, para que se alcance a igualdade entre homens e mulheres. E, nesse sentido, ressalto a atuação do PDT que tem obtido significativas conquistas nesse campo. Portanto, um dos grandes desafios do próximo milênio será o amadurecimento das sociedades em que dois sexos diferentes, herdeiros de histórias e culturas diferentes, mas iguais em direitos e deveres, venham enfim a pensar o mundo e agir sobre ele em igualdade de condições.

Que seria da humanidade se por trás de cada família ou de qualquer instituição social não houvesse a presença constante do ser feminino a tomar providências, a dar exemplos e a cuidar das tarefas mais anônimas? A hipótese é inviável. Os registros históricos demonstram que nenhuma obra significativa ou duradoura foi construída e perpetuada sem a colaboração da inteligência e das ágeis mãos femininas.

As mulheres são a metade do céu, disse um dia Mao-Tsé-Tung, e talvez seja este um dos pensamentos que poucos contestam. As mulheres são iluminadas e foram, ao longo de todos esses anos, a fonte de inspiração da humanidade. São femininas algumas das coisas que mais amamos, aquelas que dão sentido às nossas vidas: a liberdade, a democracia e a justiça.

Viva a mulher brasileira! Viva também a mulher amapaense! Ao participar dessa comemoração, manifesto minha solidariedade com as mulheres do meu Estado, o Amapá, e do nosso imenso Brasil!

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, 4º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Tem a palavra o Senador Carlos Bezerra.

**O SR. CARLOS BEZERRA** (PMDB-MT). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, há 141 anos, nos Estados Unidos, 127 operárias foram queimadas vivas em uma fábrica por ordem de seus patrões, que as mantiveram prisioneiras dentro do estabelecimento e depois mandaram atear fogo. Essas mulheres eram protagonistas de uma greve, visando à diminuição da jornada de 14 horas diárias e protestando contra as péssimas condições de trabalho. Em homenagem a essas mártires, foi criado o Dia Internacional da Mulher, que hoje comemoramos nesta Casa.

Lembremo-nos, também, das valorosas mulheres brasileiras que, junto com o PMDB, lutaram durante 20 anos em prol da democracia para o Brasil e ajudaram a escrever a história da resistência do Partido ao arbítrio da ditadura militar, muitas delas foram torturadas e aprisionadas por tempo indeterminado.

Na Constituição Federal de 1988, a mulher brasileira obteve conquistas inovadoras, embora muitas ainda não tenham sido implementadas devido a entraves de nossa legislação. As constituintes lutaram com denodo e conseguiram assegurar às mulheres novos direitos que até então lhes eram negados. A representação feminina atual no Congresso Nacional é significativa: 33 Deputadas Federais e 6 Senadoras.

Com tudo isso, entretanto, a participação da mulher no processo decisório do País é insignificante. Poucas mulheres ocupam cargos de segundo escalão nos Ministérios. Não temos nenhuma ministra.

Sr. Presidente, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela mulher, especialmente nas relações laborais, quando ocupei o Governo de Mato Grosso, no período de 1987 a 1990, implantei um programa de proteção à mulher, visando à adoção de medidas que fortalecessem a participação ativa da mulher nas decisões de caráter estadual; à conscientização sobre o direito à pensão; à exigência de atendimento jurídico às vítimas de qualquer tipo de violência; à instalação de um departamento assistencial para mulheres prostitutas e viciadas em tóxico, principalmente adolescentes; à criação de postos de saúde com infra-estrutura para atendimento ginecológico, prevenção de câncer, pré-natal, orientação alimentar, acompanhamento pós-parto, extensivo ao recém-nascido; à fiscalização sobre a discriminação da mulher em situações de fato e de direito; à garantia de ascensão da mulher a cargos e funções de mando; à promoção de estudos e debates para despertar a consciência da igualdade entre homem e mulher; ao trabalho junto às encarceradas, para que pudesssem desenvolver atividades intelectuais, artísticas, ocupacionais e de formação profissional adequada; ao empenho da construção de creches em bairros; e ao controle de agrotóxicos e substâncias que pudesssem ser danosos para as mulheres e seus descendentes.

Embora a presença da mulher tenha crescido no mercado de trabalho, como demonstram dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE – de São Paulo, a desvantagem continua quando se trata de rendimento médio real. A elevação da taxa de participação feminina no mercado de

trabalho é uma realidade, as mulheres estão ocupando até lugares antes destinados apenas aos homens. Mas, também, é uma realidade que as mulheres têm mais dificuldade de serem contratadas. Não são poucas as empresas que exigem testes de gravidez. Algumas, até, recusam-se a contratar mulheres férteis. Os homens também recebem um salário melhor pelo mesmo serviço, em muitos lugares, inclusive no ABC, onde o salário masculino é quase sempre o dobro do feminino.

Por todas as razões expostas, o Governo Federal, os Estaduais e os Municipais precisam adotar programas especiais de preparação e aprimoramento da mão-de-obra feminina, a fim de que seja cumprido o preceito constitucional de igualdade da mulher perante o homem e a lei.

Sr. Presidente, não poderia encerrar este meu pronunciamento sem fazer uma homenagem às mulheres brasileiras...

**O Sr. Júlio Campos (PFL-MT)** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Júlio Campos (PFL-MT)** – Considero importante o pronunciamento em que V. Ex<sup>a</sup> presta homenagem às mulheres brasileiras por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Realmente, nesta oportunidade, gostaria de realçar o destaque da mulher mato-grossense na vida pública. Tenho a honra de ver como representante do povo do meu Estado a Deputada Teté Bezerra, esposa de V. Ex<sup>a</sup>, que cumpre, brilhantemente, mandato na Câmara dos Deputados. Na Assembléia Legislativa de nosso Estado, contamos com a presença de duas mulheres: Serys Slhessarenko, Líder do PT, e Zilda Leite, Líder do PDT. No Judiciário mato-grossense, destacam-se a desembargadora Shelman Lombardi de Kato e várias juízas que compõem aquele Egípcio Tribunal de Justiça. Há mulheres também no Ministério Público, nas Procuradorias do Estado, na intelectualidade. Mato Grosso tem o privilégio de ter uma mulher como símbolo da cultura mato-grossense, Dona Maria de Arruda Müller, professora emérita que completará, em dezembro, cem anos de vida, lúcida, ainda escrevendo e produzindo fatos, enfim, um verdadeiro destaque na Academia Mato-grossense de Letras. Portanto, fico muito feliz em apartear V. Ex<sup>a</sup> e, cumprimentando-o pelo seu pronunciamento, aproveito para fazer das suas minhas palavras, assim com as do Senador Jonas Pinheiro, nessa homenagem que a Bancada de Mato Grosso, por intermédio

de V. Ex<sup>a</sup>, presta à mulher mato-grossense e à mulher brasileira.

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT)** – V. Ex<sup>a</sup> tem razão, Senador Júlio Campos. O nosso Estado, graças a Deus, possui uma grande estratificação social, tendo dado ao Brasil grandes figuras, grandes estadistas e intelectuais, como o General Eurico Gaspar Dutra, o Marechal Cândido Rondon e como todas essas mulheres que V. Ex<sup>a</sup> nominou. Isto é fruto do amadurecimento cultural e social do Mato Grosso, o que não se faz de uma hora para outra, não se faz em uma sociedade nova. Só uma sociedade bem estratificada como a nossa produz frutos dessa natureza. Agradeço seu aparte.

Não poderia encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, sem fazer uma homenagem às mulheres brasileiras, especialmente às Parlamentares, cujo número espero seja bem maior por ocasião das próximas eleições. Dentre elas, às militantes e Parlamentares do PMDB, na pessoa da minha esposa, a primeira Deputada Federal a ser eleita pelo Estado do Mato Grosso, Teté Bezerra, que luta incansavelmente pelas conquistas femininas, quer em movimentos no nosso Estado, onde me ajudou a desenvolver um programa especial de valorização da mulher, quer no âmbito federal, onde, entre outras conquistas, saiu vitoriosa com a inclusão, na Lei Eleitoral, das cotas que agora garantem 30% das vagas de cada Partido ou coligação para as mulheres candidatas. Teté Bezerra tem sido uma das lideranças nacionais no trabalho de implementação das políticas definidas na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995.

Além de batalhar para que o Governo incorpore à legislação nacional as decisões das conferências mundiais da Organização das Nações Unidas – ONU, os pactos, as convenções internacionais e os protocolos internos, a ela e a todas as mulheres brasileiras, especialmente as militantes, meus votos de que tenham um sucesso cada vez maior na luta que empreendem pela conquista de novos direitos para a população feminina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT-SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar minha solidariedade às mulheres neste momento em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, transcorrido em 8 de março último, e, sobretudo, registrar inicialmente um problema grave que vem atingindo as

mulheres, notadamente as negras. Refiro-me à taxa de desemprego, que, sendo, segundo o IBGE, em janeiro último, de 7,25%, tem atingido, com taxas superiores a 8%, muito mais as mulheres do que os homens, para os quais a taxa é da ordem de pouco mais de 6%.

Gostaria, também, de manifestar a minha solidariedade às Senadoras Marina Silva, Benedita da Silva, Emilia Fernandes, Marluce Pinto e Júnia Marise, que, hoje, aqui, externaram seu sentimento a respeito das oportunidades que faltam às mulheres, reiterando a minha estranheza, afirmada já em aparte à Senadora Marina Silva, sobre o fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de haver designado apenas uma mulher, a Srª. Dorothea Werneck, que permaneceu, durante o primeiro ano, à frente do Ministério do Trabalho, depois da sua substituição, permanecer, já passados mas de três anos, com um Ministério exclusivamente masculino. Seria importante que, por ocasião da renovação do Ministério, uma vez que praticamente um terço dos Ministros serão substituídos, que o Presidente Fernando Henrique levasse em conta a importância de ter mulheres no seu Ministério e não apenas estar dizendo que, quem sabe, um dia, mais tarde, poderão as mulheres ocupar em igualdade de condições os postos de Ministro.

Gostaria ainda, na minha conclusão, Sr. Presidente, de expressar solidariedade a duas mulheres importantes na história das Américas, da América Latina e da humanidade. Refiro-me a um acontecimento insólito que tem lugar hoje no Chile. Dirijo minha solidariedade, sobretudo, à Srª. Hortêncio Allende, viúva do ex-Presidente chileno, Salvador Allende, bem como à sua filha, Srª. Isabel Allende, Deputada Federal, que, há pouco mais de um mês, esteve visitando o Brasil, quando, aqui em Brasília, o Governador Cristovam Buarque teve a oportunidade de homenagear Salvador Allende com a instalação de um busto em frente ao Palácio do Buriti.

Contudo, qual o acontecimento insólito, Sr. Presidente? É a instauração, no Senado Federal chileno, da figura do Senador vitalício. Ocorre que o único Senador vitalício, que ali está gozando dessa prerrogativa, em sendo ex-Presidente – inclusive com um procedimento estranho, já que somente podem ser Senadores vitalícios os ex-Presidentes da República que, no Chile, estiveram à frente do Poder por mais de seis anos -, o General Augusto Pinochet. Então, não é à toa que, nos últimos três dias, o povo do Chile tenha saído às ruas a fim de manifestar seu desagrado com tal anormalidade.

Expressamos, pois, nossa solidariedade às Srªs. Hortêncio Allende e Isabel Allende, registrando a importância de as democracias nas Américas acabarem, o quanto antes, com a figura de Senadores vitalícios.

Ainda mais, Sr. Presidente, como tramitam aqui no Congresso Nacional projetos que visam instituir o cargo de Senador vitalício, a fim de que ex-Presidentes da República venham a ocupar cadeiras nesta Casa, quero, ao ensejo desta manifestação, expressar a minha discordância com respeito a essa figura, que não ajudará a democracia, assim como não está ajudando a democracia no Chile o fato de o General Augusto Pinochet hoje estar iniciando sua atividade como Senador vitalício.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, em nome do Rio Grande do Sul, já falou desta tribuna a Senadora Emilia Fernandes, que honra e dignifica a mulher brasileira e, em especial, a mulher do Rio Grande do Sul neste Parlamento. Mas os homens querem se unir a esta homenagem que hoje se presta às mulheres.

Eu tive a felicidade de viver a transição entre a época em que não havia parlamentares mulheres no Senado e o tempo atual. Cheguei a esta Casa, em 1978; e, até então na história do Senado, nenhuma mulher tinha sido eleita senadora. A primeira foi uma ilustre Senadora suplente, Eunice Michiles, que assumiu com a morte do titular Fábio Lucena. Hoje temos seis Senadoras nesta Casa Legislativa.

No Dia Internacional da Mulher, temos de analisar com profundidade e responsabilidade o significado da presença da mulher na sociedade brasileira. Não tenho qualquer dúvida de que o mais importante no final deste século e o que vai ser a primeira característica do próximo milênio é a atuação da sociedade como um todo, com a presença das mulheres em todos os lugares de relevo da sociedade.

Os homens machistas do passado impediam a presença das mulheres nas artes, na cultura, na política, na justiça; enfim, no conjunto da vida da sociedade. Podemos imaginar o que representou essa ausência em termos de progresso. Emociono-me quando trato desse tema porque participei dessa transição.

Na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, onde eu estudava,

havia três mulheres. Atualmente, observamos que a média da presença de mulheres nas turmas de cujas formaturas tenho participado, ou nos convites de formandos que tenho recebido, ou entre os jovens que passaram no vestibular está entre 60% a 65%. Essa é uma realidade importante, porque saem das faculdades médicos, advogados, engenheiros, parlamentares, executivos, juízes, promotores etc...

Em termos de juízes, até pouco tempo atrás é preciso que se assinale, a Magistratura não admitia mulheres; hoje, 35% de sua composição é ocupada por mulheres. No Rio Grande do Sul, nos últimos concursos para promotor e juiz, os sete primeiros lugares foram ocupados por mulheres. Essa é a realidade.

Sr. Presidente, eis alguns problemas que compõem o drama e as dificuldades cotidianas das mulheres: dupla jornada de trabalho e ausência do companheiro que desaparece e as deixa como chefe de família. É impressionante observar pelas pesquisas como vem aumentando a cada ano o número de mulheres mantenedoras da família. Creio que estamos vivendo o momento da grande organização do setor das mulheres. Falta muito para chegarmos a algo concreto. Que bom que possamos, Senadora Emilia Fernandes, atuar junto com V. Exª e com tantas outras mulheres como colaboradores nesse trabalho de vanguarda com que as mulheres estão buscando conquistar seu espaço.

Sr. Presidente, com a mais profunda sinceridade, devo dizer que tenho um pensamento próprio a respeito das mulheres. Nas minhas andanças, sempre vi mais seriedade, mais dignidade, mais caráter, mais disposição para a luta, mais vontade, mais vibração nas mulheres. Não só no nosso partido, mas em todos os partidos do Rio Grande do Sul, é impressionante ver a vontade, a disposição com que elas entram na política, quase sempre por ideal.

Quando vemos crianças abandonadas na rua, passando fome, fora das salas de aula, isso geralmente acontece porque o pai desapareceu, ou não reconheceu o filho, ou saiu com outra mulher, ou buscou outro destino.

Normas estão sendo estabelecidas para dar mais segurança às mulheres e aos seus filhos. Uma delas com a qual sou totalmente solidário é que, na reforma agrária, a terra distribuída seja colocada no nome da mulher. É mais garantido para a família.

Há estudos no mesmo sentido no que tange à casa própria. No caso de financiamentos de casas populares, o normal é que o imóvel fique no nome da mulher, que é uma garantia muito mais sólida de

que os filhos terão a casa. Estando no nome do companheiro, este pode vendê-la no boteco ou até colocar para fora a companheira e seus filhos.

Penso, Sr. Presidente, que estamos vivendo um momento em que não se deve apenas falar. Durante muito tempo falou-se muito. As mulheres estão conquistando o seu espaço. Não entendo como o Presidente Fernando Henrique não nomeia uma mulher para a próxima vaga no Supremo Tribunal Federal. Será um grande gesto do seu Governo. Sua Excelência marcará um gol de placa pessoal se fizer isso porque há muitas mulheres juristas de primeira grandeza inclusive no nosso Rio Grande do Sul e pelo Brasil afora. Então, não se justifica que no Supremo Tribunal Federal ainda não haja uma mulher..

Hoje é um dia de confraternização; é um dia de respeito profundo.

O meu colega de Bancada Senador José Fogaça pode confirmar o que digo: como melhorou esta Casa com a presença das mulheres! Praticamente, todos os dias, sobe à tribuna uma mulher trazendo à reflexão um tema social sob um ângulo que ela conhece e sente melhor do que nós.

Não há dúvida alguma de que, no mundo, não há missão maior para o ser humano do que a de ser mãe. Não há amor mais profundo que o amor de mãe; não há dedicação mais intensa do que a dedicação de mãe. A maternidade dá à mulher condições de ver o mundo sob um ângulo, sob uma ótica toda própria. Ser mãe é como ser Deus, é dar presença a uma vida humana. Repito: esta Casa melhorou muito com as mulheres.

Nas reuniões do meu Partido, no Rio Grande do Sul, tenho recomendado o seguinte: ponham mulheres na chapa. Não tenho dúvida alguma de que o número de mulheres no Congresso Nacional vai dobrar de eleição para eleição. E essa mudança, para mim, significa que o Congresso Nacional vai melhorar de eleição para eleição.

Ainda falta muito a fazer? Sim, falta muito. Se observarmos o mercado de trabalho para a gente humilde, verificaremos que o salário da mulher é sempre inferior ao do homem que presta o mesmo serviço; se observarmos aquele trabalho que ainda é de escravatura, veremos a mulher lá presente. Falta muito? Sim, falta muito, mas acredito, Sr. Presidente, que estamos no caminho certo.

O Congresso Nacional nem sempre se identifica realmente com a sua missão de debater as questões do conjunto da sociedade. Ainda ontem entrei com o pedido de instalação de uma comissão especial para discutir o desemprego no seu aspecto glo-

bal – para usar um termo moderno. Não se trata apenas de uma questão conjuntural, ou seja, a de que hoje há menos empregos do que ontem. A informática e a tecnologia extinguiram vários postos de trabalho. Se olharmos para o campo, observaremos que uma máquina de semeá-lou uma máquina de colher substitui uma infinidade de pessoas; nas cidades, várias fábricas fecharam. Essa é uma questão que devemos discutir.

Falta, no Congresso, encontrarmos tempo para debater as grandes questões da sociedade brasileira; falta, no Senado Federal, compenetrarmo-nos do fato de que somos representantes dos nossos Estados nesta Casa para termos capacidade de ir além da Câmara.

A história do Senado é a história dos políticos que já adquiriram experiência durante toda sua vida pública e chegaram aqui com competência para usá-la e, assim, colaborarem para a melhoria da condição geral da sociedade. E o debate sobre os problemas da mulher, e a atualização permanente e constante das questões relacionadas à mulher é uma grande missão do Senado Federal.

Sr. Presidente, que bom olhar e ver como mudou a situação da mulher no País Até 1934, no Governo Getúlio Vargas, mulher não votava, mulher não tinha direitos, mulher não tinha voz, mulher não tinha vez, mulher não existia. A ela não cabiam nem direitos, nem prioridades.

Acredito que, no próximo século, no próximo milênio, veremos metade homens e metade mulheres marcando presença na sociedade. Por que apenas os grandes escritores como Dostoevsky, os grandes músicos como Mozart e os grandes intelectuais apareceram no mundo? Onde estavam as mulheres? Elas não podiam aparecer. Estavam proibidas. Não existia a mínima chance de elas se destacarem.

No próximo milênio, teremos muitas mulheres cientistas, médicas, juristas, políticas e chefes de estado. Assim, o mundo ficará verdadeiramente globalizado e, sem qualquer dúvida, as mulheres estarão com a preferência e o comando.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 157, DE 1998

Senhor Presidente, requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea "r", do Regimento Interno,

para a Mensagem nº. 112, de 1998 (nº 307/98, na origem), pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor em ienes, equivalente a US\$ 68.740.000.00 (sessenta e oito milhões, setecentos e quarenta mil dólares norte-americanos); de principal, entre o Governo do Estado de Tocantins e o Export Import Bank of Japan – JEXIM, destinada ao financiamento do Programa de Eletrificação Rural – PERTINS (Anexada ao Ofício nº. S/110, de 1997).

Sala das Sessões, 10 de março de 1998. – **Ney Suassuna – Júlio Campos – Coutinho Jorge.**

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – A Presidência esclarece ao Plenário que os avisos do requerimento e da mensagem encontram-se nas bancadas dos Srs. Senadores.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37/95.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 158, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para votação do Ofício "S" nº 15, de 1998, do Banco Central do Brasil, solicitando a retificação da Resolução nº 8, de 1998, que autorizou o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$250.000.000.00 (duzentos e cinqüenta milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$259.750.000,00 (duzentos e cinqüenta e nove milhões, setecentos e cinqüenta mil reais), em 31 de dezembro de 1996, destinados ao financiamento do Programa de Reforma do Estado.

Sala das Sessões, 10 de março de 1998. – **Ney Suassuna, Coutinho Jorge, Romeu Tuma, Artur da Távola.**

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – A Presidência esclarece ao Plenário que os avisos do

requerimento e do ofício encontram-se nas bancadas dos Srs. Senadores.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37/95.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Retomamos à homenagem do Dia Internacional da Mulher.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, praticamente já se disse tudo nesta homenagem às mulheres. Entretanto, Sr. Presidente, queria apresentar mais algumas nuances.

Segundo a Bíblia, Adão foi posto em sono profundo e dele Deus retirou uma costela para fazer a companhia que lhe faltava. Talvez por estar adormecido e não ter visto a formatação da primeira mulher, os homens, por tanto tempo, cercearam os direitos das mulheres. Do ponto de vista religioso, talvez seja essa a explicação.

Os homens sempre consideraram a mulher uma espécie misteriosa, que parece frágil mas é extremamente forte; que é pequena – pois é de estatura menor que o homem, como regra geral -, mas tem mais resistência à dor, à doença e ao cansaço.

A verdade é que, à medida que a civilização foi evoluindo e as mulheres tiveram oportunidade de mostrar o seu potencial, pudemos constatar que, em certos aspectos, elas são muito superiores aqui estou fazendo uma colocação que não é aquela com que quero finalizar meu pronunciamento.

Não se trata, Sr. Presidente, de se dizer superior ou inferior, porque o próprio texto da Bíblia diz que Deus tirou uma costela de Adão para fazer a mulher. Se Deus quisesse que a mulher fosse inferior ao homem, a teria criado a partir do pé; e se Deus quisesse que a mulher fosse superior ao homem, a teria criado a partir da cabeça. Deus tirou a costela para que a mulher fosse companheira e parceira, e é exatamente assim que devemos considerá-la.

São tantas as revelações desse ser misterioso e indecifrável que, a cada hora e a cada instante, nós, homens, nos espantamos. Há poucos minutos,

o Senador Pedro Simon disse-nos que, na área jurídica, as mulheres juízas e promotoras já são em número de 35%. Eu acrescentaria que, nos últimos concursos, as mulheres ultrapassam 60% das aprovações, o que nos leva a crer que, à medida que for havendo renovação nesse *métier*, as mulheres serão majoritariamente juízas, promotoras e encarregar-se-ão da justiça em nosso País. Não tem sido diferente no restante do mundo.

Elas são persistentes, meigas, duras, frágeis, fortes, enfim, as mulheres têm tantas facetas que nos espantamos com todas essas potencialidades que, a cada hora, descobrimos nesse ser maravilhoso e divino que é a mulher.

Se eu pudesse, hoje, congratular-me com o passado remoto, eu me congratularia com Adão por ter cedido essa costela. Se pudesse hoje, depois do que se disse tanto, emitir alguma frase nova a respeito, diria, Sr. Presidente, que atrás de cada homem – como se dizia no passado – existia sempre uma mulher que o ajudava; atrás de cada grande homem existe sempre uma mulher que o faz ocupar esse espaço. Também substituiria essa frase, Sr. Presidente, dizendo que atrás de cada grande homem, não; ao lado de cada grande homem existe sempre uma mulher exausta, que se mata de trabalhar e de arrumar condições para que esse homem ocupe o seu espaço.

Em homenagem às mulheres no dia de hoje, queria dizer, Sr. Presidente, que Deus que tudo sabe, que é onipresente, onisciente, teve um dia de inspiração acima do normal e nesse dia Ele criou a mulher.

Parabéns a todas as mulheres; parabéns, Sr. Presidente, a todos nós que pudemos ser parceiros das maravilhosas mulheres.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Tem a palavra o nobre Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na sessão de hoje, dedicada ao Dia Internacional da Mulher, evidente que merecem de todos nós, no mínimo, a nossa atenção criteriosa, o nosso respeito sincero, mas, sobretudo, algumas reflexões.

Neste século, houve três grandes revoluções importantes realizadas pelo ser humano na face da Terra. Uma delas foi uma mudança profunda nas relações do ser humano com a natureza, com o cosmos, com os planetas, com a sua área de vida, com o seu *habitat*. Mudanças também ocorreram no pla-

no do conhecimento, no desenvolvimento das ciências tecnologia, cibernetica, informática , mudanças profundas que revolucionaram o homem e as mulheres em si mesmos.

A segunda grande revolução deste século é aquela que, segundo o historiador inglês Erick Hobsbawm, ocorreu a partir de outubro de 1917, na Rússia, criando a União Soviética, e encerrou-se no ano de 1989, com a queda do Muro de Berlim, a Revolução Socialista a que o Erick Hobsbawm chamou de o breve século XX. Essa foi uma revolução do ser humano no seu relacionamento com outros seres humanos. Portanto, neste século, o homem mudou, primeiro, as suas relações com a natureza; segundo, as suas relações consigo mesmo. Mas a terceira e mais importante revolução que o ser humano realizou foi aquela que ele estabeleceu entre os gêneros masculino e feminino.

Entre os saldos, débitos e créditos do século XX, não há nenhuma dúvida de que a revolução mais importante e mais profunda do ponto de vista de sua dimensão humana foi a das mulheres. Primeiramente porque foi uma profunda revolução conceitual, que conseguiu abstrair a questão das diferenças de sexo para entender, isto sim, as igualdades entre os gêneros. E essa revolução generista é, sem dúvida, a mais importante do século XX. É a maior de todas elas e é possivelmente aquela que deixará uma herança de crescimento, de evolução da humanidade daqui para o futuro com muito mais força, com muito mais energia.

Quando se faz hoje um levantamento a respeito do papel da mulher na sociedade moderna, ainda se registra muita discriminação, um número considerável de práticas restritivas à mulher. Ainda é profundamente injusta a sociedade humana, do ponto de vista da mulher como gênero, isto é inegável, mas também, como disse o Senador Pedro Simon, dos espaços e nos espaços que a mulher conquistou, ela conseguiu demonstrar, fazer valer a afirmação da sua presença, da sua qualificação, da sua capacidade, principalmente da sua igualdade como gênero. E é uma lição importante esta, uma lição de humanidade de que a mulher dá quando demonstra a capacidade que tem, a luta que empreende, a guerra que é capaz de travar para garantir o seu espaço e o seu direito. É uma lição de humanidade porque, nesta revolução da mulher no mundo, não há intento de supremacia, não há objetivos hegemônicos. Os objetivos são profundamente humanizadores, para estabelecer plenamente a igualdade entre os gêneros masculino e feminino.

Talvez seja possível que, depois desta revolução empreendida pelas mulheres, haja uma outra grande revolução, subproduto desta, que se dá na cabeça e na consciência dos homens: as mulheres livres estão produzindo homens livres. Em outras palavras, o fato de as mulheres terem-se emancipado e conquistado espaço transformou cérebros mesquinhos, autoritários, apequenados por uma visão despotica das relações humanas em homens que sabem respeitar, que sabem reconhecer direitos da sua parceira, da sua companheira, e que sabem tratá-la como igual, como absoluta e inequivocamente igual. É por isso que digo: a consciência libertária das mulheres está produzindo também homens com consciência libertária. Homens foram capazes de evoluir e, porque evoluíram, tornaram-se mais completos e mais felizes. E essa talvez seja a primeira e mais importante consequência da revolução das mulheres no século XX.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, neste dia em que as palavras são de honnagem, de exaltação e sobretudo de justiça às mulheres do Brasil e de todo o mundo, considero importante também fazer uma reflexão, que não é nenhuma tentativa pedagógica de indicar caminhos, mas é possivelmente uma busca socializada de pensamento comum, uma tentativa de socializar problemas, reflexões e dificuldades. Creio que o papel mais importante que as mulheres podem cumprir nesta etapa de avanço dos gêneros masculino e feminino é o de ocuparem um papel dirigente na sociedade. E aqui não consigo livrar-me do jargão marxista e dizer que é muito importante que algumas mulheres coloquem-se no lugar de defensoras das classes sociais das quais emanam. Há mulheres emancipadas que se vêem como defensoras da classe dominada, e, como tal, são mulheres reivindicantes; esse é um papel extraordinário, feito também por alguns homens, mas que as mulheres têm desempenhado com notável talento e energia. Há outras mulheres que, igualmente inseridas numa classe dominante, são exemplos de atuação, de liderança, de competência e de capacidade emancipatória dos seus atos e gestos no âmbito da classe dominante em que se inserem. Mas essas não são, para mim, as mulheres mais surpreendentes, aquelas que se vêem como representantes dos dominados ou aquelas que se vêem como líderes inseridas no contexto dos dominantes. Na minha opinião, a mulher mais revolucionária deste final de século é aquela que impõe para si um papel gramsciano. Perdoem-me o jargão, que não é marxista, mas é gramsciano no sentido de que

Gramsci queria que os trabalhadores fossem capazes de se emparcifar da sua condição e da sua visão de classe dominada, e que não fizessem uma opção por classe dominante, mas que escolhessem o terceiro caminho como classe dirigente, porque classe dirigente é aquela capaz de estabelecer um consenso democrático entre diversos interesses em jogo, capaz de produzir equilíbrio do conflito, capaz de produzir resultados do impasse, capaz de avançar em pontos em que há atraso.

O homem ou mulher dirigente atuam no cenário político como representantes de um determinado setor, de uma determinada classe, mas, quando atuam no plano do poder, sabem que têm responsabilidades globais, responsabilidades abrangentes, que não se restringem a uma visão precária, corporativa ou discriminatória. Eu diria que o homem ou a mulher que se vê como dirigente quando atua no cenário político é capaz de tomar decisões em favor do conjunto, em defesa dos que mais precisam, não sem a visão estreita do corporativismo, sem as limitações da mera postura reivindicante, ou seja, o dirigente se responsabiliza pelos resultados e assume, como na ética de Max Weber, a ética das consequências, não ficando apenas na ética dos princípios. Penso que este é o passo mais definitivo, mais extraordinário que algumas mulheres no mundo e no Brasil têm sido capazes de dar: o de abandonarem as limitações da sua condição de classe dominada ou de classe dominante, para assumirem seu papel e sua função dirigente numa sociedade democrática. Acredito que esta seja a plenitude da emancipação. E tenho visto e registrado belos e notáveis exemplos dessa forma superior de praticar a política, a arte das relações intersetoriais, intergrupais, enfim, a arte das relações humanas.

Não tenho nenhuma dúvida de que a prática da discriminação positiva é o caminho mais rápido e eficiente para esse processo de emancipação. Vi esses exemplos em outros países e hoje estou convencido de que essa prática, embora pareça em um primeiro momento uma anomalia, uma forma forçada e artificial de construção social, é um instrumento muito eficaz para a formação de uma classe dirigente composta por homens e mulheres.

É por isso que votamos a lei que estabeleceu a necessidade de os partidos políticos abrirem um espaço obrigatório em suas nominatas para Deputado Estadual e Federal, porque entendemos que a formação dessa consciência dirigente representa o passo mais sólido, sem dúvida alguma, a fórmula maiúscula de fazer com que o gênero feminino seja,

neste final de século, aquele que se responsabiliza pela mais extraordinária mudança comportamental vivida pela humanidade. Não tenho nenhuma dúvida disso.

É claro que a luta das mulheres não é só essa luta macrofísica da busca do seu espaço e de sua consciência como classe dirigente. Estou falando aqui apenas de uma parcela, de um prisma, talvez de uma nuance do processo, porque a luta de libertação das mulheres é também microfísica, ela se dá no universo da família, no universo restrito do lar, na defesa até de sua integridade física contra a violência, na igualdade de direitos civis, na igualdade que ela tem nas relações estáveis que hoje substituem o casamento civil.

Não tenho nenhuma dúvida de que nessa fauna imensa que é a humanidade, nós, os homens, estamos sendo empurrados para uma consciência libertária pela revolução libertária que as mulheres empreenderam neste século.

Posso, com a tranquilidade de quem vem de um Estado de base agrária e, portanto, de longas tradições culturais machistas, dizer que a revolução das mulheres está produzindo homens melhores, homens mais felizes e mais completos, homens mais íntegros.

A nossa transformação e o nosso destino são comuns. É um destino comum de gêneros, não há nenhuma dúvida. Mas, nesta etapa da história, a nós homens mais do que respeitar, mais do que apenas permitir, cabe engajarmo-nos neste processo de conquista, de lutas e de afirmação que o gênero feminino vem fazendo. Assim, apesar das discriminações positivas que ainda existem, engajarmo-nos neste processo dentro daquilo que não cabe fazer e do que nos é possível fazer, além da vivência do dia-a-dia, além das questões menores vividas no microuniverso de cada família, de cada relação interpessoal.

É por isso, Sr. Presidente, que faço um registro e uma homenagem neste Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Tem a palavra o nobre Senador Artur da Távola.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (PSDB – RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, imaginem o dilema de um orador, ao fim de uma homenagem que o Senado da República presta à mulher, por ocasião do dia 8 de março, hoje comemorado em sessão permanente, digamos assim, do Senado Federal, já que interrompemos as homenagens, exclusivamente, para a votação das matérias da Ordem do Dia.

Imaginem o drama de um orador depois de tantas e tão judiciosas palavras, tantos e tão profundos conceitos emitidos a esse respeito; como, por exemplo, agora, na fala do Senador José Fogaça, que abordou o problema da mulher na contemporaneidade através de uma ótica política, relativa ao seu engajamento nas lutas da sociedade.

Ao assistir ao Senador, ao ouvir o discurso antes do Senador Pedro Simon, em que pudemos constatar a presença do Pedro Simon poeta, e não apenas do guerreiro, ao ouvir o discurso belo da Senadora Marina Silva, com a sua doçura encantadora, que jamais a impede de ocultar as suas verdades profundas, eu me imaginava na dificuldade de ser um dos últimos oradores neste dia, já que praticamente o assunto foi abordado de modo amplo, generoso e fraternal.

Fico a pensar nos desafios da mulher contemporânea, tanto o da mulher trabalhadora – tão bem aludidos pelo Senador José Fogaça – como o da mulher de qualquer outra categoria social, até porque ambas vivem dilemas e dificuldades semelhantes.

Fico a pensar no conjunto de funções que a sociedade contemporânea engendra para a figura da mulher, e como é heróica a forma pela qual a mulher vem enfrentando esse conjunto de injunções! É a mulher do trabalho, é a mulher da liberação de suas peculiaridades existenciais e é a mulher portadora do princípio feminino. Ora, como é difícil conciliar, no mundo contemporâneo, esse aspecto tripartite!

A mulher do trabalho, evidentemente, possui idênticas condições ao homem, que até então dominava a sociedade, pelo menos até a metade deste século. Ela possui inteligência da mesma natureza, energia da mesma forma, as mesmas condições. O que existia era um abafamento, por parte do poder dominante, no qual o homem era o protagonista, dessas qualidades intrínsecas da mulher. E exatamente as sociedades patriarcas abafavam na mulher as suas peculiaridades. Como compensação desse abafamento, erigiam a mulher musa, a mulher intocável e até – por que não dizer – a mulher assexuada, como as formas mais elevadas e respeitáveis do princípio feminino, porque essa era uma maneira de abafar a potencialidade feminina mediante uma exaltação compensatória.

A mulher da segunda metade do século XX, portanto, rompe essa estrutura, responsável por comportamentos cristalizados do homem, por opressão dentro e fora do lar e na sociedade. Ela rompe com uma coragem de que só as mulheres são capazes:

O outro aspecto é o existencial-comportamental. A mulher assume a partir da década de 50 também alguns aspectos até então reprimidos, como a plenitude do seu corpo, da sua sensualidade e também a coragem de publicamente enfrentar todas as barreiras a ela impostas para impedir essa assunção.

A mulher sensível, por exemplo, sempre foi anatematizada na sociedade. A sensualidade feminina sempre pareceu às gerações antigas como um risco, até porque a sensualidade feminina – poderosa como é – quantas vezes ameaça a tola idéia masculina de superioridade na sensualidade. A mulher precisa, então, ao lado de já haver buscado a luta pelo trabalho, pela afirmação profissional, buscar essa libertação. Ah, quanto sofrimento para tal! Quantas dores, quantas lutas, quantas dificuldades!

Há uma lenda, na mitologia, segundo a qual uma mulher é transformada em serpente. E essa transformação só desaparecerá no dia em que ela puder efetivamente se realizar na plenitude amorosa. Seria longo entrar na história dessa lenda. Mas, ela engloba na simbologia exatamente esse tema que, milênios depois, veio a ser compreendido pela sociedade, quando a mulher assume a plenitude de seu corpo e de sua sensualidade. Isso aparece, de um modo simbólico, até quando ela traz o seu corpo ao primeiro plano por intermédio da roupa. Pelo biquíni, na década de 50, o corpo da mulher passa a ser o seu motivo de afirmação e não apenas um motivo de desejo velado ou a busca de despertá-lo. A mulher assume o seu corpo e a sua sensualidade.

Entra na sociedade, nesse momento, um dado tecnológico decisivo: a pílula anticoncepcional. A pílula, pela primeira vez na história da humanidade, trouxe para a mulher a possibilidade do relacionamento sensual sem o risco da maternidade – digo risco no sentido da maternidade como acidente, porque maternidade não é risco, é privilégio. A partir da pílula, fica estabelecida para a mulher uma adjuntiva dramática: ela dá o seu corpo e só ela oferece o risco para a sua saúde no sentido de impedir uma procriação e proclamar a possibilidade de uma relação sexual fora da idéia cristã predominante, a da relação sexual para a procriação.

Nesse momento, ela assume uma sensualidade própria, e a assume no seu corpo. Não foi no corpo do homem que se fizeram as experiências iniciais nessa matéria, foi no corpo da mulher. As experiências no corpo do homem vêm depois, com a vasectomia em alguns casos e, posteriormente, na era da AIDS, com outros preservativos, por razões diver-

sas, porque até então, até para se libertar, era o corpo da mulher o objeto do experimento. E ela enfrenta a possibilidade da sua emancipação como ser, ainda que com o risco da própria saúde e com a oferta do próprio corpo, nesse sentido simbólico de que é no corpo da mulher que se estabelecem os primeiros elementos da possibilidade da relação sexual sem os riscos da maternidade não desejada.

Portanto, no terreno existencial, a trajetória da mulher no século XX é de uma natureza funda e de uma coragem exemplares. Quantos e quantos tabus foram quebrados, ainda hoje e nos últimos cinqüenta anos, a partir desse ato corajoso da mulher? E como conciliar essa emersão na vida profissional e na questão existencial? Como conciliar esses dois planos com aquele outro, que também é inegável na mulher, embora, por momentos, ele seja oculto em certas causas feministas, o do princípio feminino ou o do eterno feminino?

Para se falar do princípio feminino, há que se sair...

**O Sr. Pedro Simon (PMDB - RS) -** V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB - RJ) -** Com prazer, Senador.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB-RS) -** Penso que há certos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>, como esse, já que a TV Senado está gravando, que a direção da Casa deveria enviar a todas as escolas brasileiras, porque é uma aula fantástica de competência, de gabarito, de cultura e de altruísmo. Estou emocionado com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) -** Muito obrigado, Senador. Isso não só me honra, como me perturba, porque sei a sinceridade de V. Ex<sup>a</sup> e eu estava certo de estar fazendo um conjunto até não muito organizado de idéias. Mas, enfim, às vezes, quando cessamos o cuidado com as coisas, elas aparecem de modo melhor. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O princípio feminino foi definido muito bem por alguns psicólogos, como Carl Gustav Jung. Jung descreve existir na humanidade, como uma espécie de arquétipo do inconsciente coletivo da humanidade, dois grandes vetores que ele chamou de **animus** e de **anima**. O **animus** seria o princípio masculino e a **anima**, o princípio feminino – interessante que a palavra **anima** quer dizer também alma; animar vem de **anima**.

O princípio feminino seria, por natureza, doador, lunar, criador, terra, compreensão, nutrição, doação de vida. O princípio masculino seria, por natureza, solar, não-terra, porém semente, vigor, aventura, busca, inconsolabilidade. Esses dois princípios, verifica Jung, estão presentes em todas as lendas,

em todas as mitologias, ao longo dos tempos. Eles aparecem em todos os povos, independentemente de cultura, de desenvolvimento, como uma marca, por isso ele chamou de arquétipo, isto é, modelos ancestrais, modelos primeiros, dentro dos quais a humanidade pensa. E é notável a descoberta do psicólogo sobre a presença desses arquétipos aos quais ele chamou de arquétipos do inconsciente coletivo; aquelas marcas da humanidade, ao longo do seu desenvolvimento, criaram como que uma espécie de memória ancestral da humanidade. Essa memória são os arquétipos. Ele notou, na sua análise científica, que praticamente todas as civilizações, independentemente de tempo, de cultura e de tudo o mais, repetiam esses arquétipos. Esse foi o motivo de ele usar a expressão arquétipo, que significa forma, modelo, molde; arquétipos do inconsciente coletivo. Seja o inconsciente de uma tribo viking, de um tribo na África, seja no mundo moderno, esses arquétipos estão presentes.

Ali estavam o **animus** e a **anima**. A **anima** é o princípio feminino. E era justamente da junção dos dois princípios que se formaria a plenitude de uma personalidade. Jung chegava a dizer que jamais a personalidade de um ser humano do sexo masculino seria completa se ele não assumisse a sua **anima**, isto é, o seu princípio feminino; e vice-versa: uma mulher chegaria ao máximo da sua maturidade ao assumir o seu princípio masculino juntamente com a dominante de seu princípio feminino.

Ora, é fácil imaginar como foi pouco entendido e distorcido o fato de o homem assumir o seu princípio feminino. Atualmente, essa linguagem é comum na sociedade, mas levou muito tempo e foi necessária muita repressão para que ela pudesse vir à tona com a facilidade com que hoje é tratada. Hoje, os homens falam no seu princípio feminino sem nenhuma dúvida de que se lhes vá confundir a masculinidade. Ao contrário, certos homens com princípio feminino ativo, sem perda da sua masculinidade, são até extremamente atraentes na sociedade contemporânea. Isso se pode ver com perfeição ao se verificar como mudaram as visões do próprio herói na mitologia do cinema contemporâneo. Enquanto o herói antigo era justamente aquele de sentimentos brutos, digamos, para sintetizar, um John Wayne, o herói da contemporaneidade pode ser perfeitamente um Dustin Hoffman. Não é necessária a beleza, não é necessário ser indômito. O princípio masculino dominante, com a presença da capacidade de incorporação do princípio feminino, isto é, das capacidades nutritivas, compreensivas, lunares, harmônicas.

Isso também foi pouco compreendido até pelos movimentos feministas em certo momento, porque poderia ser usado pelo machismo como forma de compelir a mulher a uma posição de subalternidade. Ora, se ela é compreensiva, se é nutriz, ela tem que assumir o papel em plenitude na sociedade. Em nome dessa lógica, o machismo ocultava e reprimia um dos aspectos mais bonitos do princípio feminino, impedindo-o que viesse à tona. E a mulher enfrenta, neste final de século XX, esta luta pela realização das tarefas como trabalhadora, profissional; como mulher que enfrenta essas lutas tendo que trazer o princípio feminino como um dos elementos de sua natureza. Não mais o princípio feminino como único, mas o princípio feminino que, dosado aos aspectos do princípio masculino no trabalho, na constância, na competição, geram a possibilidade de um novo ser.

Por isso acredito que estejamos na aurora desse tempo dos novos seres; seja pela visão esotérica, já estamos na Era de Aquário e um novo tipo de viagem da vida e do mundo vai surgir, seja porque se isso não for verdade a sociedade já é hoje um lugar onde o homem e a mulher trocam, às vezes de modo incompreensível, incompreendido e até doloroso, experiências.

Como disse muito bem o Senador José Fogaça, a mulher parece muito mais bem preparada para essa tarefa do que o homem. É evidente que não vamos generalizar, mas o homem hoje se comporta por reação, enquanto a mulher se comporta por ação, e quem age é livre, quem reage é condicionado. Na medida em que o homem – ainda no tema do Senador José Fogaça – for capaz de compreender em profundidade essa ascensão, ele será um companheiro dessa ascensão e se beneficiará não mais como opressor, porém como companheiro. E ser companheiro significa aprofundar o entendimento da vida, saber-se relativo, entender-se como não onipotente, conhecer-se na humildade. Talvez seja esta a grande lição que a contemporaneidade traz a nós homens: conhecermos-nos na humildade. Oxaláせjamos capazes de nos reconhecermos como tal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Mauro Miranda e a Senadora Regina Assumpção enviaram discursos de homenagem ao Dia Internacional da Mulher, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>s. serão atendidos.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, como, habitualmente faço, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, ocupo a Tribuna desta Casa, para fazer uma reflexão que considero oportuna e de interesse de todos os segmentos da sociedade.

Gostaria de imprimir um direcionamento diferenciado a este pronunciamento. Em outras oportunidades, reportei-me à participação crescente da mulher em todas as instâncias organizacionais da sociedade e às desigualdades ainda existentes em relação a ela, particularmente no âmbito legal.

Em que pese a importância dessas questões abrangentes, fonte inesgotável de inúmeras possibilidades de abordagem, pretendo, neste discurso, adotar um enfoque dirigido a um dos aspectos que mais nos dizem respeito, em nossa atividade parlamentar a participação política das mulheres.

Naturalmente, um tema de tal amplitude requerida, para uma abordagem exaustiva, tempo superior ao que disponho para este pronunciamento. Assim, não fugirei ao esquematismo, embora com expectativa de trazer ao debate os pontos principais para sua progressão.

Sem falar nos exemplos históricos em que as mulheres foram conduzidas ao poder por uma especial conjuntura de fatores, é possível estabelecer um marco durante a Revolução Francesa, quando Olympie de Gouges lançou, em 1791, a primeira Declaração dos Direitos da Mulher, que perdura, até nossos dias, nos países nórdicos da Europa. Na Inglaterra, na primeira metade do séc. XIX, houve movimentos em defesa da mulher e seus direitos. Nos Estados Unidos o feminismo como movimento social, eclodiu nas décadas de 1840 e 1850, liderado por mulheres do porte de Lucy Stone Blackwel e Elizabeth Cady Stanton.

A pioneira do movimento de emancipação política da mulher, no Brasil, foi Dr.<sup>a</sup> Bertha Lutz, brilhante advogada paulista. Em 1926, conseguiu, com sua luta constante, defender e conquistar o direito ao voto da mulher brasileira. Posteriormente, participou da elaboração da Constituição de 1934 e apresentou um projeto, em 1937, referente aos direitos da mulher e às obrigações econômicas equitativas para a subsistência do lar. Nessa eleição de 1934, para a Assembléia Constituinte, a primeira em que as mulheres votaram e foram votadas, a única eleita foi a própria Bertha Lutz, representando 1% do total de parlamentares.

De lá para cá, mulheres passaram a representar 40% da força de trabalho formal e mais da

metade da população estudantil. Se computarmos o trabalho informal e os serviços de infra-estrutura doméstica, as mulheres são responsáveis por 2/3 das horas trabalhadas, cumprindo sua parte na construção da sociedade.

Entretanto, apesar do peso crescente da mulher na atividade produtiva, a sua participação nos centros de decisão não acompanhou essa evolução: por exemplo, 94% dos parlamentares federais são homens.

A primeira tentativa de reversão desse quadro ocorreu nas eleições de 1996, quando, pela primeira vez, aplicaram-se os dispositivos da Lei n.º 9.100, aprovada em 1995, que estabelece a cota de 20% de candidaturas de mulheres nas chapas eleitorais.

A exemplo de iniciativas congêneres de outros países, a Lei baseou-se no princípio da "política compensatória" ou "ação afirmativa", estratégia destinada a estabelecer a igualdade de oportunidades, por intermédio de medidas que corrijam a exclusão de determinados grupos sociais. De acordo com essa estratégia, no que se refere às ações mais diretamente ligadas à participação política nas instâncias do poder formal, recomenda-se estabelecer uma política de cotas que assegure determinado percentual de candidaturas para cada sexo.

Não acredito que o sistema de cotas (bem como outros tipos de ações afirmativas), por si só, seja a solução final ou mágica que garanta a presença das mulheres nas esferas de decisão. Embora eficaz (e os resultados da última eleição comprovam isso), é um instrumento transitório, utilizado somente para abrir caminhos, para começar a quebrar resistência dos dois lados, ou seja, é um passo. É necessária, porém, uma transformação maior na condição feminina e nas relações de gênero para que possamos chegar a uma democracia realmente igualitária.

Embora as questões de natureza quantitativa sejam imprescindíveis para desencadear as modificações, é preciso superá-las e fazer avançar, simultaneamente, a discussão a respeito dos aspectos qualitativos, os únicos realmente capazes de consolidar a participação feminina no contexto da política.

A inclusão nesse terreno exige-nos uma reflexão a que pouco se recorre na argumentação política, em razão do receio infundado de que a sua linguagem, algumas vezes hermética, seja inacessível ao entendimento da maioria. Trata-se, naturalmente, de um preconceito em relação à reflexão filosófica, destituída de dados e estatísticas persuasivas, mas detentora inegável do significado, muitas vezes submerso, do comportamento humano.

Assim, quando se fala e se reivindica igualdade entre homens e mulheres, no campo político, trata-se, evidentemente, de igualdade de direitos e de condições de acesso, uma vez que a igualdade entre os sexos é não só impraticável, como indesejável.

Este é um fato estabelecido: as mulheres são forçosamente diferentes. E o são por razões irreversíveis de ordem biológica, histórica e sócio-cultural.

A menor força física, a maternidade e outros fatores, que aqui não cabe analisar, fizeram com que o homem tomasse o poder. Foi a partir desse poder que se criaram os valores a que chamamos masculinos, e foi com esse poder que o homem escreveu a história e explicou o mundo: daí que a mulher tenha sido excluída do poder e da História. Ficou a viver os valores caseiros.

Será que, em todos estes séculos em que cuidou da lavoura, aguardou nas cavernas a volta dos caçadores, sufocou em espartilhos as manifestações do corpo, rezou pelos homens envolvidos nos combates e mesmo agora, quando divide e acumula a conquista do poder com os afazeres domésticos, a mulher viu e entendeu o mundo como os homens o viam e explicavam?

À custa de ter sido retirada da história e permanecido à espera nos serões familiares e domésticos, não terá a mulher uma diversa perspectiva da existência? O mundo é o mesmo visto pelos conquistadores do alto das colinas e da janela do lar?

E porque estava desobrigada dos encargos de prover a sobrevivência, não teve a mulher condições de desenvolver um relacionamento com o mundo que, ao contrário do modelo masculino, não se caracteriza essencialmente, pela posse, mas, ao contrário, pela tolerância e pela conciliação?

Se considerarmos essas hipóteses, devemos, por coerência, admitir que a mulher tem uma contribuição diferenciada a dar ao diálogo político, uma vez que poderá enriquecê-lo com as especificidades de sua história e de sua visão de mundo.

Isso não significa, naturalmente, confiná-la nas chamadas áreas sociais, com destaque para a educação, a cultura, a assistência social. Significa admitir que as mulheres apresentam um procedimento diverso de seus companheiros homens. Ao que parece, em política, as mulheres preferem soluções pragmáticas e imediatas; sabem guardar distâncias, quando necessário; são mais escrupulosas no trato com o dinheiro e menos calculistas acerca de vantagens próprias. Elas seriam, para usar uma expressão de Edgar Morin, os agentes secretos da modernidade.

de. Talvez isso explique a desconfiança que certos países islâmicos têm em relação às mulheres...

Se, por um lado, se defende a especificidade do feminino, por outro, é preciso reconhecer a identificação das mulheres com o masculino. Por exemplo, na luta pela conquista do poder político, as mulheres são tão combativas quanto os homens. Uma vez chegadas ao poder, a um alto nível de responsabilidade, elas são, muitas vezes, mais duras que os homens. As mulheres também adotam, quando necessário, e quando é a fala dominante, uma linguagem técnica.

Para não delongar excessivamente esse raciocínio, pode-se iniciar o encaminhamento de algumas questões que possam conduzir a conclusões, mesmo que provisórias. Feminizado, o mundo político seria diferente? A presença feminina conduziria a uma gestão política diferenciada?

A diferença é uma noção relativa. Ela não pode ser analisada em si, mas em relação a outro. Nas culturas ocidentais, fundadas sobre o paternalismo, a maternidade associa a mulher à natureza. Em certas culturas africanas, por outro lado, a função reprodutora aparece ligada ao exercício do poder.

A história das mulheres lhes confere uma especificidade que pode variar segundo o país e a cultura. Elas são, portanto, fundamentalmente e intrinsecamente diferentes? Sem dúvida, as mulheres têm, entre si, afinidades que as aproximam. Mas essas afinidades devem, necessariamente, ser analisadas como diferenças pelas quais se reivindicaria a originalidade?

Não nos esqueçamos de que a democracia é essencialmente fundada sobre a universalidade. Por outro lado, em razão mesmo do respeito às liberdades fundamentais, uma sociedade democrática não pode ser intransigente com as diferenças. Deve não somente admitir mas ainda inserir, profundamente, as especificidades femininas que, a despeito de serem intrinsecamente próprias, são portadoras de uma mensagem que a história lhes confiou, e que a todos se destina.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO)** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, semanas atrás, a revista *Veja* abriu espaços generosos de toda uma edição para mostrar que a mulher está assumindo espaços crescentes no comando das empresas brasileiras. Elas são mais organizadas, mais sensíveis e mais estudiosas para entender o mundo complexo dos negócios e liderar grupos humanos, e por isso estão substituindo os homens no espaço de decisões que por muitos séculos foi campo livre para a exclusividade

e o preconceito. Nada mais oportuno para retratar as realidades incontestáveis dos dias atuais.

Para mim, a mulher não está tomando espaço dos homens. O que está ocorrendo é que ela está construindo uma lei não escrita contra a discriminação, num movimento pacífico de conquista de muitos direitos que lhe subtraímos por toda a história de culturas milenares. Nesse sentido, o que é mais importante é que os homens não se sentem marginalizados ou diminuídos, nesse processo irreversível de igualdade. A verdade é que nós, homens, somos também signatários desse conjunto de leis sociais, formais ou informais, que estão colocando fim na longa trajetória da escravização da mulher. Somos, afinal, participantes ativos de um movimento em que não cedemos, mas aderimos espontaneamente.

Em nome da igualdade dos direitos, das conquistas e da participação, cabe à sociedade espancar o feminismo, que foi importante e cumpriu o seu papel, como deve também condenar o machismo, que é outra forma de intolerância. O essencial é que o respeito aos direitos de cidadania e de afirmação social não terá o significado de sinal a menos nas missões naturais do homem e da mulher, como seres humanos que reproduzem a vida.

Neste tempo que a nossa Presidência reservou para homenagear a mulher no seu dia internacional, eu quero falar de minhas esperanças num país que cultiva valores cristãos imutáveis de respeito à mulher, como mãe, como companheira ou como cidadã. E para desejar, também, que o crescimento dos espaços da mulher nas competições da vida moderna, não sirva para reduzir a sua importância como símbolo maior da beleza ou como fonte essencial para a inspiração das diversas formas de arte, na prosa, na poesia, na música, na pintura ou na escultura. Essa natureza de musa para os sonhos, as alegrias e as tristezas, não é a brutalidade competitiva que vai tirar da mulher.

Minhas homenagens especiais às ilustres e queridas companheiras cuja presença legitima a representação social deste Senado. São mulheres que chegaram a esta Casa, rompendo barreiras partidárias ou vencendo vários tipos de dificuldades, para impor sensores de sensibilidade social que mais nos aproximem do povo. Marina Silva, Emilia Fernandes, Júnia Marise, Regina Assunção, Marluce Pinto e Benedita da Silva são exemplos de mulheres que honram a política e significam o Congresso. E é no meu orgulho de tê-las como companheiras que quero expressar as minhas homenagens à mulher brasileira, por esta data que estamos comemorando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. REGINA ASSUMPÇÃO (PTB – MG) –** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, não poderia ficar em silêncio nesta comemoração do Dia Internacional da Mulher. Dia significativo por sua própria existência, uma vez que não há um Dia Internacional ou o Dia Nacional do Homem, que têm tido o áno inteiro, ou melhor dizendo, séculos de privilégios decorrentes do gênero. A oficialização desta data reflete tão somente a luta das mulheres por um tratamento paritário, contra a discriminação que sofreram e sofrem, embora hoje em menor grau, graças às conquistas que estamos obtendo nos últimos dois séculos e, com maior intensidade, nas últimas décadas.

Mas continuamos falando como minoria nos centros decisórios do país. Aqui mesmo no Senado Federal, ainda somos 6,2% dos votos e, na Câmara dos Deputados, apenas 6,8% de seus membros. Desproporção inaceitável diante de um elitorado composto em mais de 50% por mulheres. Mas, em homenagem ao meu partido, o PTB e ao maior de seus próceres, Getúlio Vargas, estamos também obrigadas a aqui registrar uma sexagenária vitória do trabalhismo: em 1932, pelo Decreto nº 21.076, Getúlio Vargas promulgava o novo Código Eleitoral, garantindo de forma definitiva o direito do voto às mulheres brasileiras. O fato, por mais importante que tenha sido, não influiu de forma marcante nas eleições do ano seguinte. Nas eleições de 1933 para a Assembléia Constituinte, uma única mulher, a paulista Carlota Pereira de Queiroz, foi eleita em um conjunto de 214 deputados. Foi significativo, sim, no cenário internacional, uma vez que o sufrágio feminino na França, Itália e Japão só seria conquistado em 1945, consequência, em grande parte, das profundas modificações culturais, econômicas e políticas decorrentes do final da II Grande Guerra.

Teve a guerra, por sinal, grande importância na evolução da situação feminina. Com os homens subtraídos para os campos de batalha, a elas sobrou a missão de, contra todos os tabus, mas premidas pela necessidade imperiosa de suprir de braços o setor produtivo, irem para as fábricas. Substituíram o trabalho então tipicamente masculino e, com o advento da paz, muitas não voltaram para as funções e hábitos tradicionais.

Voltemos, no entanto, à questão da paridade na representação política da mulher. Na década de 30, o país teve apenas duas deputadas federais. Entre 1950 e 1970, apenas quatro deputadas federais e

uma suplente ao Senado. Dos cerca de 5 mil municípios brasileiros, menos de 200 são governados por mulheres e somente um Estado, o Maranhão, tem uma governadora. Roseana Sarney, a primeira mulher brasileira a chegar ao cargo. Isto depois de 45 anos de uma mulher assumir, pela primeira vez, a chefia de um estado nacional: Sirimavo Bandaranaike, nascida em 1916 e que tornou posse, em 1960, do governo do antigo Ceilão, hoje Sri Lank. É preciso registrar, ainda, que a primeira mulher a assumir uma cadeira neste Senado, Eunice Michilles, só o fez em 1979, em decorrência da morte do titular. A primeira mulher eleita para esta casa, somente em 1990, foi nossa coestaduana Júnia Marise, que merece nossa homenagem pelo pioneirismo, pois foi também senão a primeira, uma das primeiras vice-governadoras de estado, no Brasil.

Esses números justificam a iniciativa, por maiores e fundamentadas críticas que possa receber, do estabelecimento de quotas da participação feminina na elaboração das listas de candidatos dos partidos para eleições no legislativo. Inegável, no entanto que este documento legal induzirá o crescimento da participação feminina que, a depender da evolução natural, no ritmo que vínhamo observando (de 1% para 6% em seis anos) só seria alcançado dentro de 200 anos. Na Argentina, a adoção do sistema de quotas, em 1993, fez com que a participação se elevasse, em três anos, de 4% para 13% o número de representantes femininos.

Entendemos, Sr. Presidente, que a política, como na grande maioria dos ramos da atividade humana, seja também, no caso, ponta de lança para a conquista do maior equilíbrio entre os gêneros em outras áreas. Nos demais setores, a mulher vem conquistando seus espaços enfrentando algumas dificuldades que não se apresentam aos seus concorrentes do sexo masculino.

Basta a verificação de que, hoje, as brasileiras já representam 40,4% da População Economicamente Ativa do país. Participação que dobrou nos últimos 30 anos. Persevera, no entanto, o tratamento iníquo de lhes ser oferecido menor salário do que aquele atribuído aos homens nas mesmas funções, salvo uma importante novidade, quando se trata de cargos de direção. Mesmo tendo, na média, mais anos de estudos que os homens, as trabalhadoras continuam ganhando menos. Pesquisa realizada no Estado de São Paulo e cujo resultado não difere em excesso se aplicado às de-

mais regiões; indica que, naquele estado 15% das mulheres ocupadas profissionalmente possuem o terceiro grau completo, contra 11% dos homens nas mesmas condições. Isso, no entanto, não se tem refletido em melhor remuneração, ou muito menos em remuneração semelhante. A mulher continua recebendo menos, como aponta o IBGE: enquanto o rendimento médio dos homens é de 4,4 salário mínimos, o das mulheres fica em 2,4 salários. A situação fica um pouco melhor, ou menos ruim, quando se analisa o mesmo cenário, mas em empresas multinacionais que atuam no país.

Além de ter, sempre, de "provar" que é tão ou mais eficiente que o homem em uma mesma função, ter de sobrepujar o preconceito, a mulher tem que enfrentar a extenuante dupla jornada de trabalho. Com as mesmas qualificações e nos mesmos cargos, a mulher é dona de casa com nível superior entra no mercado de trabalho com salário inicial equivalente a 66% do homem. Com isso, explorando a condição feminina e a crescente concorrência por vagas, as empresas conseguiram aumentar em 57% seus quadros de profissionais com nível superior, pagando só 35% a mais por isso. A conta ficou para os demitidos, substituídos por mulheres igualmente qualificadas, mas que se sujeitaram a ganhar menos. E mais: não resta dúvida que conciliar criação dos filhos e as tarefas domésticas com o exercício profissional é desgastante e desvantajoso frente à concorrência.

A novidade auspíciosa no campo do trabalho feminino, ainda que sem uma explicação científica e que, por sua vez, pode também vir a representar discriminação, é o fato de que, mesmo ganhando menos no mercado de trabalho, de uma forma geral, a mulher, quando chega a cargos de diretoria, em funções executivas de empresas de grande porte, chegam a ganhar 45% mais que os homens. Também é verdade que as mulheres executivas alcançam altos cargos com idade menor que os homens, embora tenham menos estabilidade no emprego que os executivos.

São dados animadores e indicativos de um novo tempo. Muito ainda temos de caminhar no rumo da paridade, do equilíbrio, do respeito mútuo. Vemos progressos vertiginosos nos vestibulares, onde aumenta cada vez mais o número de mulheres concorrendo e ultrapassando barreiras, fruto da realidade constatada de que as mulheres têm melhor

desempenho que os homens no 1º grau e concluem os estudos básicos em maior número que eles. As mulheres param 42% dos alunos; em 1970. Dez anos depois, essa proporção já era de 49%. No início dos Anos 90, as matrículas nos cursos superiores já eram preenchidas em 52% por mulheres, numa proporção que continua crescendo, talvez de forma preocupante.

Como se vê no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em parceria com o IPEA, as mulheres representam 17% dos membros dos comitês assessores e gestores da política de ciência e tecnologia; têm 31% das bolsas de pesquisa; são 32% dos recursos humanos em ciência e ensino; publicam 32% dos artigos científicos em revistas nacionais e 27% nas internacionais; são autoras de 32% das teses defendidas; representam 37% dos mestrados e 34% dos doutorados no exterior. Com o aumento desproporcional da presença feminina na universidade, a tendência é de que, em muito pouco tempo, o equilíbrio será atingido e, muito possivelmente, a posição das mulheres deverá superar a dos homens.

Na carreira jurídica, o mesmo está ocorrendo, com fluxo cada vez maior de mulheres, principalmente na primeira instância. É de se deduzir que, em breve espaço de tempo, também estarão chegando aos tribunais de justiça e de alçada e aos tribunais superiores. E, mais cedo do que seria a tendência natural, também ao Supremo Tribunal Federal, em que, até hoje, não consta uma só ministra. Isso quase 100 anos depois de Myrthes de Campos ter sido admitida, em 1899, pela primeira vez, no Tribunal de Justiça Brasileiro, para defender um cliente. Nesse sentido, vemos com simpatia a Proposta de Emenda Constitucional cuja relatoria me coube e que prevê a escolha alternada, pelo Presidente da República, de homens e mulheres para a suprema corte.

Se este é o lado bom das pesquisas, há o lado negro. Talvez o mais preocupante seja o fato de que nos segmentos mais carentes, nas favelas e bolsões de pobreza, já chega a 25% no número de lares comandados e sustentados por mulheres. Mulheres sozinhas, abandonadas, retratando a crescente irresponsabilidade paterna, impulsionada pela falta de trabalho, pela dissolução dos laços familiares em grande parte devido à miséria e aos deslocamentos migratórios forçados pela fome.

Temos, ainda, as terríveis estatísticas da violência no Brasil, onde as mulheres representam 66% das vítimas de agressões contra parentes, quando quase sempre o agressor é o homem, quase sempre o marido. Há a mancha da violência sexual, que quase nunca chegam aos registros oficiais, em que 70% dos agressores são pais biológicos e 30% padrastos. Só 7% das vítimas sexuais são meninos e nenhuma mulher aparece como agressora sexual. As delegacias da mulher têm dado maior visibilidade a esse aspecto grotesco da violência no Brasil, principalmente em relação à violência doméstica.

E nosso sistema jurídico não tem se mostrado o mais adequado para coibir ou punir tal violência. É preciso urgente e drásticas mudanças nesse sentido, dando à sociedade e ao Ministério Público maior raio de autoridade e ação nesse sentido.

Temos, ainda, a questão da mulher em sua função reprodutiva, hoje cada vez mais ameaçada pelas doenças sexualmente transmissíveis e em particular pela AIDS, que vem vitimando crescentemente mulheres comuns, das classes menos privilegiadas e menos informadas, que não se preservam adequadamente em suas relações com o companheiro, mesmo diante da evidência de que estes são promíscuos, sejam em relações homo ou heterossexuais.

Vemos a pouco caso com a saúde da mulher submetida sem consulta ou escolha, cada vez mais, ao parto por cesariana. Dos 15% de partos cesarianos em 1970, chegamos a perto de 40% atualmente. Em alguns estados, a proporção gira em torno de apenas um terço de partos naturais contra dois terços de partos cirúrgicos. Essa realidade corresponde a um aumento de custos para o sistema e a um perigoso aumento de risco de morte materna que, nesta situação, é 2,9 vezes maior que nos partos sem cirurgia.

Também falta uma política de planejamento familiar adequada, como nos indica recente pesquisa em São Paulo, onde 80% das laqueaduras de trompas foram realizadas durante cesarianas. Indiscriminadamente o que se verifica, hoje, é a imposição de razões de contenção da maternidade sobre a melhor forma de parto, em detrimento da saúde da mulher. O mesmo relatório do PNUD, já citado, indica uma taxa de mortalidade materna de 124 por cada grupo de 100 mil mulheres no

Brasil, chegando a 458 no Pará, contra apenas 60 no Rio Grande do Sul. Entre 1980 e 1987, a participação de mães de menos de 25 anos na taxa de mortalidade materna passou de 31% para 35%. Números que estão tomando contornos dramáticos com o crescimento da maternidade infanto-juvenil, que vem agravar a situação.

A maior causa das mortes tem sido a toxemia gravídica (30% das mortes), mostrando a má qualidade dos serviços de saúde, a ausência de exames pré-natais. Hemorragias na gestação, parto e puerpério respondem por 18% das mortes, apontando não só o excesso de cesarianas, como a precariedade dos serviços de atendimento à saúde da mulher.

Por trás dessa realidade, está um número preocupante de abortos induzidos, como se pode deduzir do fato de que as internações obstétricas responderam por 16% das internações hospitalares no Brasil, em 1994. Os partos, inclusive cesarianas, no entanto, responderam por apenas 10% do valor dos atendimentos hospitalares. Essa é uma realidade a ser discutida e alterada por ações efetivas.

Gostaria de encerrar este pronunciamento manifestando uma homenagem, o reconhecimento e um alerta voltado às gerações mais idosas de mulheres brasileiras. A tendência demográfica está a identificar aumento constante da população de terceira idade no Brasil, onde a proporção de mulheres é muito maior que a de homens. Comprovado está que os cuidados com a saúde da mulher, particularmente em torno do climatério e suas consequências, merece atendimento especializado e específico. Minha homenagem é para todas as mulheres que se destacaram na longa caminhada para o estágio que já atingimos e que, hoje, estão em idade avançada. A elas, o nosso respeito e nossa gratidão, pois que enfrentaram condições muito mais adversas que as nossas. E a todos os demais, em especial às autoridades e a reivindicação para que atentem para a questão da saúde das mulheres que iniciam a fase de cessação do período produtivo, com graves repercussões em suas condições de rigidez e que estão esquecidas do planejamento tanto quanto estão abandonadas as quase crianças que estão se tornando mães por absoluta falta de educação, formação e condições dignas de sobrevivência.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner por 15 minutos, tempo que resta para o término da sessão.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB – SC) Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, nobres colegas, depois de ouvirmos vários oradores homenageando o Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março – ainda agora, dando-nos uma aula, tivemos o Senador Artur da Távola -, o tema que trago praticamente nem deveria ser abordado. Mas como ele diz, respeito também às mulheres, entendi, prezados colegas, que não devia deixar de fazer o registro de que, amanhã, será aberto, em Fortaleza, o III Encontro Nacional de Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados, enfim, homens públicos. Por certo, principalmente entre os edis brasileiros, centenas são mulheres, e neste registro eu não poderia deixar de também homenagear as vereadoras deste Brasil e, com isso, todas as mulheres.

A partir de amanhã, dia 11, até o dia 13, na cidade de Fortaleza, Ceará, lideranças políticas de todo o País estarão reunidas para discutir temas como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, processo legislativo. Trata-se de importante encontro promovido pela União Nacional de Vereadores. A rodada de debates sobre desenvolvimento municipal que será aberta amanhã surge justamente em um momento muito preocupante da vida econômica nacional. Os últimos dados sobre os desequilíbrios contábeis e sobre o crescimento do desemprego deixam perplexidade e incerteza em relação ao futuro e grande preocupação em relação ao comportamento do Estado daqui para frente, principalmente em matéria de contenção de gastos e de organização da política de estabilização.

Os péssimos números sobre o déficit público, divulgados na virada do ano, e o aumento da dívida pública acenam para uma desorganização fiscal que, mais adiante, se medidas muito sérias não forem implementadas desde agora, poderá derrubar os pilares de sustentação da economia. Os números estão aí, e não podemos ignorá-los. Em minha opinião, os debates devem privilegiar, em todos os painéis que serão formados, o déficit público e o futuro do Plano Real inclusive. É preciso abrir as discussões sabendo que o ano de 97 terminou com um rombo de R\$52 bilhões nas contas públicas, ou seja, 6% do Produto Interno Bruto. Por isso eu não poderia deixar de fazer o registro deste grande encontro que será aberto amanhã.

Solicito, Sr. Presidente, para cumprir o tempo que nos é reservado, que esses dados sejam transcritos nos Anais da Casa.

Com a abertura do encontro promovido pela União dos Vereadores, serão homenageadas centenas e centenas de Vereadoras que lá se encontram e também aquelas que não puderem comparecer mas que, mesmo a distância, estarão participando dos debates. Assim, estaremos homenageando, como disseram os Senadores Artur da Távola, José Fogaça e Pedro Simon, entre tantos, as mulheres em todos os sentidos.

Além do acontecimento que terá início amanhã em Fortaleza, em meu Estado, Santa Catarina, com Anita dos Três Mundos, em que será destacada a figura de Anita Garibaldi, a grande, a forte mulher que lá viveu, homenagearemos todas as mulheres. Para nossa honra, em Santa Catarina, uma mulher ocupa o cargo de Secretária de Segurança Pública. Ela é única atualmente a exercer essa função no País.

Por fim, gostaria de lembrar que meu Estado também leva um nome feminino: Santa Catarina. Em tudo isso existe algo que se complementa.

Por isso, gostaria de deixar aqui esse registro, Sr. Presidente, a fim de que seja transscrito nos Anais da Casa. Por certo muitas e muitas mulheres do Brasil inteiro participarão do Encontro.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – V. Exª será atendido na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, que institui eleições diretas para suplentes de candidatos ao Senado Federal; e do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1997 (nº 4.123/93, na Casa de origem), que altera o art. 1º da Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, que dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República e dá outras providências.

Com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1997, será feita a devida comunicação àquela Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Os Srs. Senadores Guilherme Palmeira, Ernandes Amorim, João França e Júlio Campos enviaram discursos

à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>s. serão atendidos.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL – AL)** – Sr. Presidente, S<sup>ras</sup>s. e Srs. Senadores, vence no próximo dia 30 de abril, sem prorrogações, como já se tornou praxe nos três últimos anos, o prazo para a entrega da declaração do imposto de renda de pessoas físicas. É uma iniciativa salutar, na medida em que torna fixo o calendário das obrigações físicas. Venceu no último dia 28 de fevereiro, o prazo para que os empregadores dos 8 milhões de declarantes sujeitos ao tributo, e que são assalariados, recebam as respectivas declarações de rendimentos, sob pena de multa aplicada na proporção do número de funcionários de cada empresa ou instituição. Entretanto, a quase totalidade dos órgãos do Executivo e também o Judiciário não cumpriram a sua parte, não sendo penalizados apesar de estarem descumprindo a lei. Trata-se, infelizmente, de mais uma das leis que, segundo a sabedoria popular, não pegou. O lamentável é que sejam as instituições públicas as primeiras a descumprir suas obrigações fiscais. Não posso assegurar, mas tenho a impressão de que nem mesmo o Ministério da Fazenda cumpriu esse elementar dever. Das duas uma, Senhor Presidente, ou a lei é inócuia, ineficaz e portanto dispensável, devendo ser revogada, ou se deve adaptar os prazos legais às contingências materiais, fazendo com que o prazo de entrega das declarações seja contado a partir da data da entrega efetiva das declarações de rendimento.

Nesse sentido, estou apresentando requerimento de informações, para saber do Ministério da Fazenda quantas multas foram aplicadas, qual o seu valor, e que medidas está tomando a administração para fiscalizar o cumprimento dos prazos de entrega das declarações de rendimento dos servidores federais. Quero crer que se trata de omissão do poder público, em relação à norma legal que ele mesmo instituiu. É inadmissível que, sendo as folhas de pagamento informatizadas, e que haja inclusive um cadastro centralizado com o pomposo nome de Sistema Informatizado de Administração de Pessoal, essas declarações não possam ser entregues no prazo legal. Neste mesmo sentido, faço um apelo à Comissão Diretora do Senado e à Mesa da Câmara, para que continuem cumprindo as normas legais que votamos e que devemos ser os primeiros a cumprir.

A Secretaria da Receita Federal tem demonstrado, nesses últimos anos, uma eficiente atuação

no que diz respeito aos trabalhos de arrecadação de impostos, resultado do empenho incansável de seus dirigentes. Sob o comando atual do Secretário Everardo Maciel, o Governo Federal tem experimentado, inclusive, incrementos positivos no que diz respeito ao crescimento das receitas da União.

Assim, o Requerimento de Informações apresentado, longe de refletir qualquer crítica ao desempenho da Secretaria da Receita Federal, órgão cuja credibilidade perante a opinião pública brasileira tem sido crescente, tem como propósito maior procurar contribuir para que o servidor público possa melhor cumprir suas obrigações com o fisco.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO)** – Sr. Presidente, S<sup>ras</sup>s. e Srs. Senadores, quando ouço os economistas do Governo, me vem à mente o saudoso Stanislau Ponte Preta, com o seu samba do crioulo doido.

Conhecendo como eu a realidade brasileira, andando nas ruas, visitando as feiras, os mercados municipais e falando com quem sofre o efeito perverso da ditadura dos economistas, o Povo, fico com a nítida impressão, que esses doutores, ao serem levados para as Universidades americanas e europeias, sofrem um processo de lavagem cerebral.

Retornam para nosso País, e não conseguem se livrar de uma paranoíia que lhes tomam a mente, de pensar como americanos ou europeus.

Usam linguagens, creio que proposital, para confundirem a nossa população, usando jargões com nomes incompreensíveis para os não letrados na linguagem da tentativa de disfarçar o caos que é a economia brasileira.

Eu, como a maioria da população do nosso país, quando das explicações dos economistas do governo, temos a sensação de que estamos vendo um filme de ficção científica ou um robô falando da realidade de um outro país.

Tudo é contraditório, em nossa política econômica como entender uma política voltada para os banqueiros, que nada produzem, a não ser juros escochantes, minando cada dia a economia dos pequenos e médios empresários.

E, o que é mais grave, os banqueiros, não tem o menor compromisso com a classe produtiva, e em especial com a nossa agricultura e pecuária.

Como entender uma política econômica que não privilegie a agricultura e a pecuária.

Há poucos dias, o eminente Senador Jonas Pinheiro, pronunciou um dramático discurso em defesa da pecuária brasileira, que eu me permito acolher em toda a sua integridade.

Todos sabemos que o Brasil, hoje é detentor de um rebanho bovino de 170 milhões de cabeças, gerando em torno de 8 milhões de empregos diretos, tendo exportado em 1996, 3 bilhões de dólares.

E todo esse expressivo contingente da nossa economia se fortalece e se defende dos economistas, graças a garra, força e coragem do nosso homem do campo, que apesar de tudo, ainda consegue sobreviver.

Como entender a insensibilidade dos nossos tributaristas, quando comprometem de forma aguda e letal uma cadeia produtiva, pela guerra fiscal entre os Estados e pela cobrança do ICMS, PIS, Confins e do Funrural.

Fato este que já gerou o afastamento de importantes grupos industriais, como a Sadia, Ceval E Cargill, da atividade de processamento de carne bovina, que produziu enormes problemas sociais, segurança e incalculável prejuízos aos pecuaristas e comerciantes, agravados muito mais pela onda de milhares de desempregados no setor.

Desta tribuna faço um apelo ao elevado espírito público do nosso colega, o eminente Senador Arlindo Porto, digno e competente Ministro da Agricultura, que com os seus colegas da área econômica, revejam os critérios de cobranças do ICMS, PIS E Confins.

O Brasil precisa parar de ser um país do futuro, as nossas potencialidades, não nos permitem, viver a utopia, da manipulação e maquiagem dos nossos índices econômicos e das estatísticas.

Podemos, e ai somente depende de nós, sermos a maior potência mundial em produção de alimentos, pois a alimentação é a mais nobre e insubstituível munição, capaz de arrasar a humanidade pela sua falta.

Os brasileiros, pacíficos que são, não querem porta aviões, submarinos nucleares, mísseis e ogivas nucleares, queremos sim uma Embrapa, com um orçamento digno, pagamento de um salário justo aos seus pesquisadores, extensivos aos sistemas Emater dos Estados.

Precisamos de uma política de incentivos, apoio técnico e financeiro aos pequenos produtores

rural, que nada tem, e que representa um expressivo contingente produtivo, precisamos manter o nosso agricultor no campo, evitando com isso aumentar a nossa triste estatística de marginalização do homem do campo e seus familiares.

É preciso que os economistas do governo, acordem, desçam do seu pedestal de Doutor, e vejam a nossa realidade, sintam a verdadeira necessidade do nosso povo, que não querem ser alimentados com cesta básica da Comunidade Solidária, e sim com o produto do seu trabalho.

É intolerável, manter um povo, com a barriga vazia, onde sua única expectativa de vida é uma cesta básica, doada pelo poderoso de plantão, que lhes tiram a dignidade, não lhes dando oportunidade de trabalho, para se suprir e aos seus familiares.

Que país é este? Como bem indagou o nosso eminente Senador Francelino Pereira, que tira do trabalhador o que lhe é mais sagrado, o trabalho e a dignidade.

Era o que eu tinha dizer.

**O SR. JOÃO FRANÇA (PPB – RR)** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, no rastro de destruição deixado pela ocorrência do fenômeno climático conhecido como **El Niño**, noticiam os principais periódicos do País a incidência, na região Sudeste, de inundações, interdição de estradas, desabamentos de encostas e desmoronamento de moradias.

Ventos fortíssimos danificaram a rede elétrica, interrompendo o fornecimento de energia, destelhando as casas e derrubando as árvores. Os rios e as represas transbordaram, e, por causa da força incontida das águas, ocorreram o alagamento e o engarrafamento do trânsito nas ruas, praças e avenidas das cidades, nas quais ruíram pontes e cederam barreiras.

Grande parte dos Municípios da área atingida ficaram isolados, neles decretando-se estado de emergência ou mesmo de calamidade pública, enquanto as suas populações contavam os prejuízos materiais e lamentavam suas dezenas de mortos e milhares de feridos e de desabrigados.

Inversamente, como é característico de um fenômeno que leva a extremos tanto a escassez como a forte e prolongada precipitação das chuvas; na região Norte brasileira, de modo especial no nosso Estado, as vítimas e as perdas econômicas, muitas irrecuperáveis, são consequentes de duradoura e rigorosa estiagem.

Localizando-se no hemisfério Norte, Roraima recebe mais intensamente as influências de *El Niño*, no caso a estiagem demorada que alcança, por igual, a parte superior do Amazonas. As precipitações de chuvas nessa área, que acontece normalmente de abril a setembro, desde o ano passado mantêm-se em níveis aquém dos comumente ostentados.

Há menos de um mês, **O Estado de S.Paulo** anunciava que a "estiagem provocada por *El Niño* causou prejuízos de 13 milhões de reais com a perda de grãos". De fato, Roraima sofreu perda de 50% de suas safras de milho e de soja, além de incalculáveis prejuízos no setor pecuário, levando o Governador Neudo Campos a decretar estado de calamidade pública por tempo indeterminado, em consequência da longa duração da seca.

Na realidade, esta é a maior estiagem de toda a história de Roraima. Desde o ano passado, a insuficiente precipitação de chuvas secou os principais rios que abastecem a Capital. Em São João da Baliza, a pouco menos de 400 quilômetros da Boa Vista, não há água no reservatório para fornecer aos seus 4 mil habitantes, mantendo-se o precário abastecimento mediante a utilização de 2 caminhões, que vão buscar o líquido no rio Caroebe, distante 30 quilômetros.

Com isso, a Companhia de Água e Esgotos de Roraima tem evitado rationar a água necessária ao abastecimento da Capital, muito embora alguns de seus bairros sofram cortes sistemáticos de fornecimento, em pelo menos 5 horas de cada dia. No geral, esse quadro obrigou o Governador a deflagrar uma série de providências, objetivando, ao menos, minorar as consequências da seca que assola o Estado.

Com o decreto de estado de calamidade pública, e ainda à míngua de socorro federal, o Governador Neudo Campos determinou a utilização imediata de 6 milhões de reais, provenientes de remanejamento de recursos das Secretarias de Obras e de Saúde. Dessa forma, objetiva contratar empresas que, em caráter de emergência, realizem a perfuração de poços e a construção de 500 açudes no interior.

Assim, enquanto o Estado careça de condições para reverter o prejuízo na agropecuária, espera o Governador continuar lutando para manter o gado vivo e a cultura de alimentos, pois, não havendo previsão de chuvas certas nos próximos 60 dias, essa é a forma de garantir, pelo menos, a sobrevivência da população, em favor da qual, há pouco, requereu também a ajuda do Governo Federal.

Quer o Governador, ademais, "a união dos políticos do Estado e de Brasília, além das lideranças empresariais", porque todos precisam "evitar o caos em Roraima".

A seca, Senhores Senadores, é tecnicamente identificada como um acontecimento físico e natural, que ocorre com certa regularidade e determinada freqüência. Entretanto, no caso particular de, Roraima, não se poderia prever, e consequentemente adotar providências que reduzissem o seu impacto, que a influência do *El Niño* provocasse tantos prejuízos à economia e tão dolorosos sofrimentos ao seu povo, assim como acontece no Sudeste brasileiro, igualmente vitimado pelo-fenômeno.

Nessas circunstâncias, se as ações do Governo Federal visam o desenvolvimento regional e o bem-estar social do povo, em caráter permanente, nada obsta que, na ausência de solução efetiva para o problema da seca, venha em socorro daqueles que com ela sofrem, sem a quem mais recorrer em tão grave emergência.

Por isso, o pleito do Governador Neudo Campos, de ajuda federal ao nosso Estado, há de merecer o pronto e integral acolhimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido, juntamos o nosso apelo à procedente reivindicação de Roraima, a que não faltaria o amparo financeiro de que carece para vencer seus graves tormentos nem, tampouco, a solidariedade de todos os brasileiros, no instante mesmo em que as suas autoridades e a sua sofrida população vivem as aflições que resumidamente consignamos na Ata da Sessão de hoje.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT)** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o novo cenário mundial e o atual processo de globalização da economia são marcados por uma acirrada competição centrada no conhecimento científico e tecnológico. Vai longe o tempo em que se distinguiam países desenvolvidos dos subdesenvolvidos levando em conta, tão-somente, a renda **per capita** dos seus habitantes. No limiar do terceiro milênio, as necessidades cotidianas do homem adquiriram tal complexidade que se torna impensável, hoje, o desenvolvimento sem a utilização crescente da tecnologia. Por outro lado, todo o aparato tecnológico que o mundo moderno nos oferece não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas como um meio para melhorar a qualidade de vida.

As circunstâncias em que ocorreu o progresso científico e tecnológico, no Brasil, ensejaram a existência, no mesmo espaço geográfico, de processos produtivos com utilização de alta tecnologia lado a lado com práticas rudimentares em que o uso de instrumentos precários impede o melhor rendimento do trabalho. Pode-se, mesmo, afirmar que convivem no mesmo espaço diferentes eras da evolução científica e tecnológica. Quanto ao panorama mundial, não só produzimos pouco, mas proporcionalmente representamos cada vez menos. Apesar do grande potencial da nossa Nação, das enormes riquezas naturais e da extensão de território, como país de importância científica e tecnológica, infelizmente, significamos cada vez menos, no âmbito internacional. Toda a nossa produção de pesquisa representa 0,5% da ciência no mundo.

Num quadro caracterizado, até pouco tempo atrás, pelo descontrole inflacionário e pela desordem econômica, nós, os políticos, premidos pelas circunstâncias, temos manifestado preocupações, na grande maioria, imediatistas. Poucos, muito poucos, dentre nós, têm apresentado soluções que, apesar de mais demoradas, são, na realidade, fundamentais para alavancar o País e tirá-lo do atraso crônico, permitindo-nos almejar uma posição mais favorável no contexto mundial e um acesso mais equânime aos benefícios que a ciência e a tecnologia trouxeram ao mundo contemporâneo.

Em que pesem os avanços representados pelo processo constituinte, com destaque para o capítulo da Carta Magna, que determina o tratamento prioritário à Ciência e Tecnologia, é necessário reconhecer que os resultados da ação política foram limitados.

Alguns aspectos da questão sobre o progresso técnico-científico se poderiam beneficiar diretamente da participação do Legislativo: a indicação de prioridades entre as grandes áreas de pesquisa que merecem financiamento do Poder Público; a maior conscientização da nossa população e, em especial, da juventude, quanto à valorização da pesquisa como fator de melhoria da qualidade de vida; o maior envolvimento de empresas de portes médio e pequeno na incorporação de tecnologias modernas; a maior colaboração internacional na busca de novos caminhos para o enriquecimento coletivo e para a ampliação da oferta de empregos bem remunerados; a dinamização da economia local como compensação para eventuais perdas de postos de trabalho em consequência de inovações tecnológicas.

Para que a ação do Legislativo pudesse tornar-se mais sistemática, seria necessária uma contrapartida de esforço idêntico por parte do Executivo. Mesmo diante da prioridade governamental dispensada ao plano econômico, mesmo sem maiores recursos imediatos, há necessidade urgente de discutir e planificar uma política de ciência e tecnologia a curto e a longo prazos, para que as disponibilidades existentes ou que venham a surgir possam ser adequadamente aplicadas. É inadiável o momento de iniciar uma análise (no sentido macro) da situação do fomento à pesquisa na área de ciência e tecnologia no Brasil!

O fator primordial que reforça a necessidade de ser repensada uma política de pesquisas em Ciência e Tecnologia no País é o notório esgotamento das políticas industriais setoriais, orientadas para a substituição de importações e tendo a presença do Estado, nas atividades produtivas diretas, como ponto de apoio. Por outro lado, as políticas de Ciência e Tecnologia não são mais definidas exclusivamente pelos governos com a participação da comunidade científica, mas a sociedade exige, cada vez mais, o direito de participar diretamente da definição das grandes opções científicas e das soluções técnicas dadas aos problemas sociais.

Novas políticas devem ser definidas para renovação da base produtiva e ampliação da capacidade tecnológica. A modernização industrial depende de um sistema produtivo com capacidade de introduzir, nas suas atividades, mudanças de natureza técnico-científica e organizacional. É preciso definir políticas que criem condições para um processo de acumulação e de incorporação de recursos tecnológicos e que dêem apoio à formulação de estratégias de inovação por parte das empresas. As pressões para a inevitável abertura da economia brasileira à concorrência internacional e as exigências de competitividade colocadas pelo processo de globalização dos mercados e pela intensificação dos fluxos internacionais de tecnologia deverão ser incorporadas como fatores fundamentais de determinação de uma nova política tecnológica.

As reflexões teóricas mais recentes a respeito da formulação de políticas de Ciência e Tecnologia colocam, de maneira quase consensual, pontos particularmente problemáticos que caracterizam essas políticas: a definição de objetivos; a necessidade crescente de avaliação das atividades de pesquisa pela sociedade (legitimidade); a capacidade de aprovação pela sociedade dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos; novas soluções de fi-

nanciamento; e reflexão ética sobre os benefícios e os custos sociais dos avanços científicos. A análise desses pontos nos leva à constatação de que pesquisa científica e mudança tecnológica são processos diferentes, que não são submetidos aos mesmos critérios de eficiência nem à mesma dinâmica socioeconômica, embora estejam fundamentalmente inter-relacionados. Numa política de ciência, são elementos essenciais: a autonomia dos pesquisadores e dos cientistas, o acesso livre ao saber produzido, o caráter público dos conhecimentos, a formação de recursos humanos de alta competência, a não-exigência de um retorno imediato dos investimentos. A política tecnológica, por outro lado, tem por finalidade a difusão do progresso técnico, a modernização industrial e o apoio à inovação.

Levando em conta a inadequação do presente pronunciamento para a análise exaustiva dos aspectos teóricos e técnicos concernentes à formulação de uma política de Ciência e Tecnologia, quero apenas destacar mais dois pontos que considero fundamentais para o equacionamento da questão: o papel do Estado e da Universidade.

A primeira e mais importante questão da relação entre ciência, tecnologia e Estado diz respeito à dimensão pública e social do conhecimento científico e tecnológico, tanto em relação às políticas e condições fundamentais de sua produção, quanto às suas interações com as demandas e necessidades da sociedade. Nas sociedades modernas capitalistas, a intervenção do Estado tem assumido um papel fundamental no campo da Ciência e Tecnologia, como mostram as experiências bem sucedidas dos modelos alemão, italiano, japonês, dos tigres asiáticos e dos EUA. Em decorrência desses pressupostos, faz-se necessário que o Estado assuma de fato o compromisso de garantir as condições para fomento, promoção e aproveitamento da Ciência e Tecnologia, visando à realização do bem coletivo. Sobretudo no campo social, tornam-se prioritárias suas contribuições para a solução de problemas emergenciais e relevantes que afetam a grande massa da população. Nesse sentido, pleiteia-se um sistema que fortaleça a ação fomentadora do Estado, a articulação horizontal e sua compatibilização com as demais políticas e objetivos do Governo. Um sistema que supere as duplicações e superposições de funções. Sobretudo, um sistema em que as dimensões pública, social e democrática do desenvolvimento científico e tecnológico sejam reconhecidas e preponderantes.

Pelo componente fundamental que envolve essas decisões, o Congresso Nacional constitui o lo-

cus privilegiado para análise e definição da política de Ciência e Tecnologia. Isso requer capacitação e instrumentação do Poder Legislativo para avaliar os impactos dessa política na sociedade, bem como o estabelecimento de uma nova relação entre o Parlamento e o planejamento governamental.

Quanto ao papel que cabe à Universidade desempenhar, sabemos que, mesmo nos países mais industrializados, as universidades são centros, por excelência, de investigação inovadora. Esse papel cresce de importância em países como o Brasil, que não dispõem, ainda, de poderosas empresas que invistam imensos recursos no setor da pesquisa. A questão que se levanta é a seguinte: nossas universidades possuem capacidade própria para produzir competitividade, conhecimento científico e inovação tecnológica? Universidades dessa natureza, necessariamente, precisam dispor de uma ampla infra-estrutura: laboratórios, instalações e equipamentos de acordo com o estado da arte, bibliotecas ricas e atualizadas, redes informatizadas e computadores de alto desempenho, oficinas de serviço e desenvolvimento instrumental, serviços técnico-administrativos de padrão profissional, carteira de projetos organizados para captação de recursos extra-orçamentários. O grosso dessas instituições, mesmo que potenciais, está ligado à universidade pública que, a despeito de suas fragilidades, começa a discutir seus problemas: corporativismo, falta de incentivos aos mais produtivos, aposentadoria precoce e ausência de retorno de benefícios à sociedade. Um aproveitamento melhor das verbas destinadas às universidades necessita de um planejamento que tenha em vista aquilo que precisa ser pesquisado, em determinado momento, tendo em vista os interesses do País.

Por fim, Sr. Presidente, nesta minha exposição, necessariamente sucinta e lacunosa, sobre a necessidade de definição de uma política de Ciência e Tecnologia para o País, seja-me permitido abordar, ainda, um último aspecto. Embora incompleto e frágil, o sistema nacional de pesquisa é o resultado de importantes investimentos acumulados nos últimos vinte anos. No âmbito operacional, dispomos de uma grande diversidade de institutos e órgãos de pesquisa, com 142 instituições federais de ensino superior, além de uma estrutura de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação que já supera um total de 1651 cursos de mestrado e doutorado. Verifica-se a existência de cerca de 5.000 grupos de pesquisa, reunindo mais de 20 mil pesquisadores nas várias áreas do conhecimento. Ainda que esta

capacidade técnico-científica esteja aquém daquela disponível nos países desenvolvidos, é significativa em termos regionais e comparativos com a América Latina. Além da institucionalização da pós-graduação, contamos com um processo razoavelmente competente de distribuição de recursos pelas agências de fomento, baseado na avaliação de mérito. Não é muito, mas é suficiente, se tivermos uma nova perspectiva política, comprometida com a transformação socioeconômico-cultural que caracterizará o Brasil como país desenvolvido.

Mas não se resume, Sr. Presidente, ao domínio do saber a conceituação aqui atribuída a país desenvolvido. Desenvolvido é, também, e principalmente, aquele país cujas classes dirigentes, como reflexo da própria cultura nacional, são capazes de criar e operar um sistema de produção de conhecimento e de bens que atenda à comunidade em termos de qualidade de vida e ao cidadão nas suas aspirações por uma plena utilização das possibilidades históricas do seu tempo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Senhoras e Senhores Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 1997

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1997 (nº 173/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 81, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, oferecendo a redação para o segundo turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucídio Portella) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 22 minutos.)

## ATA DA 27ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998

(Publicada no DSF, de 12 de fevereiro de 1998).

### RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, 2<sup>a</sup> coluna, no item 2.2.3 – Leitura de projetos, na ementa do Projeto de Lei do Senado n.º 42 de 1998,

Onde se lê:

...utilização de câmara...

Leia-se:

...utilização de câmara...

Na página 2.845, 1<sup>a</sup> coluna, na composição da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.593-4, de 1998, no Bloco (PMDB/PSD/PRONA), suplentes de Deputados.

Onde se lê:

Edison Farias

Leia-se

Edison Andriño

Na página 2.848, 2<sup>a</sup> coluna, na composição da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.609-10, de 1998, no Bloco (PMDB/PSD/PRONA), suplentes de Deputados.

Onde se lê:

Amando Abílio

Luciano Castro

Leia-se

Amando Abílio

Noel de Oliveira

Na página 2.848, 2<sup>a</sup> coluna, na composição da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.609-10, de 1998, no partido do PSDB, suplentes de Deputados, inclua-se, por omissão, o seguinte:

Luciano Castro

## AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

10-3-98

Terça-feira

10h – Despacho interno

15h30min – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.

## ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

### ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO Nº 4, DE 1998

*Dispõe sobre a utilização dos estacionamentos do Senado Federal.*

**O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e considerando a necessidade de consolidar as normas para a utilização dos estacionamentos de veículos do Senado Federal,

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** São destinadas ao estacionamento de veículos no Senado Federal as seguintes áreas:

I - Estacionamento da Chapelaria, localizado abaixo da rampa do Congresso Nacional, junto ao Edifício Principal do Senado Federal;

II - Estacionamento da Taquigrafia, localizado junto ao Edifício Principal, próximo à Subsecretaria de Taquigrafia, ao Banco do Brasil e à Subsecretaria de Ata;

III - Estacionamento privativo do Anexo I, localizado em frente ao Edifício do Anexo I, próximo ao Edifício Principal e à TV Senado;

IV - Estacionamento do Anexo I, localizado ao lado do espelho d'água existente em frente do Edifício do Anexo I;

V - Estacionamento das Comissões, localizado junto à casa de máquinas (CM-3), próximo ao Anexo II, bloco A, térreo;

VI - Estacionamento da Garagem Coberta, localizada no Anexo II, bloco A, subsolo;

VII - Estacionamento Coberto, privativo dos Senhores Senadores, localizado no Anexo II, bloco A, subsolo, em frente à Garagem Coberta;

VIII - Estacionamento da Garagem Oficial, de uso exclusivo dos veículos oficiais, localizada no Anexo II, bloco A, subsolo;

IX - Estacionamento da Ala Filinto-Müller, localizado próximo ao Anexo II, bloco A, térreo, nas imediações das Alas Filinto Müller e Teotônio Vilela;

X - Estacionamento dos Servidores, adjacente à Via N2;

XI - Estacionamento da Subsecretaria de Edições Técnicas, localizado em frente ao edifício correspondente, no interior do Estacionamento dos Servidores;

XII - Estacionamento do Instituto Legislativo Brasileiro, localizado em frente ao edifício correspondente, no interior do Estacionamento dos Servidores;

XIII - Estacionamento da Secretaria de Assistência Médica e Social, localizado junto ao edifício correspondente, abaixo do edifício da Subsecretaria de Engenharia;

XIV - Estacionamento da Subsecretaria de Engenharia, localizado junto ao edifício da própria Subsecretaria;

XV - Estacionamento das Unidades de Apoio, localizado abaixo do Estacionamento dos Servidores, descrito no Inciso X deste artigo, em frente aos edifícios correspondentes;

XVI - Estacionamento da Gráfica, adjacente à Via N2, junto aos blocos correspondentes dos Serviços e das Subsecretarias pertencentes à Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

§ 1º. O Estacionamento da Chapelaria, descrito no inciso I deste artigo, possui 7 (sete) vagas demarcadas, sendo:

I - 1 (uma) vaga para ambulância;

II - 2 (duas) vagas para a Presidência do Senado Federal;

III - 1 (uma) vaga para a 1ª Vice-Presidência do Senado Federal;

IV - 1 (uma) vaga para a 2ª Vice-Presidência do Senado Federal;

V - 1 (uma) vaga para a Liderança do Governo no Senado Federal; e

VI - 1 (uma) vaga para a Liderança do Partido de maior representação no Senado Federal.

§ 2º. O Estacionamento da Taquigrafia, descrito no inciso II deste artigo, possui 35 (trinta e cinco) vagas destinadas aos servidores da Casa, sendo assim distribuídas:

I - 3 (três) vagas para cada um dos gabinetes dos Senhores Senadores, localizadas no edifício principal, junto à área do estacionamento, totalizando 18 (dezoito) vagas;

II - 4 (quatro) vagas para a Secretaria-Geral da Mesa;

III - 4 (quatro) vagas para a Subsecretaria de Taquigrafia;

IV - 3 (três) vagas para a Subsecretaria de Ata;

V - 3 (três) vagas para a TV Senado;

VI - 1 (uma) vaga para o Cerimonial da Presidência do Senado Federal;

VII - 1 (uma) vaga para o atendimento médico de plenário;

VIII - 1 (uma) vaga para deficiente físico.

§ 3º. O Estacionamento privativo do Anexo I, descrito no inciso III deste artigo, possui 20 (vinte) vagas numeradas, destinadas aos servidores da Casa.

§ 4º. O Estacionamento do Anexo I, descrito no inciso IV deste artigo, possui 176 (cento e setenta e seis) vagas, destinadas aos servidores da Casa e aos funcionários das assessorias parlamentares no Senado Federal, sendo 3 (três) vagas reservadas para deficientes físicos.

§ 5º. O Estacionamento das Comissões, descrito no inciso V deste artigo, possui 25 (vinte e cinco) vagas, destinadas aos gabinetes dos Senhores Senadores e das Lideranças Partidárias localizados nas Alas Nilo Coelho, Afonso Arinos e Tancredo Neves, sendo 1 (uma) vaga para cada gabinete.

§ 6º. O Estacionamento da Garagem Coberta, descrito no inciso VI deste artigo, possui 242 (duzentas e quarenta e duas) vagas, destinadas aos servidores da Casa, assim distribuídas:

- I - Presidência - 5 vagas;
- II - Primeira Vice-Presidência - 5 vagas;
- III - Segunda Vice-Presidência - 5 vagas;
- IV - Primeira Secretaria - 5 vagas;
- V - Segunda Secretaria - 2 vagas;
- VI - Terceira Secretaria - 2 vagas;
- VII - Quarta Secretaria - 2 vagas;
- VIII - Gabinete de Senador - 2 vagas;
- IX - Liderança Partidária - 1 vaga;
- X - Diretoria-Geral - 2 vagas;
- XI - Subsecretaria de Segurança Legislativa - 1 vaga;
- XII - Secretaria-Geral da Mesa - 2 vagas;
- XIII - Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal - 1 vaga;
- XIV - Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional - 1 vaga;
- XV - Subsecretaria de Comissões - 1 vaga;
- XVI - Subsecretaria de Taquigrafia - 1 vaga;
- XVII - Subsecretaria de Ata - 1 vaga;
- XVIII - Subsecretaria de Expediente - 1 vaga;
- XIX - Consultoria Legislativa - 7 vagas;
- XX - Consultoria de Orçamentos - 5 vagas;
- XXI - Advocacia-Geral - 1 vaga;
- XXII - Secretaria de Comunicação Social - 1 vaga;
- XXIII - Coordenação de Divulgação e Integração - 1 vaga;
- XXIV - Coordenação Agência Senado - 1 vaga;
- XXV - Coordenação Jornal do Senado - 1 vaga;
- XXVI - Coordenação Rádio Senado - 1 vaga;
- XXVII - Coordenação TV Senado - 1 vaga;
- XXVIII - Coordenação de Projetos Especiais - 1 vaga;
- XXIX - Coordenação Técnica de Eletrônica - 1 vaga;
- XXX - Coordenação de Relações Públicas - 1 vaga;
- XXXI - Secretaria de Controle Interno - 1 vaga;
- XXXII - Cerimonial da Presidência - 1 vaga;
- XXXIII - Secretaria Administrativa - 1 vaga;
- XXXIV - Subsecretaria de Administração de Pessoal - 1 vaga;
- XXXV - Subsecretaria de Administração Financeira - 1 vaga;
- XXXVI - Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio - 1 vaga;
- XXXVII - Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços - vaga;
- XXXVIII - Secretaria de Serviços - 1 vaga;
- XXXIX - Subsecretaria de Serviços Gerais - 1 vaga;
- XL - Secretaria de Informação e Documentação - 1 vaga;

- XLI - Subsecretaria de Arquivo - 1 vaga;
- XLII - Subsecretaria de Biblioteca - 1 vaga;
- XLIII - Subsecretaria de Informações - 1 vaga;
- XLIV - Subsecretaria de Anais - 1 vaga;
- XLV - Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa - 1 vaga;
- XLVI - Deficiente Físico - 2 vagas.

§ 7º. O Estacionamento Coberto, privativo dos Senhores Senadores, descrito no inciso VII deste artigo, possui 12 (doze) vagas, destinadas aos Senhores Senadores.

§ 8º. O Estacionamento da Garagem Oficial, descrito no Inciso VIII deste artigo, possui 53 (cinquenta e três) vagas, de uso exclusivo dos veículos oficiais de natureza especial, destinados aos Senhores Senadores, bem como dos veículos particulares dos Senhores Senadores que não utilizam veículo de natureza especial.

§ 9º. O Estacionamento da Ala Filinto Müller, descrito no inciso IX deste artigo, possui 60 (sessenta) vagas, destinadas aos gabinetes dos Senhores Senadores localizados nas Alas Filinto Müller, Teotônio Vilela, Ruy Carneiro e Alexandre Costa, sendo 1 (uma) vaga para cada gabinete, reservadas 1 (uma) vaga para deficiente físico e 2 (duas) vagas para a Secretaria de Assistência Médica e Social (enfermeiros e médicos).

§ 10. O Estacionamento dos Servidores, descrito no inciso X deste artigo, é destinado aos servidores da Casa, possuindo 407 (quatrocentas e sete) vagas.

§ 11. O Estacionamento da Subsecretaria de Edições Técnicas, descrito no inciso XI deste artigo, possui 5 (cinco) vagas demarcadas, em frente ao edifício correspondente.

§ 12. O Estacionamento do Instituto Legislativo Brasileiro, descrito no inciso XII do art. 1º, possui 5 (cinco) vagas demarcadas em frente ao edifício correspondente.

§ 13. O Estacionamento da Secretaria de Assistência Médica e Social, descrito no inciso XIII deste artigo, possui 2 (duas) vagas externas para ambulâncias e 6 (seis) vagas cobertas para o Diretor e os Chefes de Serviço da Secretaria, distribuídas a critério do diretor da Secretaria.

§ 14. O Estacionamento da Subsecretaria de Engenharia, descrito no inciso XIV deste artigo, possui 21 (vinte e uma) vagas em frente ao edifício correspondente e 15 (quinze) vagas na parte de trás do mesmo edifício, para uso dos servidores da respectiva Subsecretaria, sendo reservadas 1 (uma) vaga para motocicleta e 1 (uma) vaga para deficiente físico.

§ 15. O Estacionamento das Unidades de Apoio, descrito no inciso XV deste artigo, possui 68 (sessenta e oito) vagas em frente ao edifício correspondente, 7 (sete) vagas na área lateral ao mesmo edifício e 24 (vinte e quatro) vagas entre o edifício da Subsecretaria de Engenharia e o da Unidade de Apoio II, destinadas aos servidores da Casa.

**Art. 2º.** Compete à Diretoria da Secretaria Especial de Editoração e Publicações o estabelecimento dos critérios de utilização e distribuição das vagas do Estacionamento da Gráfica, descrito no inciso XVI do art. 1º., bem como o controle da sua utilização.

**Art. 3º.** A distribuição das vagas do estacionamento privativo do Anexo I, descrito no inciso III do art. 1º., é de competência da Diretoria-Geral do Senado Federal.

**Art. 4º.** Os estacionamentos descritos no art. 1º terão o acesso controlado pela Subsecretaria de Segurança Legislativa.

**§ 1º.** O ingresso nos estacionamentos descritos nos incisos II, III, IV, V, VI e IX do art. 1º. far-se-á mediante a apresentação de cartões de identificação personalizados fornecidos pela Subsecretaria de Segurança Legislativa.

**§ 2º.** O ingresso nos estacionamentos descritos nos incisos X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI do art. 1º. far-se-á mediante a apresentação da identificação funcional.

**§ 3º.** Os cartões de identificação personalizados, também chamados de cartões de estacionamento, terão validade de 2 (dois) anos, conforme a gestão da Mesa Diretora do Senado Federal, cabendo à Subsecretaria de Segurança Legislativa a emissão dos novos cartões até a posse da nova Mesa Diretora.

**§ 4º.** A renovação dos cartões de estacionamento não será automática, devendo cada órgão do Senado Federal preencher os formulários específicos que lhes serão enviados pela Subsecretaria de Segurança Legislativa na época da emissão dos novos cartões, e devolver com a assinatura do respectivo Chefe de cada unidade.

**§ 5º.** O cartões de estacionamento conterão, no mínimo, os seguintes dados:

- a) Estacionamento;
- b) Período de utilização;
- c) Lotação do usuário;
- d) Modelo(s) do(s) veículo(s);
- e) Nome do usuário;
- f) Placa(s) do(s) veículo(s);
- g) Telefone(s) e/ou ramal(is) do usuário.

**§ 6º.** Em cada cartão de estacionamento poderão constar até 3 (três) veículos.

**§ 7º.** O cartão de estacionamento é pessoal e intransferível.

**§ 8º.** Para a alteração dos dados ou a mudança de titularidade do cartão de estacionamento, este deverá ser devolvido por ofício do órgão de lotação do usuário à Subsecretaria de Segurança Legislativa, que providenciará a emissão de novo cartão.

§ 9º. Caso ocorra extravio do cartão de estacionamento, o órgão de lotação do usuário, independentemente do motivo, deverá comunicar o fato, por escrito, à Subsecretaria de Segurança Legislativa, que realizará uma busca durante 10 (dez) dias úteis. Decorrido o período de busca sem que o cartão extraviado seja recuperado, será providenciada a emissão de uma segunda via, no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 10. As solicitações de emissão de cartão de estacionamento encaminhadas à Subsecretaria de Segurança Legislativa, mesmo que se trate de segunda via, deverão conter as informações que irão constar do cartão, listadas no § 5º. deste artigo, além de outros dados relevantes, como o ano e a cor dos veículos relacionados.

§ 11. A Subsecretaria de Segurança Legislativa emitirá, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, os cartões de estacionamento que forem solicitados por motivos de alteração dos dados, de mudança de titularidade, ou de extravio.

§ 12. O usuário que mudar de lotação deverá devolver, em até 3 (três) dias úteis, o cartão de estacionamento à unidade detentora da vaga, que providenciará sua devolução imediata à Subsecretaria de Segurança Legislativa e, na mesma ocasião ou quando for oportuno, solicitará a mudança de titularidade.

§ 13. Quando houver mudança de localização física de qualquer órgão do Senado Federal que possua cartões de estacionamento, o seu titular deverá solicitar à Subsecretaria de Segurança Legislativa que examine a possibilidade de remanejamento das suas vagas.

§ 14. O cartão de estacionamento deverá ser mantido em lugar visível no veículo do usuário, tanto no momento do acesso ao estacionamento correspondente, como durante a permanência nele.

**Art. 6º.** Compete à Subsecretaria de Segurança Legislativa fazer uso dos mecanismos necessários ao aperfeiçoamento do controle de acesso de todos os estacionamentos descritos no art. 1º.

**Art. 7º.** Nos estacionamentos descritos nos incisos II, IV, V e IX do art. 1º., o órgão solicitante poderá indicar um único usuário, para utilização de vaga em tempo integral, ou dois usuários, para utilização de vaga em períodos diversos: um no período matutino, outro no período vespertino.

§ 1º. As vagas do estacionamento da Garagem Coberta, descrito no inciso VI do art. 1º., somente poderão ser utilizadas em horário integral.

§ 2º. Em caso de obras ou outros impedimentos, a utilização do estacionamento da Garagem Coberta, descrito no inciso VI do art. 1º., limitar-se-á ao número de vagas disponíveis.

§ 3º. Os órgãos da Casa que optarem pela não-utilização das vagas de estacionamento a que têm direito, segundo este Ato, não poderão transferi-las para outro órgão.

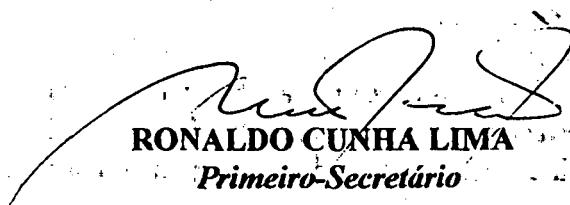
§ 4º. Cada usuário somente poderá ser titular de uma vaga num único estacionamento.

**Art. 8º.** É facultado à Subsecretaria de Segurança Legislativa o direito de recolher o cartão de estacionamento do usuário que infringir as normas estabelecidas por este Ato, até que as irregularidades sejam sanadas.

**Art. 9º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Revogam-se o Ato do Diretor-Geral nº 953/96, os Atos do Primeiro-Secretário nºs. 16/86, 8/92, 1/93 e 3/96, e as demais disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de março de 1998.

  
RONALDO CUNHA LIMA  
Primeiro-Secretário

## ATOS DO DIRETOR-GERAL

### ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 422, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.256/98-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo

35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, DEVAIR

**ROSA DE LIMA**, matrícula nº 5701, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 10 de março de 1998

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

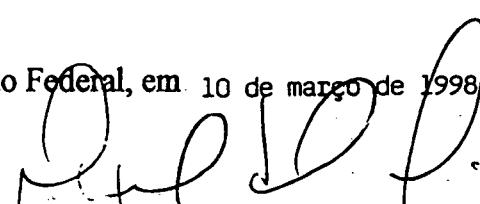
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 423, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 003.311/98-8,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ELISA DE SOUZA CORREA MEYER** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leonel Paiva.

Senado Federal, em 10 de março de 1998

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

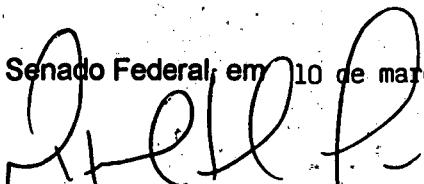
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 424, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 019.618/97-2,**

**RESOLVE aposentar, voluntariamente, o servidor VALDETÁRIO SILVÉRIO DO NASCIMENTO, Técnico Legislativo, Área Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com o artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, e as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, com proventos proporcionais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.**

Senado Federal, em 10 de março de 1998

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

<p><b>MESA</b></p> <p><b>Presidente</b> Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p><b>2º Vice Presidente</b> Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p><b>1º Secretário</b> Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p><b>2º Secretário</b> Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p><b>3º Secretário</b> Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p><b>4º Secretário</b> Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b></p> <p><b>Corregedor</b> (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p><b>Corregedores - Substitutos</b> (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b></p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleintübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b> Hugo Napoleão</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Turna Júlio Campos</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b> Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b> Sergio Machado</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</b></p> <p><b>Líder</b> Eduardo Suplicy</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire José Eduardo Dutra</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b> Epitacio Cafeteira</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b> Odacir Soares</p> <p><b>Vice-Líder</b> Regina Assumpção</p>
--	--	---

Atualizada em 10/3/98.

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
**(Eleito em 19-4-95)**

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC  
**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE  
(Eleitos em 28-2-96)

**Titulares**

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Lúdio Alcântara
2. (Vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Emilia Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. (Vago)

**PFL**

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

**PMDB**

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

**PSDB**

1. Jefferson Péres
2. José Ignácio Ferreira

**PPB (Ex- PPR + Ex-PP)**

1. Lucídio Portella

**PTB**

1. Arlindo Porto (afastado por exercer cargo de Ministro de Estado)

**PP**

1. Antonio Carlos Valadares

**PT**

1. Lauro Campos

**PDT**

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato  
Romeu Tuma  
(Corregedor)**

**(Atualizado em 20-01-96)**

**SECRETARIA -GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)  
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
- VERA LÚCIA BATISTÁ SILVA (Ramal: 7285)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

ATUALIZADO EM 21/01/98

## COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

· PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
	<b>PFL</b>		
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/96
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
	<b>PMDB</b>		
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
	<b>PSDB</b>		
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
	<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>		
EDUARDO SUPlicy - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2301/92	4-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
	<b>PPB</b>		
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
	<b>PTB</b>		
JOSE EDUARDO	PR-4059/60	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG- 2131/37

**REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)  
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605**

**SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
 FAX: 311-4344**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 1865/6  
 Horário regimental: 3's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 28/01/98

**1.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
**SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS**  
**ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS**  
**PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS**  
**(09 TITULARES E 09 SUPLENTES)**  
**PRAZO: 18.11.97**

TITULARES		SUPLENTES	
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	1- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	3- EDISON LOBÃO	MA-2311/12
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	1- JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	1-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP- 3215/16
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1- JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR- 4059/60

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 17:30 HORAS**  
**SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO**  
**2- SECRETARIA: 311-3516/4605**  
**FAX: 311-4344**

**SALA Nº 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA**  
**2- SALA DE REUNIÕES: 311-3255**  
**E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br**  
**ATUALIZADA EM: 26.09.97**

**ANDAMENTO**

**EM 26.08.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING**

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA**  
**(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)**

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**PFL**

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA
FREITAS NETO	PI-2131/37	8-JOÃO ROCHA
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	9-VAGO

**PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

**PSDB**

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURÓ CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

**PPB**

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

**PTB**

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2131/37
---------------	--------------	--------------------	------------

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

**REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)**  
**SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515**

**SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**  
**FAX: 311-3652**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6  
 Horário regimental: 4's feiras às 14:00 hs.

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET**  
**(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

**PMDB**

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	AP-2151/52
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	

**PSDB**

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

**PPB**

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

**PTB**

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-ODACIR SOARES	RO-3218/3219
------------------	------------	-----------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS  
 SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
 FAX: 311-4315

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA**  
**VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PFL</b>	
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
ROMEU TUMA	SP-2050/57
EDISON LOBÃO	MA-2311/46
	1-BERNARDO CABRAL
	2-VÍLSON KLEINÜBING
	3-LEONEL PAIVA
	4- FRANCELINO PEREIRA
	5-GILBERTO MIRANDA
	6-JONAS PINHEIRO
	7-WALDECK ORNELAS
	8-VAGO
<b>PMDB</b>	
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO	
	1-RAMEZ TEBET
	2-JOSÉ SAAD
	3-NEY SUASSUNA
	4-NABOR JUNIOR
	5-RENAN CALHEIROS
	6-OTONIEL MACHADO
	7-VAGO
<b>PSDB</b>	
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
BENI VERAS	CE-3242/43
	1-JEFFERSON PERES
	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
	3-LÚCIO ALCÂNTARA
	4-CARLOS WILSON
	5-JOSÉ SERRA
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30
	1-BENEDITA DA SILVA - PT
	2-ANTONIO C. VALADARES PSB
	3-SEBASTIÃO ROCHA
	4-VAGO
<b>PPB</b>	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
	1-ESPERIDIÃO AMIN
	2-ERNANDES AMORIM
<b>PTB</b>	
ODACIR SOARES	RO-3218/19
	1-REGINA ASSUMPÇÃO
	MG-2321/22

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

**REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)**  
**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604**      **SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**  
**FAX: 311-3121**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6  
 Horário regimental: 5ª feira às 14:00 hs.

Atualizada em: 04/02/98

**5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA**  
**(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)**

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

**PMDB**

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

**PSDB**

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

**PPB**

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

**PTB**

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
------------------	--------------	-----------------	------------

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)**

**SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO**

**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496**

**SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**

**FAX: 311-3546**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pga. 18655/6  
 Horário regimental: 5's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 03/03/98

**6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO**  
**(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PFL</b>	
FREITAS NETO	PI-2131/2137
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479
<b>PMDB</b>	
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/92
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
<b>PSDB</b>	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
JOSÉ SERRA	SP-2351/52
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)</b>	
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
<b>PPB</b>	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
<b>PTB</b>	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)**  
**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607**

**SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)**  
**FAX: 311-3286**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6  
 Horário regimental: 3<sup>as</sup> feiras às 14:00 hs.

## 7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

### TITULARES

### SUPLENTES

#### PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
JOÃO ROCHA	T0-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

#### PMDB

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			

#### PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

#### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

#### PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

#### PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(\*\*) Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (\*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 28/01/98

**7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

**(\*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)**

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**PFL**

JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- WALDECK ORNELAS	BA-2211/17

**PMDB**

VAGO		JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		

**PSDB**

BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
------------	------------	----------------	--------------

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
VAGO	

**PPB + PTB**

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
--------------------	------------	-----------------	------------

(\*\*) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

**REUNIÕES:**

**SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**

**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254**

**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

**ANDAMENTO**

**EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA**

**(\*) Atualizada em: 15/01/98**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E  
FISCALIZAÇÃO**

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)  
 1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)  
 2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)  
 3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO -  
 PT/PDT/PC do B/MG)

**DEPUTADOS**

**TITULARES**

**PFL**

ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5607
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COELHO	PE	5444			
PAULO GOUVÉA	SC	5918			
LUÍZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

**BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA**

ALBERICO FILHO	MA	5554	HELIO ROSAS	SP	5478
CLEONÁCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

**PSDB**

ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B.SA	PI	5643
BASÍLIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMÍER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			
MARCUS VICENTE	ES	5362			
PEDRO HENRY	MT	5829			
PIMENTEL GOMES	CE	5231			
ROBERTO ROCHA	MA	5529			

**BLOCO PT/PDT/PC do B**

ARLINDO CHINAGLIA	SP	5706	EURIPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5627	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

**TITULARES****SUPLENTES****PPB**

CLEONCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5640	SILVERNANI SANTOS	RO	5625
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUIS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

**PTB**

PHILEMON RODRIGUES	MG	5322	JOSE BORBA	PR	5616
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			
RODRIGUES PALMA	MT	5528			

**PSB**

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	
------------------	----	------	---------------	----	--

**PL**

PEDRO CANEDO	GO	5611			
--------------	----	------	--	--	--

**SENADORES****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

CARLOS PATROCINIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP	2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC	4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231			
JÚLIO CAMPOS	MT	4064			
ROMERO JUCÁ	RR	2111			
EDISON LOBÃO	MA	2311			

**PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN	2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC	2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441			
MARLUCE PINTO	RR	1101			
NEY SUASSUNA	PB	4345			
JOSÉ SAAD	GO	3149			

**PSDB**

COUTINHO JORGE	PA	3050	LUDIO COELHO	MS	
JEFFERSON PÉRES	AM	2061			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301			

**BLOCO PT/PDT/PSB/PPS**

ANTONIO CARLOS VALADARES	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA	2101
EDUARDO SUPlicY	SP	3213			
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241			

**PPB**

ERNANDES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO	
-----------------	----	------	--------------------	----	--

**PTB**

ODACIR SOARES	RO	3218/19			
---------------	----	---------	--	--	--

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO  
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER  
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN  
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO  
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	<b>SENADORES</b>
	PMDB
JOSE FOGAÇA CASILDO MALDANER	1 - PEDRO SIMON 2 - ROBERTO REQUIÃO
	<b>PFL</b>
VILSON KLEINUBING WALDECK ORNELAS	1 - JOEL DE HOLLANDA 2 - JÚLIO CAMPOS
	<b>PSDB</b>
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
	<b>PPB</b>
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
	<b>PTB</b>
JOSÉ EDUARDO	
	<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)</b>
BENEDITA DA SILVA	EMILIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
	<b>DEPUTADOS</b>
	PFL/PTB
PAULO BORNHAUSEN JOSÉ CARLOS ALELUIA	VALDOMIRO MEGER BENITO GAMA
	<b>PMDB</b>
EDISON ANDRINO GERMANO RIGOTTO	CONFÚCIO MOURA ROBSON TUMA
	<b>PSDB</b>
FRANCO MONTORO CELSO RUSSOMANO	NELSON MARCHEZAN RENATO JONHSSON
	<b>PPB</b>
JULIO REDECKER	
	<b>PT/PDT/PC do B</b>
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

**SECRETARIA DA COMISSÃO:**

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24.  
BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433  
FAX: (55) (061) 3182154

SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 09/97.

**CONSELHO COMPOSTO  
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO  
Nº 1, DE 1998-CN**

Conselho destinado a proceder à apreciação dos  
trabalhos alusivos à comemoração do centenário de  
morte do poeta Cruz e Sousa.  
(Resolução nº 1, de 1998 - CN)

Senador Ronaldo Cunha Lima  
Senador Esperidião Amin  
Senador Abdias Nascimento  
Deputado Paulo Gouveia  
Deputado Miro Teixeira

Membro nato:  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente do Senado Federal

## **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**

### **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**

### **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 020002**

**gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA DF – CEP 70165-900  
CGC. 00.530.279/0005-49**

**Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.**

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.**

**Tabela em vigor a partir de 3-3-97.**



**EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS**